



**ASSEMBLEIA
DE MINAS**
Poder e Voz do Cidadão

REGIMENTO INTERNO

Resolução nº 5.176, de 1997, alterada pela Resolução nº 5.183, de 1998, pela Resolução nº 5.197, de 2000, pela Resolução nº 5.204, de 2002, pela Resolução nº 5.207, de 2002, pela Resolução nº 5.212, de 2003, pela Resolução nº 5.222, de 2004, pela Resolução nº 5.229, de 2005, pela Resolução nº 5.322, de 2008, pela Resolução nº 5.342, de 2010, pela Resolução nº 5.344, de 2011, pela Resolução nº 5.349, de 2011, pela Resolução nº 5.387, de 2013, pela Resolução nº 5.511, de 2015, e com as Decisões Normativas da Presidência nºs 5, 6, 7, 14, 18, 20, 21, 22, 23 e 24.

12ª edição

Belo Horizonte

2016

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Diretoria de Processo Legislativo
Rua Rodrigues Caldas, 30
30190-921 – Belo Horizonte – MG
(31) 2108-7000
www.almg.gov.br
12ª edição – 2016

Minas Gerais. Assembleia Legislativa.

M663r Regimento Interno da Assembleia Legislativa: Resolução nº 5.176, de 1997, alterada pela Resolução nº 5.183, de 1998, pela Resolução nº 5.197, de 2000, pela Resolução nº 5.204, de 2002, pela Resolução nº 5.207, de 2002, pela Resolução nº 5.212, de 2003, pela Resolução nº 5.222, de 2004, pela Resolução nº 5.229, de 2005, pela Resolução nº 5.322, de 2008, pela Resolução nº 5.342, de 2010, pela Resolução nº 5.344, de 2011, pela Resolução nº 5.349, de 2011, pela Resolução nº 5.387, de 2013, pela Resolução nº 5.511, de 2015, e com as Decisões Normativas da Presidência nºs 5, 6, 7, 14, 18, 20, 21, 22, 23 e 24. – 12. ed. – Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016.

390 p.

ISBN 85-85157-32-1

1. Minas Gerais. Assembleia Legislativa – Regimento Interno.
I. Título.

CDU 342.536 (815.1) “1997”

MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Deputado Adalclever Lopes
Presidente da Assembleia

Deputado Hely Tarquínio
1º-vice-presidente

Deputado Lafayette de Andrada
2º-vice-presidente

Deputado Braulio Braz
3º-vice-presidente

Deputado Ulysses Gomes
1º-secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr.
2º-secretário

Deputado Doutor Wilson Batista
3º-secretário

SECRETARIA

Cristiano Felix dos Santos Silva
Diretor-geral

Carlos Eduardo Ribeiro de Navarro
Secretário-geral da Mesa





SUMÁRIO

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

(arts. 1º a 12) 14

CAPÍTULO I – DA COMPOSIÇÃO E DA SEDE

(arts. 1º e 2º)..... 14

CAPÍTULO II – DA INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA

(arts. 3º a 12) 14

Seção I – Das Reuniões Preparatórias (arts. 3º e 4º)14

Seção II – Da Posse dos Deputados (arts. 5º a 7º) 15

**Seção III – Da Declaração de Instalação da Legislatura
e da Eleição da Mesa da Assembleia** (arts. 8º a 11) 18

Seção IV – Da Declaração de Instalação da Legislatura
(art. 12) 21

TÍTULO II – DAS SESSÕES LEGISLATIVAS (arts. 13 a 44) .. 22

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS (art. 13)..... 22

CAPÍTULO II – DAS REUNIÕES DA ASSEMBLEIA

LEGISLATIVA (arts. 14 a 44) 24

Seção I – Disposições Gerais (arts. 14 a 21) 24

Seção II – Das Reuniões Ordinária e Extraordinária
(arts. 22 a 34) 29

Subseção I – Do Transcurso da Reunião

(arts. 22 e 23) 29

Subseção II – Do Expediente (arts. 24 e 25) 32

Subseção III – Do Grande Expediente (art. 26) 33

Subseção IV – Da Ordem do Dia (arts. 27 a 32) 33

Subseção V – Da Explicação Pessoal (art. 33) 34

Subseção VI – Das Comunicações e dos	
Pronunciamentos de Oradores Inscritos (art. 34)	35
Seção III – Da Reunião de Debates (arts. 35 a 38)	35
Seção IV – Das Reuniões Preparatórias, Especiais e	
Solenes (art. 39)	36
Seção V – Da Reunião Secreta (art. 40).....	37
Seção VI – Das Atas (arts. 41 a 44).....	39
TÍTULO III – DOS DEPUTADOS (arts. 45 a 73)	41
CAPÍTULO I – DO EXERCÍCIO DO MANDATO	
(arts. 45 a 49).....	41
CAPÍTULO II – DA VAGA, DA LICENÇA, DO	
AFASTAMENTO E DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO	
DO MANDATO (arts. 50 a 56)	44
CAPÍTULO III – DA SUSTAÇÃO DO ANDAMENTO DE	
AÇÃO JUDICIAL CONTRA DEPUTADO (arts. 57 e 58) ...	50
CAPÍTULO IV – DO DECORO PARLAMENTAR	
(arts. 59 a 62).....	52
CAPÍTULO V – DA CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE	
(arts. 63 e 64).....	55
CAPÍTULO VI – DA REMUNERAÇÃO (art. 65)	56
CAPÍTULO VII – DAS LIDERANÇAS (arts. 66 a 73)	56
Seção I – Da Bancada (arts. 66 a 70)	56
Seção II – Dos Blocos Parlamentares (art. 71)	59
Seção III – Da Maioria e da Minoria (art. 72)	60
Seção IV – Do Colégio de Líderes (art. 73)	61
TÍTULO IV – DA MESA DA ASSEMBLEIA	
(arts. 74 a 95).....	62

CAPÍTULO I – DA COMPOSIÇÃO E DA COMPETÊNCIA (arts. 74 a 80).....	62
CAPÍTULO II – DO PRESIDENTE E DOS VICE- -PRESIDENTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (arts. 81 a 85).....	69
CAPÍTULO III – DOS SECRETÁRIOS (arts. 86 a 88)	75
CAPÍTULO IV – DA POLÍCIA INTERNA (arts. 89 a 95)....	76
TÍTULO V – DAS COMISSÕES (arts. 96 a 150)	78
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS (arts. 96 a 100).....	78
CAPÍTULO II – DAS COMISSÕES PERMANENTES (arts. 101 a 109)	85
Seção I – Da Denominação e da Competência (arts. 101 a 105)	85
Seção II – Da Composição (arts. 106 a 109).....	102
CAPÍTULO III – DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS (arts. 110 a 115-A).....	103
Seção I – Das Comissões Especiais (art. 111)	104
Seção II – Da Comissão Parlamentar de Inquérito (arts. 112 a 114)	105
Seção III – Da Comissão de Representação (art. 115) ...	108
Seção IV – Das Comissões Extraordinárias (art. 115-A) ...	108
CAPÍTULO IV – DA VAGA NAS COMISSÕES (art. 116)...	110
CAPÍTULO V – DA SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DE COMISSÃO (art. 117).....	111
CAPÍTULO VI – DA PRESIDÊNCIA DE COMISSÃO (arts. 118 a 121)	111
CAPÍTULO VI-A – DO COLÉGIO DE PRESIDENTES (arts. 121-A e 121-B).....	116

CAPÍTULO VII – DA REUNIÃO DE COMISSÃO (arts. 122 a 127)	117
CAPÍTULO VIII – DA REUNIÃO CONJUNTA DE COMISSÕES (arts. 128 a 130).....	120
CAPÍTULO IX – DA ORDEM DOS TRABALHOS (arts. 131 a 143)	123
CAPÍTULO X – DO PARECER (arts. 144 a 148).....	130
CAPÍTULO XI – DO ASSESSORAMENTO ÀS COMISSÕES (arts. 149 e 150).....	132
TÍTULO VI – DO DEBATE E DA QUESTÃO DE ORDEM (arts. 151 a 169)	132
CAPÍTULO I – DA ORDEM DOS DEBATES (arts. 151 a 164)	132
CAPÍTULO II – DA QUESTÃO DE ORDEM (arts. 165 a 169)	138
TÍTULO VII – DO PROCESSO LEGISLATIVO (arts. 170 a 287)	141
CAPÍTULO I – DA PROPOSIÇÃO (arts. 170 a 240)	141
Seção I – Disposições Gerais (arts. 170 a 180-A).....	141
Seção II – Da Distribuição de Proposição (arts. 181 a 185)	148
Seção III – Do Projeto (arts. 186 a 199).....	151
Subseção I – Do Projeto de Lei Ordinária (arts. 188 a 191)	152
Subseção II – Do Projeto de Lei Complementar (arts. 192 e 193)	155
Subseção III – Do Projeto de Resolução (arts. 194 a 199)	156

Seção IV – Das Proposições Sujeitas a Procedimentos Especiais (arts. 200 a 211)	160
Subseção I – Da Proposta de Emenda à Constituição (arts. 200 a 203)	160
Subseção II – Dos Projetos de Lei do Plano Plurianual, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, de Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual e de Crédito Adicional (arts. 204 a 207).....	162
Subseção III – Do Projeto de Iniciativa do Governador do Estado com Solicitação de Urgência (arts. 208 a 211)	165
Seção V – Das Matérias de Natureza Periódica (arts. 212 a 221)	167
Subseção I – Dos Projetos de Fixação da Remuneração de Deputado, do Governador, do Vice-Governador e de Secretário de Estado (arts. 212 a 215)	167
Subseção II – Da Prestação e Tomada de Contas (arts. 216 a 221)	167
Seção VI – Do Veto a Proposição de Lei (arts. 222 e 223) ..	169
Seção VII – Da Delegação Legislativa (art. 224)	171
Seção VIII – Da Emenda (arts. 225 a 228)	172
Seção IX – Do Requerimento (arts. 229 a 234)	173
Subseção I – Disposições Gerais (arts. 229 a 231).....	173
Subseção II – Dos Requerimentos Sujeitos a Despacho do Presidente (art. 232)	174
Subseção III – Dos Requerimentos Sujeitos a Deliberação (arts. 233 e 234)	177

Seção X – Da Escolha de Conselheiro do Tribunal de	
Contas pela Assembleia Legislativa (arts. 235 a 240)	180
CAPÍTULO II – DA DISCUSSÃO (arts. 241 a 248)	183
Seção I – Disposições Gerais (arts. 241 a 246)	183
Seção II – Do Adiamento da Discussão (art. 247)	184
Seção III – Do Encerramento da Discussão (art. 248) ..	185
CAPÍTULO III – DA VOTAÇÃO (arts. 249 a 267).....	185
Seção I – Disposições Gerais (arts. 249 a 257)	185
Seção II – Do Processo de Votação (arts. 258 a 263).....	189
Seção III – Do Encaminhamento de Votação	
(art. 264)	192
Seção IV – Da Verificação de Votação	
(arts. 265 e 266)	193
Seção V – Do Adiamento de Votação (art. 267)	193
CAPÍTULO IV – DA REDAÇÃO FINAL (arts. 268 a 271)...	193
CAPÍTULO V – DAS PECULIARIDADES DO	
PROCESSO LEGISLATIVO (arts. 272 a 287)	195
Seção I – Do Regime de Urgência (arts. 272 a 274).....	195
Seção II – Da Preferência e do Destaque	
(arts. 275 a 283)	197
Seção III – Da Prejudicialidade (art. 284)	201
Seção IV – Da Retirada de Proposição (art. 285).....	202
Seção V – Do Rito Especial (arts. 286 e 287)	203
TÍTULO VIII – DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE	
CIVIL (arts. 288 a 297-B).....	203
CAPÍTULO I – DO PROJETO DE LEI DE INICIATIVA	
POPULAR E DA PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA	
(arts. 288 e 289)	203

CAPÍTULO II – DAS REPRESENTAÇÕES POPULARES	
(art. 290)	205
CAPÍTULO III – DA AUDIÊNCIA PÚBLICA	
(arts. 291 a 294)	206
CAPÍTULO IV – DOS EVENTOS INSTITUCIONAIS	
(arts. 295 a 297)	207
CAPÍTULO V – DA VISITA (arts. 297-A e 297-B)	209
TÍTULO IX – REGRAS GERAIS DE PRAZO	
(arts. 298 a 301)	210
TÍTULO X – DA POSSE DO GOVERNADOR E DO	
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO (arts. 302 a 304)	212
TÍTULO XI – DO COMPARECIMENTO DE	
AUTORIDADES (arts. 305 a 310).....	213
TÍTULO XII – DO PROCESSO NOS CRIMES DE	
RESPONSABILIDADE DO GOVERNADOR, DO	
VICE-GOVERNADOR E DE SECRETÁRIO DE ESTADO	
(art. 311)	215
TÍTULO XIII – DO CREDENCIAMENTO DOS	
REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO	
(art. 312)	215
TÍTULO XIV – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	
(arts. 313 a 319)	216
RESOLUÇÃO DA ALMG Nº 5.207, DE 2002.....	218
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 1	238
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 2.....	238
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 3.....	238
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 4.....	238
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 5.....	239

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 6	240
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 7	242
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 8	245
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 9	245
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 10	245
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 11	245
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 12	245
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 13	245
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 14	246
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 15	247
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 16	247
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 17	247
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 18	248
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 19	251
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 20	252
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 21	253
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 22	254
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 23	255
DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 24	257
ÍNDICE POR ASSUNTO	259

RESOLUÇÃO Nº 5.176, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1997

(Alterada pela Resolução nº 5.183, de 14 de julho de 1998, pela Resolução nº 5.197, de 30 de novembro de 2000, pela Resolução nº 5.204, de 3 de julho de 2002, pela Resolução nº 5.207, de 10 de dezembro de 2002, pela Resolução nº 5.212, de 9 de maio de 2003, pela Resolução nº 5.222, de 3 de dezembro de 2004, pela Resolução nº 5.229, de 5 de maio de 2005, pela Resolução nº 5.322, de 22 de dezembro de 2008, pela Resolução nº 5.342, de 20 de dezembro de 2010, pela Resolução nº 5.344, de 4 de março de 2011, pela Resolução nº 5.349, de 19 de dezembro de 2011, pela Resolução nº 5.387, de 7 de março de 2013, e pela Resolução nº 5.511, de 1º de dezembro de 2015, e com as Decisões Normativas da Presidência nºs 5, 6, 7, 14, 18, 20, 21, 22, 23 e 24.)

Contém o Regimento Interno da Assembleia
Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO E DA SEDE

Art. 1º – A Assembleia Legislativa é composta de Deputados, representantes do povo mineiro, eleitos, na forma da lei, para mandato de quatro anos.

Art. 2º – A Assembleia Legislativa tem sede na capital do Estado e funciona no Palácio da Inconfidência.

Parágrafo único – Por motivo de conveniência pública e deliberação da maioria de seus membros, pode a Assembleia Legislativa reunir-se, temporariamente, em qualquer cidade do Estado.

CAPÍTULO II

DA INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA

Seção I

Das Reuniões Preparatórias

Art. 3º – No início da legislatura, são realizadas, no Palácio da Inconfidência, a partir do dia 1º de fevereiro, reuniões preparatórias destinadas à posse dos Deputados diplomados, à instalação da legislatura e da 1ª sessão legislativa ordinária e à eleição e à posse dos membros da Mesa da Assembleia para o 1º biênio.

• (Artigo com redação dada pelo art. 1º da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

• (Vide Emenda à Constituição nº 74, de 11/5/2006.)

Art. 4º – O diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação do nome parlamentar e da legenda partidária, será entregue à Mesa da Assembleia pelo Deputado ou por intermédio de seu partido, até o dia 20 de janeiro do ano de instalação da legislatura.

§ 1º – A lista dos Deputados diplomados, em ordem alfabética e com a indicação das respectivas legendas partidárias, organizada pela Mesa da Assembleia, será publicada no *Diário do Legislativo* até o dia 30 de janeiro.

• (A expressão “órgão oficial dos Poderes do Estado” foi substituída por “Diário do Legislativo” pelo art. 110 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

§ 2º – O nome parlamentar do Deputado, salvo quando essencial à identificação, é composto de dois elementos: o prenome e um nome, dois nomes ou dois prenomes.

Seção II

Da Posse dos Deputados

Art. 5º – A primeira reunião preparatória, que independe de convocação, é realizada no dia 1º de fevereiro, às 14 horas, sendo presidida pelo mais idoso dos Deputados presentes, que, após declará-la aberta, convidará dois outros Deputados para atuarem como Secretários.

Parágrafo único – O Deputado mais idoso exercerá a Presidência até que se eleja a Mesa da Assembleia.

Art. 6º – Na posse dos Deputados, será observado o seguinte:

I – o Presidente, de pé, no que será acompanhado pelos presentes, prestará o compromisso: “Prometo defender e cumprir as Constituições e as leis da República e do Estado, bem como desempenhar, leal e honradamente, o mandato que me foi confiado pelo povo mineiro.”;

II – prestado o compromisso, um dos Secretários fará a chamada dos Deputados, e cada um, ao ser proferido o seu nome, responderá: “Assim o prometo.”;

III – o compromissando não poderá, no ato da posse, fazer declaração oral ou escrita, ou ser representado por procurador;

IV – o Deputado que comparecer para a posse em data posterior à da reunião prevista no art. 5º será conduzido ao recinto do Plenário por dois Deputados e prestará o compromisso, exceto se não houver reunião destinada a essa finalidade ou durante o recesso, casos em que o fará perante o Presidente da Assembleia;

• (Inciso com redação dada pelo art. 2º da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

V – não se investirá no mandato o Deputado que

deixar de prestar o compromisso regimental;

VI – tendo prestado o compromisso uma vez, o suplente de Deputado será dispensado de fazê-lo em convocações subsequentes;

VII – ao reassumir o mandato, o Deputado comunicará seu retorno ao Presidente da Assembleia, dispensada a prestação do compromisso de posse;

VIII – o Deputado apresentará à Mesa da Assembleia, para efeito de posse e no término do mandato, declaração de bens, observado o disposto no parágrafo único do art. 258 da Constituição do Estado.

Art. 7º – Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovados, a posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados:

I – da primeira reunião preparatória da legislatura;

II – da diplomação, se o Deputado houver sido eleito durante a legislatura;

III – da declaração de vaga, observado o disposto no parágrafo único do art. 50.

§ 1º – O prazo estabelecido neste artigo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a requerimento do Deputado.

§ 2º – Considerar-se-á renúncia tácita o não comparecimento ou a falta de manifestação do Deputado, decorrido o prazo estabelecido no *caput* deste artigo ou, em caso de prorrogação do prazo, após o término desta.

§ 3º – O Presidente fará publicar, no *Diário do Legislativo* do dia imediato ao da posse, a relação dos Deputados empossados.

• (A expressão “*órgão oficial dos Poderes do Estado*” foi substituída por “*Diário do Legislativo*” pelo art. 110 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

§ 4º – A alteração na composição da Assembleia Legislativa será publicada imediatamente após a sua ocorrência.

Seção III

Da Declaração de Instalação da Legislatura e da Eleição da Mesa da Assembleia

• (Título com redação dada pelo art. 1º da Resolução da ALMG nº 5.322, de 22/12/2008.)

Art. 8º – Em seguida à posse dos Deputados, o Presidente, de forma solene e de pé, no que será acompanhado pelos presentes, declarará instaladas a legislatura e a 1ª sessão legislativa ordinária e dará início aos trabalhos de eleição da Mesa da Assembleia para o 1º biênio.

• (Caput com redação dada pelo art. 1º da Resolução da ALMG nº 5.322, de 22/12/2008.)

§ 1º – A composição da Mesa da Assembleia atenderá,

tanto quanto possível, à representação proporcional dos partidos com assento na Assembleia Legislativa.

§ 2º – A eleição da Mesa da Assembleia para o 2º biênio dar-se-á em reunião especial, na primeira quinzena do mês de dezembro da 2ª sessão legislativa ordinária.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 2º da Resolução da ALMG nº 5.222, de 3/12/2004.)*

§ 3º – A posse dos eleitos para comporem a Mesa da Assembleia no 2º biênio, observado o disposto no § 4º deste artigo, dar-se-á em reunião especial, no início da 3ª sessão legislativa ordinária.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 2º da Resolução da ALMG nº 5.222, de 3/12/2004.)*

§ 4º – A Assembleia Legislativa não deliberará sobre qualquer assunto no início da 1ª e da 3ª sessões legislativas ordinárias, enquanto não empossados os membros da Mesa da Assembleia eleitos para o respectivo biênio.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 2º da Resolução da ALMG nº 5.222, de 3/12/2004.)*

Art. 9º – A eleição da Mesa da Assembleia e o preenchimento de vaga nela verificada são feitos por votação nominal, observadas as seguintes exigências e formalidades:

I – registro, individual ou por chapa, até duas horas antes da reunião destinada à eleição, dos candidatos indicados pelas bancadas ou por blocos parlamentares aos cargos

que lhes tenham sido atribuídos, de acordo com o princípio da representação proporcional, ou de candidatos avulsos;

II – presença da maioria dos membros da Assembleia Legislativa;

III – composição da Mesa da Assembleia pelo Presidente, com designação de dois Secretários;

IV – realização da eleição para cada cargo;

V – comunicação, pelo Presidente, do resultado de cada eleição, e autenticação, pelos Secretários, das listas de votação;

VI – comprovação da obtenção dos votos da maioria dos membros da Assembleia Legislativa para a eleição do Presidente e do maior número de votos para a dos demais cargos;

VII – realização do segundo escrutínio com os dois candidatos mais votados para Presidente da Mesa da Assembleia, se não for atendido o disposto no inciso VI, decidindo-se a eleição por maioria simples de votos;

VIII – eleição do candidato mais idoso, em caso de empate;

IX – proclamação, pelo Presidente, dos eleitos;

X – posse dos eleitos.

Parágrafo único – Se o Presidente da reunião for eleito Presidente da Assembleia Legislativa, o 1º-Vice-Presidente, já investido, dar-lhe-á posse.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 3º da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 10 – A eleição da Mesa da Assembleia será comunicada às altas autoridades federais e estaduais.

Art. 11 – Ocorrendo vaga na Mesa, seu preenchimento far-se-á por eleição, dentro de dez dias, como primeiro ato da Ordem do Dia, exceto para o cargo de Presidente, quando a vaga ocorrer após 30 de novembro do segundo ano do mandato da Mesa, caso em que esta será ocupada pelo sucessor regimental.

Seção IV

Da Declaração de Instalação da Legislatura

• *(Revogada pelo art. 7º da Resolução da ALMG nº 5.322, de 22/12/2008.)*

Art. 12 – *(Revogado pelo art. 7º da Resolução da ALMG nº 5.322, de 22/12/2008.)*

TÍTULO II DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 – A sessão legislativa da Assembleia é:

I – ordinária, a que, independentemente de convocação, realiza-se nos dois períodos de funcionamento da Assembleia Legislativa em cada ano, de 1º de fevereiro a 18 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 5.322, de 22/12/2008.)*

• *(Vide caput do art. 53 da Constituição do Estado de Minas Gerais.)*

II – extraordinária, a que se realiza em período diverso dos fixados no inciso anterior.

§ 1º – Quando recaírem em sábado, domingo ou feriado, as reuniões previstas para as datas estabelecidas no inciso I do *caput* poderão ser transferidas para o primeiro dia útil subsequente ou para o dia útil imediatamente anterior.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 2º da Resolução da ALMG nº 5.322, de 22/12/2008.)*

§ 2º – A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a aprovação do projeto da Lei de Diretrizes

Orçamentárias nem encerrada sem a aprovação do projeto da Lei do Orçamento Anual.

• *(Vide parágrafo 2º do art. 53 da Constituição do Estado de Minas Gerais.)*

§ 3º – A convocação de sessão legislativa extraordinária da Assembleia Legislativa será feita:

I – pelo Governador do Estado, em caso de urgência ou de interesse público relevante;

II – por seu Presidente, quando ocorrer intervenção em município, para o compromisso e a posse do Governador e do Vice-Governador do Estado, ou, em caso de urgência ou de interesse público relevante, a requerimento da maioria de seus membros.

§ 4º – Na sessão legislativa extraordinária, a Assembleia Legislativa somente deliberará sobre a matéria para a qual tenha sido convocada.

• *(Vide § 6º do art. 53 da Constituição do Estado de Minas Gerais.)*

§ 5º – A sessão legislativa extraordinária será instalada após a prévia publicação do edital de sua convocação no *Diário do Legislativo* e não se prolongará além do prazo estabelecido para seu funcionamento.

• *(A expressão “órgão oficial dos Poderes do Estado” foi substituída por “Diário do Legislativo” pelo art. 110 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

CAPÍTULO II DAS REUNIÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Seção I Disposições Gerais

Art. 14 – As reuniões da Assembleia Legislativa são:

I – preparatórias, as que se destinam à posse dos Deputados, à instalação da legislatura e da 1ª sessão legislativa ordinária e à eleição e à posse dos membros da Mesa da Assembleia para o 1º biênio;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 4º da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

II – ordinárias, as que se realizam uma vez por dia, em dias úteis, às terças, quartas e quintas-feiras, durante qualquer sessão legislativa, com a duração de quatro horas, iniciando-se às 14 horas;

III – *(Revogado pelo art. 6º da Resolução da ALMG nº 5.229, de 5/5/2005.)*

IV – extraordinárias, as que se realizam em horário ou dias diversos dos fixados para as ordinárias;

V – especiais, as que se destinam à eleição e à posse dos membros da Mesa da Assembleia para o 2º biênio, à exposição de assuntos de relevante interesse público e a

comemorações e homenagens, preferencialmente agendadas para as segundas e sextas-feiras úteis, às 20 e às 9 horas, respectivamente;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 4º da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

VI – solenes, as que se destinam:

a) à instalação e ao encerramento de sessão legislativa, salvo no caso da reunião destinada à instalação da 1ª sessão legislativa ordinária, que será preparatória;

b) à posse do Governador e do Vice-Governador do Estado.

• *(Inciso com redação dada pelo art. 3º da Resolução da ALMG nº 5.322, de 22/12/2008.)*

§ 1º – As reuniões especiais são convocadas pelo Presidente, de ofício ou a requerimento de 1/3 (um terço) dos membros da Assembleia Legislativa ou do Colégio de Líderes.

§ 2º – *(Revogado pelo art. 6º da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 3º – No início da legislatura, as reuniões ordinárias somente serão realizadas depois de empossados os membros da Mesa da Assembleia.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 3º da Resolução da ALMG nº 5.322, de 22/12/2008.)*

Art. 15 – Na convocação de reunião extraordinária, serão determinados o dia e a hora dos trabalhos, bem como a matéria a ser apreciada, e o edital será divulgado em reunião e no *Diário do Legislativo*.

• (A expressão “órgão oficial dos Poderes do Estado” foi substituída por “Diário do Legislativo” pelo art. 110 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Parágrafo único – O Presidente da Assembleia convocará reunião extraordinária:

I – de ofício;

II – a requerimento do Colégio de Líderes;

III – a requerimento de 1/3 (um terço) dos membros da Assembleia Legislativa;

IV – a requerimento de Deputado.

Art. 16 – (Revogado pelo art. 6º da Resolução da ALMG nº 5.229, de 5/5/2005.)

Art. 17 – As reuniões são públicas, podendo ser secretas nos casos previstos no § 1º do art. 40.

• (Artigo com redação dada pelo art. 5º da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 18 – A presença dos Deputados será registrada no início da reunião e no seu transcurso, por meio de painel

eletrônico e de relação manuscrita, e a correspondente relação será autenticada pelo Presidente e pelo 1º-Secretário.

§ 1º – Somente será registrada a presença de Deputados no recinto do Plenário, ressalvado o disposto no art. 126.

§ 2º – Ocorrendo falha no sistema do painel eletrônico, será computada a presença dos Deputados registrada em relação manuscrita.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 5º da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 19 – Na hora do início da reunião, aferida pelo relógio do Plenário, os membros da Mesa da Assembleia e os demais Deputados ocuparão seus lugares.

§ 1º – Verificada a presença de 1/3 (um terço) dos membros da Assembleia Legislativa, o Presidente declarará aberta a reunião, podendo pronunciar as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos nossos trabalhos”.

§ 2º – Não havendo número regimental para a abertura da reunião, o Presidente poderá aguardar, pelo prazo de quinze minutos, a partir da hora prevista para seu início, que o quórum se complete, respeitando-se, no transcurso da reunião, o tempo de duração de cada uma de suas partes.

§ 3º – Inexistindo número regimental, o Presidente deixará de abrir a reunião e anunciará a próxima ordem do dia.

§ 4º – Não havendo reunião, o 1º-Secretário despachará a correspondência, dando-lhe publicidade no *Diário do Legislativo*.

• (A expressão “órgão oficial dos Poderes do Estado” foi substituída por “Diário do Legislativo” pelo art. 110 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

§ 5º – Aplica-se o disposto no parágrafo anterior às reuniões que, por sua natureza, não comportem leitura de correspondência.

§ 6º – As reuniões solenes, as preparatórias e as especiais são realizadas com qualquer número de Deputados, exceto as destinadas à eleição da Mesa da Assembleia.

• (Parágrafo acrescentado pelo art. 6º da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 20 – Esgotada a matéria destinada a uma parte da reunião, ou findo o prazo de sua duração, passar-se-á à parte subsequente.

Art. 21 – O prazo de duração da reunião pode ser prorrogado pelo Presidente da Mesa, de ofício ou a requerimento do Colégio de Líderes ou de Deputado.

§ 1º – O requerimento de prorrogação, que poderá ser apresentado à Mesa da Assembleia até o momento do anúncio da ordem do dia da reunião seguinte, fixará o seu prazo, não terá encaminhamento de votação e será votado

pelo processo simbólico, salvo se, havendo matéria urgente na pauta, o Presidente o deferir.

§ 2º – A prorrogação não poderá exceder à metade do prazo regimental da reunião.

§ 3º – O requerimento de prorrogação, se for o caso, será submetido a votação, em momento próprio, interrompendo-se, quando necessário, o ato que se estiver praticando.

§ 4º – A votação do requerimento ou a verificação de sua votação não serão interrompidas pelo término do horário da reunião ou pela superveniência de quaisquer outros incidentes.

§ 5º – Na prorrogação, não se tratará de assunto diverso do que a tiver determinado.

Seção II

Das Reuniões Ordinária e Extraordinária

Subseção I

Do Transcurso da Reunião

Art. 22 – A reunião pública ordinária desenvolve-se do seguinte modo:

I – 1ª Parte: das 14 horas às 15h15min:

a) 1ª Fase – Expediente: nos quinze minutos iniciais:

1) leitura e aprovação da ata;

2) leitura da correspondência;

b) 2ª Fase – Grande Expediente: das 14h15min às 15h15min:

1) apresentação de proposições;

2) pronunciamentos de oradores inscritos;

II – 2ª Parte – Ordem do Dia: das 15h15min em diante:

a) 1ª Fase: das 15h15min às 16h15min:

1) decisões e despachos da Presidência, designações de comissão, comunicações e atos assemelhados;

• (Item com redação dada pelo art. 7º da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

2) pareceres;

3) requerimentos;

4) indicações para os cargos a que se refere o inciso XXIII do art. 62 da Constituição do Estado;

• (Item acrescentado pelo art. 7º da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

b) 2ª Fase: das 16h15min em diante:

1) propostas de emenda à Constituição;

2) veto a proposição de lei e matéria assemelhada;

3) projetos;

4) *(Revogado pelo art. 7º da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

c) 3ª Fase: pareceres de redação final;

• *(Alínea acrescentada pelo art. 7º da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

III – 3ª Parte:

a) comunicações;

b) pronunciamentos de oradores inscritos.

§ 1º – O Presidente da Assembleia, de ofício ou a requerimento, poderá destinar a 1ª Parte da reunião ordinária a homenagem especial ou interrompê-la para receber personalidade de relevo.

§ 2º – Em caso de falecimento de Deputado ou alta autoridade, o Presidente comunicará o fato à Assembleia Legislativa, podendo encerrar ou deixar de abrir a reunião.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 7º da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 23 – A reunião pública extraordinária, com duração de quatro horas, desenvolve-se do seguinte modo:

I – 1ª Parte – Leitura e Aprovação da Ata: nos quinze minutos iniciais;

II – 2ª Parte – Ordem do Dia: nas três horas e quarenta e cinco minutos restantes.

Parágrafo único – O Presidente da Assembleia poderá subdividir a Ordem do Dia.

Subseção II Do Expediente

Art. 24 – Abertos os trabalhos, o 2º-Secretário fará a leitura da ata da reunião anterior, que o Presidente considerará aprovada, independentemente de votação, ressalvada a retificação.

§ 1º – Para retificar a ata, o Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de cinco minutos, cabendo ao 2º-Secretário prestar os esclarecimentos que entender convenientes.

§ 2º – A retificação tida por procedente será consignada na ata seguinte.

Art. 25 – Aprovada a ata, o 1º-Secretário lerá, na íntegra, a correspondência de altas autoridades e, em resumo, as demais e as despachará.

Parágrafo único – Se o prazo a que se refere a alínea “a” do inciso I do art. 22 se esgotar com a leitura e a aprovação da ata, o 1º-Secretário despachará a correspondência e dar-lhe-á publicidade no *Diário do Legislativo*.

- (A expressão “órgão oficial dos Poderes do Estado” foi substituída por “Diário do Legislativo” pelo art. 110 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Subseção III

Do Grande Expediente

Art. 26 – Cumprido o disposto no artigo anterior, passar-se-á ao recebimento de proposições e à concessão da palavra aos oradores inscritos, observado o disposto no art. 157.

§ 1º – Para apresentar proposição, falar sobre assunto de interesse geral, fazer comunicação de acontecimento relevante, terá o Deputado previamente inscrito o prazo de quinze minutos.

§ 2º – O Deputado poderá fazer comunicação por escrito e encaminhar à Mesa da Assembleia as proposições que não tiverem sido lidas.

Subseção IV

Da Ordem do Dia

Art. 27 – Será distribuído, antes da reunião, o impresso contendo a ordem do dia, que não será interrompida, salvo para posse de Deputado.

Art. 28 – Ao iniciar a 2ª Parte da reunião, o Presidente abrirá as inscrições para o Grande Expediente da reunião seguinte.

Art. 29 – As decisões e os despachos da Presidência, as designações de comissão, as comunicações e os atos assemelhados serão feitos, preferencialmente, antes de iniciada a apreciação de proposições.

• (Artigo com redação dada pelo art. 8º da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 30 – O Presidente da Assembleia organizará e anunciará a ordem do dia da reunião seguinte, que será convocada antes de encerrados os trabalhos.

Art. 31 – O Presidente da Assembleia reunir-se-á, quinzenalmente, com o Colégio de Líderes, a fim de prestar informações sobre as matérias em condição de serem incluídas nas ordens do dia do período subsequente.

Art. 32 – A modificação da Ordem do Dia se dará em cada fase da reunião, a requerimento, nos seguintes casos:

- I – adiamento de apreciação de proposição;
- II – retirada de tramitação de proposição;
- III – alteração da ordem de apreciação de proposições.

Subseção V **Da Explicação Pessoal**

Art. 33 – Em discurso não excedente a cinco minutos, o Deputado poderá explicar o sentido de palavra por ele

proferida ou contida em seus votos à qual não se tenha dado adequada interpretação.

Parágrafo único – Conceder-se-á a palavra para explicação pessoal após a Ordem do Dia.

Subseção VI **Das Comunicações e dos Pronunciamentos de** **Oradores Inscritos**

Art. 34 – Após a Ordem do Dia, será dada a palavra aos Deputados inscritos, observado o disposto no art. 157, para fazerem comunicação ou pronunciamento, respeitada a hora prevista para o término da reunião.

§ 1º – Nos primeiros trinta minutos, terá o Deputado o prazo de até cinco minutos para fazer comunicações.

§ 2º – Aplica-se às comunicações de que trata o parágrafo anterior o disposto no § 2º do art. 26.

§ 3º – Não havendo comunicações a serem feitas ou esgotado o prazo fixado no § 1º, o Deputado poderá usar da palavra pelo tempo que o Presidente estabelecer, o qual não excederá a uma hora.

Seção III **Da Reunião de Debates**

- (Seção revogada pelo art. 6º da Resolução da ALMG nº 5.229, de 5/5/2005.)*

Art. 35 – *(Revogado pelo art. 6º da Resolução da ALMG nº 5.229, de 5/5/2005.)*

Art. 36 – *(Revogado pelo art. 6º da Resolução da ALMG nº 5.229, de 5/5/2005.)*

Art. 37 – *(Revogado pelo art. 6º da Resolução da ALMG nº 5.229, de 5/5/2005.)*

Art. 38 – *(Revogado pelo art. 6º da Resolução da ALMG nº 5.229, de 5/5/2005.)*

Seção IV

Das Reuniões Preparatórias, Especiais e Solenes

Art. 39 – Aplica-se às reuniões de que tratam os incisos I, V e VI do art. 14, no que couber, o disposto no art. 24.

§ 1º – O desenvolvimento das reuniões preparatórias, especiais e solenes terá rito específico, a ser estabelecido no momento próprio.

• *(Parágrafo renumerado pelo art. 9º da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 2º – Nas reuniões especiais destinadas a comemorações e homenagens, o Presidente poderá dispensar a leitura da ata, a qual, considerada aprovada, será por ele assinada.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 9º da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Seção V

Da Reunião Secreta

Art. 40 – A reunião secreta é convocada pelo Presidente da Assembleia, de ofício ou a requerimento.

§ 1º – A convocação de reunião secreta somente será admitida se verificada a possibilidade de a publicidade dos trabalhos pôr em risco:

I – a segurança da sociedade e do Estado;

II – a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

• (Parágrafo com redação dada pelo art. 10 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

§ 2º – O Presidente da Assembleia fará sair do Plenário, das galerias e das dependências contíguas as pessoas estranhas aos trabalhos.

• (Parágrafo com redação dada pelo art. 10 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

§ 3º – A presença de servidores considerados indispensáveis aos trabalhos poderá ser permitida a critério do Presidente da Assembleia.

• (Parágrafo com redação dada pelo art. 10 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

§ 4º – Se, para a realização de reunião secreta, houver

necessidade de interromper-se reunião pública, esta será suspensa para as providências previstas no § 2º.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 10 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 5º – Antes de encerrada a reunião secreta, o Plenário decidirá se a ata e os demais documentos da reunião serão tornados públicos ou considerados sigilosos.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 10 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 6º – No caso de os documentos serem considerados sigilosos, o Plenário definirá os prazos para torná-los públicos, observados os limites estabelecidos na legislação federal, e o Presidente tornará pública a decisão tomada.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 10 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 7º – O Deputado poderá reduzir a termo seu pronunciamento, que será arquivado com os documentos referentes à reunião.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 10 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 8º – Os documentos classificados como secretos e produzidos antes da vigência desta resolução serão tornados acessíveis aos interessados:

I – após vinte anos de sua produção, se sua divulgação puser em risco a segurança da sociedade e do Estado;

II – após o prazo estabelecido por ocasião de sua classificação como secretos, se sua divulgação puser em risco a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem de pessoa neles citada.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 10 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 9º – O prazo previsto no inciso II do § 8º poderá ser reduzido mediante autorização das pessoas citadas nos documentos classificados como secretos ou de seus herdeiros.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 10 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Seção VI

Das Atas

Art. 41 – Serão lavradas duas atas dos trabalhos da reunião pública:

I – uma, em minúcias, para ser publicada no *Diário do Legislativo*;

• *(A expressão “órgão oficial dos Poderes do Estado” foi substituída por “Diário do Legislativo” pelo art. 110 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

II – outra, sucinta, para ser lida, aprovada e assinada na reunião seguinte.

§ 1º – Os documentos oficiais serão resumidos na ata sucinta e transcritos na que se destina à publicação.

§ 2º – O documento não oficial será mencionado na ata destinada à publicação, com a declaração de seu objeto.

§ 3º – Os documentos apresentados por Deputado durante seu discurso não constarão em ata sem permissão da Mesa da Assembleia, salvo quando lidos na tribuna.

§ 4º – O Deputado poderá fazer inserir, na ata destinada à publicação, as razões de seu voto, redigidas de forma concisa.

§ 5º – A correção de publicação far-se-á por meio de errata.

Art. 42 – Ocorrendo a hipótese a que se refere o § 6º do art. 40, a ata da reunião secreta será redigida pelo 2º-Secretário, apreciada pelo Plenário antes do encerramento da reunião, assinada pelos membros da Mesa da Assembleia e colocada em invólucro que será lacrado, datado e rubricado pelos dois Secretários.

• (Artigo com redação dada pelo art. 11 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 43 – A ata da última reunião da sessão legislativa ordinária ou extraordinária será submetida à apreciação do Plenário antes de encerrados os trabalhos, presente qualquer número de Deputados.

Art. 44 – Não se realizando reunião por falta de quó-

rum, será registrada a ocorrência, com menção do nome dos Deputados presentes e da correspondência despachada.

TÍTULO III DOS DEPUTADOS

CAPÍTULO I DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Art. 45 – O exercício do mandato se inicia com a posse.

Art. 46 – São direitos do Deputado, uma vez empossado:

I – integrar o Plenário e as comissões, tomar parte nas reuniões e nelas votar e ser votado;

II – apresentar proposições, discutir e deliberar sobre matéria em tramitação;

III – encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação;

IV – usar da palavra, pedindo-a previamente ao Presidente da Assembleia ou ao de comissão;

V – examinar documentos existentes no arquivo;

VI – requisitar das autoridades, por intermédio da Mesa da Assembleia ou diretamente, providências para garantia de suas imunidades;

VII – utilizar-se dos serviços da Secretaria da Assembleia para fins relacionados com o exercício do mandato;

VIII – receber, diariamente, a edição do *Diário do Legislativo*;

- (A expressão “*órgão oficial dos Poderes do Estado*” foi substituída por “*Diário do Legislativo*” pelo art. 110 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

IX – retirar, mediante recibo, documentos do arquivo ou livros da biblioteca.

§ 1º – O Deputado não poderá presidir os trabalhos da Assembleia Legislativa ou de comissão, nem ser designado relator, quando se estiver discutindo ou votando assunto de seu interesse pessoal ou quando se tratar de proposição de sua autoria.

- (Parágrafo renumerado pelo art. 12 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

§ 2º – No caso de proposta de emenda à Constituição, os impedimentos de que trata o § 1º se aplicarão somente ao primeiro signatário.

- (Parágrafo acrescentado pelo art. 12 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 47 – O Deputado é inviolável, civil e penalmente, por suas opiniões, palavras ou votos.

- (Vide Emenda à Constituição nº 54, de 18/12/2002.)

§ 1º – O Deputado, desde a expedição do diploma, somente poderá ser submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça.

§ 2º – O Deputado não pode, desde a expedição do diploma, ser preso, salvo em flagrante de crime inafiançável.

§ 3º – Na hipótese de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos no prazo de vinte e quatro horas à Assembleia Legislativa, para que esta, pelo voto nominal da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

§ 4º – Recebida a denúncia contra Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Tribunal de Justiça dará ciência à Assembleia Legislativa, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto nominal da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

§ 5º – O pedido de sustação será apreciado pela Assembleia Legislativa no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias contados do seu recebimento pela Mesa.

§ 6º – A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

§ 7º – O Deputado não será obrigado a testemunhar sobre informação recebida ou prestada em razão do exercício do mandato, nem sobre pessoa que a ele confiou ou dele recebeu informação.

§ 8º – Aplicam-se ao Deputado as regras da Constituição da República sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidade, remuneração, perda de mandato, licença, impedimento e incorporação às Forças Armadas.

• (Artigo com redação dada pelo art. 13 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 48 – O Deputado que se desvincular de seu partido perde o direito de ocupar cargo ou exercer função destinados à sua bancada, salvo se membro da Mesa da Assembleia.

Art. 49 – O Deputado sem filiação partidária não poderá candidatar-se a eleição para cargos da Mesa da Assembleia nem ser designado membro de comissão.

CAPÍTULO II

DA VAGA, DA LICENÇA, DO AFASTAMENTO E DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Art. 50 – A vaga na Assembleia Legislativa verificar-se-á por falecimento, renúncia ou perda do mandato.

Parágrafo único – A ocorrência de vaga será declarada pelo Presidente, em Plenário, durante reunião, ou durante o recesso mediante ato publicado no *Diário do Legislativo*.

• (A expressão “órgão oficial dos Poderes do Estado” foi substituída por “Diário do Legislativo” pelo art. 110 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 51 – A renúncia ao mandato deve ser manifestada por escrito ao Presidente da Assembleia e se tornará efetiva e irretratável depois de lida em Plenário ou publicada no *Diário do Legislativo*.

• (A expressão “*órgão oficial dos Poderes do Estado*” foi substituída por “*Diário do Legislativo*” pelo art. 110 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 52 – Considera-se haver renunciado:

I – o Deputado que não prestar compromisso na forma e no prazo previstos, respectivamente, nos arts. 6º e 7º;

II – o suplente que, convocado, não entrar no exercício do mandato nos termos deste regimento.

Art. 53 – Perderá o mandato o Deputado:

I – que infringir proibição estabelecida no art. 57 da Constituição do Estado;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa ordinária, a 1/3 (um terço) das reuniões ordinárias, salvo em caso de licença ou missão autorizada pela Assembleia Legislativa;

IV – que perder os direitos políticos ou os tiver suspensos;

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição da República;

VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII – quando o decretar o Poder Judiciário, em sentença transitada em julgado, nos casos previstos na Constituição da República.

§ 1º – Nos casos previstos nos incisos I, II e VI do *caput*, a perda de mandato será decidida, à vista de provocação da Mesa ou de partido representado na Assembleia Legislativa, pelo voto nominal da maioria dos Deputados, assegurada ampla defesa e observado o seguinte procedimento:

• *(Caput com redação dada pelo art. 14 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

I – a representação será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que a receberá, processará e fornecerá cópia ao Deputado;

II – o Deputado terá o prazo de dez dias para apresentar defesa escrita e indicar provas;

III – não oferecida a defesa, o Presidente da comissão nomeará defensor dativo para fazê-lo em prazo igual ao estabelecido no inciso anterior;

IV – oferecida a defesa, a comissão, no prazo de quinze dias, procederá à instrução probatória e emitirá parecer

concluindo pela apresentação de projeto de resolução que disponha sobre a perda do mandato, se procedente a representação, ou pelo arquivamento desta;

V – o parecer da Comissão de Constituição e Justiça será encaminhado à Mesa da Assembleia e incluído em ordem do dia.

§ 2º – Nos casos dos incisos III, IV e V do *caput* deste artigo, a perda será declarada pela Mesa da Assembleia, de ofício ou por provocação de qualquer dos Deputados ou de partido representado na Assembleia Legislativa, assegurada ampla defesa.

§ 3º – No caso de incapacidade civil absoluta, a suspensão do exercício do mandato não implica a perda da remuneração.

Art. 54 – Será dada licença ao Deputado para:

I – chefiar missão temporária de caráter diplomático;

II – participar de curso, congresso, conferência ou reunião considerados de interesse da atividade parlamentar;

III – tratar da saúde, quando, por motivo de doença comprovada, se encontrar impossibilitado de cumprir os deveres decorrentes do exercício do mandato;

IV – tratar, sem remuneração, de interesse particular,

desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa ordinária.

§ 1º – A licença será concedida pelo Presidente, de ofício ou a requerimento fundamentado, exceto nas hipóteses de que tratam os incisos I e IV do *caput*, nas quais a decisão caberá à Mesa da Assembleia.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 15 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 2º – *(Revogado pelo art. 15 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 3º – O Deputado licenciado nos termos dos incisos I, III e IV do *caput* poderá exercer os direitos assegurados nos incisos V, VI, VIII e IX do art. 46, ficando suspensos os enumerados nos demais incisos, e o Deputado licenciado nos termos do inciso II do *caput* poderá exercer os direitos assegurados no art. 46.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 1º da Resolução da ALMG nº 5.344, de 4/3/2011.)*

§ 4º – O Deputado não poderá reassumir o mandato antes de findo o prazo da licença, quando esta houver ensejado a convocação de suplente.

§ 5º – Para se afastar do território nacional, o Deputado dará prévia ciência à Assembleia Legislativa, por intermédio do Presidente, indicando a natureza e a duração do afastamento.

§ 6º – Não será subvencionada viagem de Deputado, ressalvado o disposto no inciso XXVI do art. 120 ou na hipótese de representação da Assembleia Legislativa por determinação da Mesa da Assembleia.

§ 7º – Para obtenção ou prorrogação da licença médica, será necessário laudo de inspeção de saúde, firmado por três médicos integrantes do serviço competente da Secretaria da Assembleia.

Art. 55 – Ao se afastar do exercício do mandato para ser investido no cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário do Distrito Federal ou de município que seja capital de Estado, bem como ao reassumir suas funções, o Deputado deverá fazer comunicação escrita à Mesa da Assembleia.

§ 1º – No caso do afastamento de que tratam este artigo e o inciso I do art. 54, o Deputado poderá optar pela remuneração do mandato.

§ 2º – A apresentação da comunicação de que trata este artigo implica perda dos lugares que o Deputado ocupe nas comissões.

Art. 56 – As imunidades constitucionais dos Deputados subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas pelo voto nominal de 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Legislativa, restrita a suspensão aos atos que,

praticados fora do recinto da Casa, sejam incompatíveis com a execução da medida.

• *(Caput com redação dada pelo art. 16 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Parágrafo único – A mensagem que solicita a suspensão será remetida à Comissão de Constituição e Justiça para receber parecer.

CAPÍTULO III DA SUSTAÇÃO DO ANDAMENTO DE AÇÃO JUDICIAL CONTRA DEPUTADO

• *(Título com redação dada pelo art. 18 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 57 – Por iniciativa de partido político com representação na Assembleia Legislativa, esta poderá decidir pela sustação de ação judicial contra Deputado.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 17 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 58 – O pedido de sustação será apreciado pela Assembleia Legislativa no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias.

§ 1º – Recebido o pedido de sustação, o ofício será numerado, publicado e despachado à Comissão de Constituição e Justiça, que, no prazo de vinte dias, emitirá parecer preliminar sobre a possibilidade de se deliberar sobre o pedido de sustação do andamento da ação.

§ 2º – Caso a Comissão de Constituição e Justiça conclua pela possibilidade de deliberação sobre a sustação do andamento da ação, o processo será encaminhado à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar para parecer, nos termos do inciso V do art. 4º da Resolução nº 5.207, de 10 de dezembro de 2002.

§ 3º – De decisão da Comissão de Constituição e Justiça que concluir pela impossibilidade de deliberação sobre a sustação do andamento da ação caberá recurso ao Plenário, nos termos do art. 104 deste regimento.

§ 4º – A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, no prazo de dez dias, emitirá parecer, que concluirá pela apresentação de projeto de resolução que aprova ou rejeita o pedido de sustação do andamento da ação.

§ 5º – Esgotado o prazo da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar sem emissão de parecer, o Presidente da Assembleia incluirá a matéria na ordem do dia e para ela designará relator, nos termos do § 2º do art. 145 deste regimento.

§ 6º – O projeto de resolução a que se refere o § 4º será recebido, publicado, incluído na ordem do dia e apreciado sem parecer.

§ 7º – O projeto de resolução a que se refere este artigo será aprovado se obtiver o voto favorável da maioria dos membros da Assembleia Legislativa.

§ 8º – A Mesa da Assembleia comunicará ao tribunal competente a decisão do Plenário.

§ 9º – Aplicam-se à tramitação do projeto de resolução a que se refere este artigo, no que couber, as disposições relativas à discussão e à votação de projeto de lei ordinária.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 17 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

CAPÍTULO IV DO DECORO PARLAMENTAR

• *(Vide Resolução da ALMG nº 5.207, de 10/12/2002.)*

Art. 59 – O Deputado que descumprir os deveres decorrentes do mandato ou praticar ato que afete a dignidade da investidura estará sujeito a processo e penalidades previstos neste regimento.

§ 1º – Constituem penalidades:

I – censura;

II – impedimento temporário do exercício do mandato, não excedente a trinta dias;

III – perda do mandato.

§ 2º – Considera-se atentatório ao decoro parlamentar o uso, em discurso ou proposição, de expressões que configurem violação dos direitos constitucionais.

§ 3º – É incompatível com o decoro parlamentar:

I – o abuso das prerrogativas constitucionais;

II – a percepção de vantagens indevidas;

III – a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes;

IV – a prática de ofensa à imagem da instituição, à honra ou à dignidade de seus membros.

Art. 60 – A censura será verbal ou escrita.

§ 1º – A censura verbal é aplicada, em reunião, pelo Presidente da Assembleia ou pelo de comissão ao Deputado que:

I – deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres decorrentes do mandato ou os preceitos deste regimento;

II – perturbar a ordem ou praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta no recinto da Assembleia Legislativa ou em suas demais dependências.

§ 2º – A censura escrita será imposta pela Mesa da Assembleia ao Deputado que:

I – reincidir nas hipóteses previstas no parágrafo anterior;

II – usar, em discurso ou proposição, expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

III – praticar ofensas físicas ou morais em dependências da Assembleia Legislativa ou desacatar, por atos ou palavras, outro Deputado, a Mesa da Assembleia ou comissão e respectivas Presidências ou o Plenário.

Art. 61 – Considera-se incurso na sanção de impedimento temporário do exercício do mandato o Deputado que:

I – reincidir nas hipóteses previstas no § 2º do artigo anterior;

II – praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos deste regimento;

III – revelar conteúdo de debate ou deliberação que, por decisão do Plenário ou de comissão, deva permanecer sigiloso;

IV – revelar informação ou conteúdo de documento oficial de caráter sigiloso de que tenha tido conhecimento.

Parágrafo único – Nos casos previstos neste artigo, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em votação nominal e por maioria simples, assegurada ao infrator ampla defesa.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 19 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 62 – O Deputado acusado da prática de ato que ofenda a sua honorabilidade poderá requerer ao Presidente da Assembleia que mande apurar a veracidade da arguição e, não provada a procedência, imponha ao Deputado ofensor a penalidade regimental cabível.

CAPÍTULO V DA CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE

Art. 63 – O Presidente convocará suplente de Deputado, no prazo de quarenta e oito horas, nos casos de:

I – ocorrência de vaga;

II – investidura do titular nas funções indicadas no art. 55;

III – licença para tratamento de saúde do titular por prazo superior a cento e vinte dias, vedada a soma de períodos para esse efeito, estendendo-se a convocação por todo o período de licença e de suas prorrogações;

IV – licença para chefiar missão temporária de caráter diplomático, atendido o disposto no inciso anterior;

V – não apresentação do titular à posse no prazo regimental, observado o disposto no *caput* e no § 1º do art. 7º.

Parágrafo único – O suplente de Deputado, quando convocado em caráter de substituição, não poderá ser eleito para os cargos da Mesa da Assembleia.

Art. 64 – Se ocorrer vaga e não houver suplente, far-se-á eleição para preenchê-la, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato, cabendo ao Presidente da Assembleia comunicar o fato à Justiça Eleitoral.

CAPÍTULO VI DA REMUNERAÇÃO

- *(Título com redação dada pelo art. 21 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 65 – O pagamento da remuneração do Deputado corresponderá a seu comparecimento efetivo às reuniões e a sua participação nas votações.

- *(Artigo com redação dada pelo art. 20 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

CAPÍTULO VII DAS LIDERANÇAS

Seção I Da Bancada

Art. 66 – Bancada é o agrupamento organizado de, no mínimo, cinco Deputados de uma mesma representação partidária.

Art. 67 – Líder é o porta-voz da bancada e o intermediário entre esta e os órgãos da Assembleia Legislativa.

§ 1º – Cada bancada indicará à Mesa da Assembleia,

até cinco dias após o início da sessão legislativa ordinária, o nome de seu Líder, que será escolhido em reunião por ela realizada para esse fim e cujas prerrogativas legais observarão a proporção fixada no § 4º deste artigo.

§ 2º – A indicação de que trata o parágrafo anterior será formalizada em ata, cuja cópia será encaminhada à Mesa da Assembleia.

§ 3º – Enquanto não for feita a indicação, considerar-se-á Líder o Deputado mais idoso.

§ 4º – Cada Líder poderá indicar Vice-Líderes, na proporção de um por cinco Deputados, ou fração, da respectiva bancada, limitados a cinco Vice-Líderes por bancada, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 68 e no § 2º do art. 72.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 2º da Resolução da ALMG nº 5.344, de 4/3/2011.)*

§ 5º – Os Líderes e os Vice-Líderes não poderão ser membros da Mesa da Assembleia.

Art. 68 – Haverá Líder do Governo se o Governador do Estado o indicar à Mesa da Assembleia.

Parágrafo único – Poderão ser indicados pelo Líder do Governo até cinco Vice-Líderes.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 3º da Resolução da ALMG nº 5.344, de 4/3/2011.)*

Art. 69 – Além de outras atribuições regimentais, cabe ao Líder:

I – inscrever membros da bancada ou do bloco parlamentar para discutirem matéria constante na pauta e falar na 3ª Parte da reunião;

II – indicar candidatos da bancada ou do bloco parlamentar para concorrerem aos cargos da Mesa da Assembleia;

III – indicar à Mesa da Assembleia membros da bancada ou do bloco parlamentar para comporem as comissões e, nos termos do art. 117, propor substituição;

IV – cientificar a Mesa da Assembleia de qualquer alteração nas Lideranças.

Art. 70 – Será facultado ao Líder, em caráter excepcional, usar da palavra pelo tempo que o Presidente da Assembleia prefixar, a fim de tratar de assunto relevante e urgente ou responder a crítica dirigida à bancada ou ao bloco parlamentar a que pertença.

§ 1º – Quando o Líder não puder ocupar a tribuna, poderá transferir a palavra a um dos seus Vice-Líderes ou a qualquer de seus liderados.

§ 2º – A palavra somente será concedida, em ambas as fases da Ordem do Dia, depois de discutidas ou votadas as matérias nelas constantes.

Seção II

Dos Blocos Parlamentares

Art. 71 – É facultado às representações partidárias, por decisão da maioria de seus membros, constituir bloco parlamentar, sob liderança comum, vedada a participação de cada uma delas em mais de um bloco.

§ 1º – A constituição do bloco parlamentar e as alterações nele verificadas serão comunicadas à Mesa da Assembleia, para registro e publicação.

§ 2º – O bloco parlamentar terá o tratamento dispensado às bancadas.

§ 3º – A escolha do Líder será comunicada à Mesa da Assembleia até cinco dias após a constituição do bloco parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos membros de cada representação partidária que o integre.

§ 4º – As Lideranças de bancadas coligadas em bloco parlamentar têm suspensas suas atribuições, direitos e prerrogativas regimentais e demais prerrogativas legais.

• (Parágrafo regulamentado pela Deliberação da Mesa da ALMG nº 1.584, de 5/1/1999.)

§ 5º – Não será admitida a constituição de bloco parlamentar integrado por menos de 1/5 (um quinto) dos membros da Assembleia Legislativa.

§ 6º – Se o desligamento de uma representação partidária implicar composição numérica menor que a fixada no parágrafo anterior, extinguir-se-á o bloco parlamentar.

§ 7º – O bloco parlamentar tem existência por sessão legislativa ordinária e persiste durante a convocação extraordinária da Assembleia Legislativa.

§ 8º – Dissolvido o bloco parlamentar ou modificada sua composição numérica, será revista a participação das representações partidárias ou dos blocos nas comissões, para o fim de redistribuição de lugares, consoante o princípio da proporcionalidade partidária.

§ 9º – A representação partidária que se tenha desvinculado de bloco parlamentar ou a que tenha integrado bloco posteriormente dissolvido não poderá participar de outro na mesma sessão legislativa ordinária.

Seção III **Da Maioria e da Minoria**

Art. 72 – Constitui a Maioria a bancada ou o bloco parlamentar integrado pelo maior número de membros, considerando-se a Minoria a bancada ou o bloco parlamentar de composição numérica imediatamente inferior que, em relação ao Governo, expresse posição oposta à da Maioria.

§ 1º – As Lideranças da Maioria e da Minoria são constituídas segundo os preceitos deste regimento aplicáveis à bancada e ao bloco parlamentar.

§ 2º – Não haverá Vice-Líder da Maioria nem da Minoria.

Seção IV

Do Colégio de Líderes

Art. 73 – Os Líderes da Maioria, da Minoria, das bancadas e dos blocos parlamentares constituem o Colégio de Líderes.

§ 1º – O Líder do Governo terá direito a voz, mas não a voto, no Colégio de Líderes.

• (Parágrafo com redação dada pelo art. 22 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

§ 2º – O voto de Líder de bloco parlamentar terá peso correspondente ao número de representações partidárias que integrem o bloco.

§ 3º – As deliberações do Colégio de Líderes serão tomadas pela maioria de seus membros.

• (Parágrafo com redação dada pelo art. 22 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

§ 4º – O Acordo de Líderes que vise a alterar procedimento específico na tramitação de matéria somente será

recebido se subscrito pela totalidade dos membros do Colégio de Líderes.

§ 5º – O Acordo de Líderes não será recebido se visar a alterar essencialidades do processo legislativo.

TÍTULO IV DA MESA DA ASSEMBLEIA

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO E DA COMPETÊNCIA

Art. 74 – À Mesa da Assembleia, na qualidade de comissão executiva, incumbe a direção dos trabalhos da Assembleia Legislativa.

Art. 75 – A Mesa da Assembleia é composta do Presidente, de três Vice-Presidentes e de três Secretários.

• (Artigo com redação dada pelo art. 1º da Resolução da ALMG nº 5.197, de 30/11/2000.)

• (Artigo regulamentado pela Deliberação da Mesa da ALMG nº 1.585, de 18/1/1999.)

Art. 76 – Tomarão assento à mesa, durante as reuniões, o Presidente da Assembleia, o 1º-Secretário e o 2º-Secretário.

§ 1º – O Presidente da Assembleia convidará Deputados para exercerem a função de Secretário, na ausência de dois ou mais titulares.

§ 2º – A presença dos Secretários poderá ser dispensada nas reuniões especiais, exceto nas destinadas à eleição da Mesa da Assembleia para o 2º biênio.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 23 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 77 – O mandato dos membros da Mesa da Assembleia, que termina com a posse dos sucessores, é de dois anos, permitida uma única recondução para o mesmo cargo na eleição subsequente, na mesma legislatura ou na seguinte.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 1º da Resolução da ALMG nº 5.222, de 3/12/2004.)*

Art. 78 – O membro da Mesa da Assembleia não poderá ser indicado Líder ou Vice-Líder de bancada ou bloco parlamentar, fazer parte de comissão permanente, especial ou de inquérito nem ser Presidente ou relator de comissão extraordinária.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 24 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 79 – À Mesa da Assembleia compete, privativamente, entre outras atribuições:

I – dirigir os trabalhos legislativos e tomar as providências necessárias a sua regularidade;

II – promulgar as emendas à Constituição;

III – dar conhecimento ao Plenário, na última semana da sessão legislativa ordinária, do relatório das atividades da Assembleia Legislativa;

IV – definir limites e competência para ordenar despesas, dentro da previsão orçamentária, e autorizar celebração de contrato;

V – orientar os serviços administrativos da Assembleia Legislativa, interpretar o regulamento e decidir, em grau de recurso, acerca de matéria relativa aos direitos e aos deveres dos servidores;

VI – nomear, promover, comissionar, conceder gratificações e fixar seus percentuais, salvo quando expressos em lei ou resolução, conceder licença, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir e aposentar o servidor da Secretaria da Assembleia, assinando o Presidente o respectivo ato;

VII – apresentar projeto de resolução que vise a:

a) dispor sobre o Regimento Interno e suas alterações;

b) *(Revogado pelo art. 26 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

c) *(Revogado pelo art. 26 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

d) dispor sobre o regulamento geral da Secretaria da Assembleia, sua organização, seu funcionamento e sua polícia, bem como suas alterações;

e) dispor sobre criação, transformação ou extinção de cargo, emprego ou função, plano de carreira e regime jurídico dos servidores da Secretaria da Assembleia;

• *(Alínea com redação dada pelo art. 25 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

f) criar entidade da administração indireta da Assembleia Legislativa, observado, no que couber, o disposto nas alíneas “d” e “e”;

g) conceder licença ao Governador do Estado para interromper o exercício de suas funções;

h) conceder licença ao Governador para ausentar-se do Estado e, ao Vice-Governador, do País, quando prevista ausência superior a quinze dias;

i) dispor sobre mudança temporária da sede da Assembleia Legislativa;

j) abrir crédito suplementar ao orçamento da Assembleia Legislativa, nos termos da Constituição do Estado, e propor a abertura de outros créditos adicionais;

k) aprovar a apresentação de proposta de emenda à Constituição da República, conforme previsto no inciso III do *caput* do art. 60 da mesma Constituição;

• *(Alínea acrescentada pelo art. 26 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

VIII – emitir parecer sobre:

a) matéria de que tratam os incisos VII e XVII deste artigo;

• *(Alínea com redação dada pelo art. 25 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

b) requerimento de inserção de documentos e pronunciamentos não oficiais nos anais da Assembleia Legislativa;

c) requerimento de informações às autoridades estaduais, somente o admitindo quanto a fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa;

d) constituição de comissão de representação que importe ônus para a Assembleia Legislativa;

IX – decidir sobre a solicitação a que se refere o art. 308;

X – declarar a perda do mandato de Deputado, nos casos previstos nos incisos III, IV e V do art. 53, na forma do disposto no § 2º do mesmo artigo;

XI – aplicar a penalidade de censura escrita a Deputado, consoante o § 2º do art. 60;

XII – aprovar a proposta do orçamento anual das administrações direta e indireta da Assembleia Legislativa e encaminhá-la ao Poder Executivo;

XIII – encaminhar ao Tribunal de Contas a prestação de contas da Secretaria da Assembleia referente a cada exercício financeiro, para parecer prévio;

XIV – publicar mensalmente, no *Diário do Legislativo*, resumo do demonstrativo das despesas orçamentárias executadas no período pelas unidades administrativas diretas e indiretas da Assembleia Legislativa;

• (A expressão “*órgão oficial dos Poderes do Estado*” foi substituída por “*Diário do Legislativo*” pelo art. 110 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

XV – autorizar aplicação de disponibilidades financeiras das administrações direta e indireta da Assembleia Legislativa, mediante depósito em instituições financeiras oficiais do Estado, ressalvados os casos previstos em lei federal;

XVI – conceder licença a Deputado nas hipóteses previstas nos incisos I e IV do art. 54;

XVII – apresentar projeto de lei que vise a:

a) fixar a remuneração do Deputado;

b) fixar a remuneração do Governador, do Vice-Governador e de Secretário de Estado;

c) fixar a remuneração dos servidores da Secretaria da Assembleia, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

• *(Inciso acrescentado pelo art. 26 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

XVIII – realizar, de ofício ou a requerimento de comissão, consulta pública para subsidiar a elaboração de anteprojeto ou a apreciação de proposição, bem como para colher propostas e sugestões sobre assunto de relevante interesse.

• *(Inciso acrescentado pelo art. 26 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Parágrafo único – As disposições relativas às comissões permanentes aplicam-se, no que couber, à Mesa da Assembleia.

Art. 79-A – A Mesa da Assembleia poderá emitir parecer quanto ao mérito de proposição que importe encargo administrativo para a Assembleia Legislativa.

• *(Artigo acrescentado pelo art. 27 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 80 – A Mesa da Assembleia, por iniciativa própria ou a requerimento de Deputado ou comissão, exercerá a competência prevista no art. 103 da Constituição da República e no art. 118 da Constituição do Estado.

CAPÍTULO II DO PRESIDENTE E DOS VICE-PRESIDENTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Art. 81 – A Presidência é o órgão representativo da Assembleia Legislativa e responsável pela direção dos trabalhos institucionais e por sua ordem.

Art. 82 – Compete ao Presidente da Assembleia, além de outras atribuições:

I – abrir, presidir e encerrar as reuniões da Assembleia Legislativa;

II – determinar a leitura das atas pelo 2º-Secretário, submetê-las a discussão e assiná-las, depois de aprovadas;

III – receber a correspondência destinada à Assembleia Legislativa;

IV – determinar a leitura da correspondência pelo 1º-Secretário;

V – anunciar o número de Deputados presentes à reunião;

VI – autenticar, juntamente com o 1º-Secretário, a lista de presença dos Deputados;

VII – organizar e anunciar a ordem do dia, podendo ouvir as Lideranças;

VIII – determinar a retirada de proposição da ordem do dia;

IX – submeter a discussão e votação a matéria em pauta;

X – anunciar o resultado da votação;

XI – anunciar o projeto de lei apreciado conclusivamente pelas comissões e a fluência do prazo para interposição do recurso a que se refere o inciso I do § 2º do art. 60 da Constituição do Estado;

XII – decidir sobre requerimento sujeito a seu despacho;

XIII – determinar a anexação, o arquivamento ou o desarquivamento de proposição;

XIV – declarar a prejudicialidade de proposição;

XV – interpretar o Regimento Interno da Assembleia e decidir sobre questão de ordem;

XVI – prorrogar, de ofício, o horário da reunião;

XVII – convocar sessão legislativa extraordinária e reunião da Assembleia Legislativa;

XVIII – determinar a publicação dos trabalhos da Assembleia Legislativa;

XIX – designar os membros das comissões;

XX – constituir comissão de representação;

XXI – declarar a perda da qualidade de membro de comissão, por motivo de falta, nos termos do § 2º do art. 116;

XXII – distribuir matéria às comissões;

XXIII – deixar de receber requerimento de audiência de comissão, quando for impertinente ou quando sobre a proposição já se tenham pronunciado três comissões, ressalvado o disposto no art. 204;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 28 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

XXIV – decidir sobre recurso de decisão de questão de ordem arguida em comissão;

XXV – presidir as reuniões da Mesa da Assembleia, com direito a voto;

XXVI – dar posse aos Deputados;

XXVII – conceder licença a Deputado, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I e IV do art. 54;

XXVIII – assinar as proposições de lei;

XXIX – promulgar:

a) resolução legislativa, ressalvada a hipótese prevista no art. 197;

b) lei resultante de sanção tácita, transcorrido o prazo previsto no § 8º do art. 70 da Constituição do Estado;

c) lei ou disposição legal resultante de rejeição de veto, transcorrido o prazo previsto no § 8º do art. 70 da Constituição do Estado;

XXX – encaminhar pedido de informação e reiterá-lo, se não for atendido no prazo de trinta dias;

XXXI – encaminhar aos órgãos ou às entidades referidos no art. 114 as conclusões de comissão parlamentar de inquérito;

XXXII – assinar a correspondência oficial destinada ao Presidente da República, aos Governadores de Estado e do Distrito Federal, aos Ministros e aos Secretários de Estado, aos Presidentes do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das assembleias legislativas e dos tribunais, bem como a autoridades diplomáticas e religiosas;

XXXIII – comunicar a existência de vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas, para os fins da escolha prevista no inciso II do § 1º do art. 78 da Constituição do Estado;

XXXIV – exercer o Governo do Estado no caso previsto no art. 87 da Constituição do Estado;

XXXV – zelar pelo prestígio e pela dignidade da

Assembleia Legislativa, pelo respeito às prerrogativas constitucionais de seus membros e pelo decoro parlamentar;

XXXVI – dirigir a polícia da Assembleia Legislativa;

XXXVII – deixar de submeter a votação em Plenário, a seu critério, proposição de autoria de Deputado que não esteja presente no momento de sua votação.

• *(Inciso acrescentado pelo art. 28 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 83 – Ao Presidente, como fiscal da ordem, compete tomar as providências necessárias ao funcionamento normal das reuniões, especialmente:

I – fazer observar as leis e este regimento;

II – deixar de receber proposição que não atenda às exigências constitucionais ou regimentais;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 29 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

III – interromper o orador que se desviar do ponto em discussão, falar sobre matéria vencida, bem como faltar à consideração para com a Assembleia Legislativa, sua Mesa, suas comissões ou algum de seus membros e em geral com representantes do poder público, chamando-o à ordem ou retirando-lhe a palavra;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 3º da Resolução da ALMG nº 5.183, de 14/7/1998.)*

IV – convidar a retirar-se do recinto do Plenário o Deputado que perturbar a ordem;

V – aplicar censura verbal ao Deputado;

VI – chamar a atenção do Deputado, ao esgotar-se o prazo de sua permanência na tribuna;

VII – não permitir a publicação de expressões vedadas por este regimento;

VIII – suspender a reunião ou fazer retirar pessoas das galerias, se as circunstâncias o exigirem.

Art. 84 – Para tomar parte na discussão de qualquer assunto, o Presidente passará a Presidência a seu substituto.

§ 1º – O Presidente votará quando houver empate nas votações, computando-se a sua presença, em qualquer caso, para efeito de quórum.

• (Parágrafo com redação dada pelo art. 30 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

§ 2º – *(Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 85 – Na ausência ou no impedimento do Presidente, os Vice-Presidentes o substituirão conforme a ordem da numeração do cargo.

• (Artigo com redação dada pelo art. 31 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

CAPÍTULO III DOS SECRETÁRIOS

Art. 86 – Compete ao 1º-Secretário:

I – inspecionar os trabalhos da Secretaria da Assembleia e fiscalizar-lhe as despesas;

II – fazer a chamada dos Deputados;

III – ler, na íntegra, os ofícios das altas autoridades e as proposições para discussão ou votação, bem como, em resumo, qualquer outro documento;

IV – despachar a matéria do Expediente;

V – fazer a correspondência oficial da Assembleia Legislativa, assinando a que não for atribuída ao Presidente;

VI – formalizar, em despacho, a distribuição de matéria às comissões;

VII – assinar, depois do Presidente, as proposições de lei, bem como as leis e as resoluções legislativas que este promulgar;

VIII – proceder à contagem dos Deputados, em verificação de votação;

IX – providenciar a entrega de cópia das proposições em pauta aos Deputados;

X – anotar o resultado das votações;

XI – autenticar, junto com o Presidente, a lista de presença dos Deputados.

Art. 87 – Compete ao 2º-Secretário:

I – fiscalizar a redação das atas e fazer a sua leitura no Plenário;

II – assinar, depois do 1º-Secretário, as proposições de lei, bem como as leis e as resoluções legislativas que o Presidente promulgar;

III – redigir a ata das reuniões secretas;

IV – auxiliar o 1º-Secretário na verificação de votação.

Art. 88 – Os Secretários substituir-se-ão pela ordem de sua enumeração e substituirão o Presidente na falta ou no impedimento dos Vice-Presidentes.

CAPÍTULO IV DA POLÍCIA INTERNA

Art. 89 – Compete privativamente à Mesa da Assembleia o policiamento do Palácio da Inconfidência e das demais dependências da Assembleia Legislativa.

Art. 90 – É proibido o porte de arma em recinto da Assembleia Legislativa.

Art. 91 – *(Revogado pelo art. 28 da Resolução da ALMG nº 5.207, de 10/12/2002).*

Art. 92 – *(Revogado pelo art. 28 da Resolução da ALMG nº 5.207, de 10/12/2002).*

Art. 93 – Será permitido a qualquer pessoa decentemente trajada ingressar e permanecer nas dependências da Assembleia Legislativa, salvo nos recintos de uso privativo, e assistir às reuniões do Plenário e das comissões.

Parágrafo único – O Presidente fará sair das dependências da Assembleia Legislativa a pessoa cujo traje estiver em desacordo com o disposto neste artigo ou que perturbar a ordem.

Art. 94 – Durante as reuniões, somente serão admitidos no Plenário os Deputados e os funcionários da Secretaria da Assembleia em serviço no apoio ao processo legislativo, não sendo permitidos, no recinto, o fumo, as conversações que perturbem os trabalhos ou as atitudes que comprometam a solenidade, a ordem e o respeito.

§ 1º – Poderão permanecer nas dependências contíguas ao Plenário assessores de blocos parlamentares e bancadas e da Liderança do Governo e os jornalistas credenciados.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 32 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 2º – As Lideranças da Maioria e da Minoria terão, no

recinto do Plenário, durante as reuniões, assessoramento técnico-legislativo de um servidor.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 32 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 95 – Se algum Deputado cometer ato suscetível de repressão disciplinar, o Presidente da Assembleia conhecerá do fato e promoverá a abertura de sindicância ou de inquérito destinados a apurar responsabilidades.

TÍTULO V DAS COMISSÕES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 96 – As comissões da Assembleia Legislativa são:

I – permanentes, as que subsistem nas legislaturas;

II – temporárias, as que se extinguem com o término da legislatura ou antes dele, se atingido o fim para que foram criadas ou findo o prazo estipulado para seu funcionamento.

Art. 97 – Os membros das comissões são designados pelo Presidente da Assembleia, por indicação dos Líderes das bancadas ou dos blocos parlamentares, na forma do inciso III do art. 69.

§ 1º – O número de suplentes nas comissões é igual ao de efetivos, ressalvado o disposto no § 2º do art. 115.

§ 2º – O membro efetivo será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo suplente.

Art. 98 – Na constituição das comissões, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional das bancadas ou dos blocos parlamentares.

§ 1º – A participação proporcional é determinada pela divisão do número de Deputados pelo número de membros de cada comissão, e do número de Deputados de cada bancada ou bloco parlamentar pelo quociente assim obtido, indicando o inteiro do quociente final, chamado quociente partidário, o número de membros de bancada ou do bloco parlamentar na comissão.

§ 2º – As vagas remanescentes, uma vez aplicado o critério previsto no parágrafo anterior, serão destinadas às bancadas ou aos blocos parlamentares, levando-se em conta as frações do quociente partidário, das maiores para as menores.

§ 3º – Em caso de empate na fração referida no parágrafo anterior, as vagas a serem preenchidas serão destinadas às bancadas ou aos blocos parlamentares ainda não representados na comissão.

§ 4º – As vagas que sobrarem, uma vez aplicados os critérios anteriores, serão preenchidas mediante acordo das bancadas ou dos blocos parlamentares interessados, que, no prazo de três dias, farão as indicações respectivas.

§ 5º – Esgotando-se, sem indicação, o prazo a que se referem o parágrafo anterior e o art. 106, o Presidente da Assembleia designará os Deputados para o preenchimento das vagas.

Art. 99 – O Deputado que não for membro da comissão poderá participar das discussões, sem direito a voto.

Art. 100 – Às comissões, em razão da matéria de sua competência, da matéria compreendida em sua denominação ou da finalidade de sua constituição, cabe:

I – discutir e votar proposições, dispensada a apreciação do Plenário, nos termos do art. 103;

II – apreciar os assuntos e as proposições submetidos ao seu exame e sobre eles emitir parecer;

III – iniciar o processo legislativo e apresentar emendas;

• (Inciso com redação dada pelo art. 33 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

IV – realizar inquérito;

V – realizar audiência pública e audiência de convidados, nos termos do art. 125-A;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 33 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

VI – realizar visita, nos termos do art. 297-A;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 33 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

VII – convocar Secretário de Estado, dirigente de entidade da administração indireta ou titular de órgão diretamente subordinado ao Governador do Estado para prestar, pessoalmente, informação sobre assunto previamente determinado, sob pena de responsabilidade no caso de ausência injustificada;

VIII – convocar, além das autoridades a que se refere o inciso anterior, outra autoridade estadual para prestar informação sobre assunto inerente às suas atribuições, constituindo infração administrativa a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias;

IX – encaminhar, por intermédio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a Secretário de Estado, a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais;

X – receber petição, reclamação, representação ou queixa de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade ou entidade públicas;

XI – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão, na forma do inciso VI do § 2º do art. 60 da Constituição do Estado;

XII – apreciar plano de desenvolvimento e programa de obras do Estado, de região metropolitana, de aglomeração urbana e de microrregião;

XIII – acompanhar a implantação dos planos e programas de que trata o inciso XII e exercer a fiscalização dos recursos estaduais neles alocados;

• (Inciso com redação dada pelo art. 33 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

XIV – exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades administrativas dos Poderes do Estado, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, das entidades da administração indireta, inclusive das fundações e das sociedades instituídas e mantidas pelo Estado, e das empresas de cujo capital social ele participe;

XV – determinar a realização de diligência, perícia ou inspeção de auditoria nas entidades indicadas no inciso anterior, podendo, para isso, solicitar o auxílio do Tribunal de Contas;

XVI – exercer a fiscalização e o controle dos atos da administração pública;

XVII – propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem da competência regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo projeto de resolução;

XVIII – estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferência, exposição, seminário, debate público ou evento congêneres;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 33 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

XIX – realizar, de ofício ou a requerimento, audiência com órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta e da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita a seu parecer ou decisão, ou solicitar colaboração ou informação para a mesma finalidade, não implicando a diligência dilação dos prazos, ressalvado o disposto nos §§ 3º e 5º do art. 135 e nos arts. 300 e 301;

XX – acompanhar e avaliar a execução das políticas públicas no Estado, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG;

• *(Inciso acrescentado pelo art. 33 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

XXI – elaborar o planejamento anual das atividades de acompanhamento e avaliação das políticas públicas

no Estado, para a realização das audiências públicas de acompanhamento, previstas no art. 291;

- *(Inciso acrescentado pelo art. 33 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

XXII – divulgar anualmente relatório com informações quantitativas e qualitativas de suas atividades;

- *(Inciso acrescentado pelo art. 33 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

XXIII – elaborar estudos de avaliação de impacto da legislação estadual vigente.

- *(Inciso acrescentado pelo art. 33 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 1º – As atribuições contidas nos incisos III, VI, IX, XVI, XVII e XIX do *caput* não excluem a iniciativa concorrente de Deputado.

- *(Parágrafo renumerado e com redação dada pelo art. 33 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 2º – A realização de audiência pública ou de audiência de convidados fora da sede da Assembleia Legislativa, bem como a realização de visita, fica condicionada à disponibilidade orçamentária.

- *(Parágrafo acrescentado pelo art. 33 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

CAPÍTULO II DAS COMISSÕES PERMANENTES

Seção I Da Denominação e da Competência

Art. 101 – São as seguintes as comissões permanentes:

I – de Administração Pública;

II – de Assuntos Municipais e Regionalização;

III – de Constituição e Justiça;

IV – de Defesa do Consumidor e do Contribuinte;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 3º da Resolução da ALMG nº 5.204, de 3/7/2002.)*

V – de Direitos Humanos;

VI – de Educação, Ciência e Tecnologia;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 3º da Resolução da ALMG nº 5.342, de 20/12/2010.)*

VII – de Fiscalização Financeira e Orçamentária;

VIII – de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 4º da Resolução da ALMG nº 5.322, de 22/12/2008.)*

IX – de Agropecuária e Agroindústria;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 34 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

X – de Redação;

XI – de Saúde;

XII – de Transporte, Comunicação e Obras Públicas;

XIII – de Desenvolvimento Econômico;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 34 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

XIV – do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 34 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

XV – de Segurança Pública;

• *(Inciso acrescentado pelo art. 1º da Resolução da ALMG nº 5.204, de 3/7/2002.)*

XVI – de Participação Popular;

• *(Inciso acrescentado pelo art. 1º da Resolução da ALMG nº 5.212, de 9/5/2003.)*

XVII – de Cultura;

• *(Inciso acrescentado pelo art. 2º da Resolução da ALMG nº 5.229, de 5/5/2005.)*

XVIII – de Minas e Energia;

• *(Inciso acrescentado pelo art. 4º da Resolução da ALMG nº 5.322, de 22/12/2008.)*

XIX – de Esporte, Lazer e Juventude;

- *(Inciso acrescentado pelo art. 1º da Resolução da ALMG nº 5.342, de 20/12/2010.)*

- *(Inciso com redação dada pelo art. 4º da Resolução da ALMG nº 5.344, de 4/3/2011.)*

XX – de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

- *(Inciso acrescentado pelo art. 4º da Resolução da ALMG nº 5.344, de 4/3/2011.)*

XXI – de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas.

- *(Inciso acrescentado pelo art. 1º da Resolução da ALMG nº 5.387, de 7/3/2013.)*

Art. 102 – São matérias de competência das comissões permanentes, observado o disposto no art. 100, especificamente:

I – da Comissão de Administração Pública:

a) a organização dos Poderes Executivo e Judiciário, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, das Polícias Militar e Civil e do sistema de defesa civil;

b) os regimes jurídicos dos servidores públicos civis e dos militares;

- *(Alínea com redação dada pelo art. 35 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

c) os quadros de pessoal das administrações direta e indireta;

d) a política de prestação e concessão de serviços públicos;

e) o direito administrativo em geral;

II – da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização:

a) a divisão administrativa e judiciária;

b) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios e a alteração de limites e topônimos municipais;

c) as normas gerais de criação, organização e supressão de distrito;

d) o direito urbanístico;

e) a política de desenvolvimento urbano;

f) a região de desenvolvimento, a região metropolitana, a aglomeração urbana e a microrregião;

III – da Comissão de Constituição e Justiça:

a) os aspectos jurídico, constitucional e legal das proposições;

b) a representação que vise à perda de mandato de Deputado, nos casos previstos no § 1º do art. 53;

c) o pedido de sustação do andamento de ação judicial contra Deputado;

• *(Alínea com redação dada pelo art. 35 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

d) o recurso de decisão de questão de ordem, na forma do § 1º do art. 167, de decisão de não recebimento de proposição por inconstitucionalidade e o recurso de que trata o § 3º do art. 112;

e) a adequação de proposição às exigências regimentais, nos termos do disposto no § 5º do art. 173 e no § 2º do art. 288;

IV – da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

• *(Caput com redação dada pelo art. 35 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

a) as relações de consumo, a intermediação de conflitos e as medidas de proteção e defesa do consumidor;

b) a orientação e a educação do consumidor;

c) a economia popular e a repressão ao abuso do poder econômico;

d) a composição, a qualidade, a apresentação, a publicidade e a distribuição de bens e serviços;

e) a política de abastecimento;

f) as relações entre o fisco e o contribuinte, com vistas à promoção de um relacionamento fundado em cooperação, respeito mútuo e parceria;

• *(Alínea acrescentada pelo art. 4º da Resolução da ALMG nº 5.204, de 3/7/2002.)*

g) a orientação e a educação do contribuinte;

• *(Alínea acrescentada pelo art. 4º da Resolução da ALMG nº 5.204, de 3/7/2002.)*

h) a fiscalização do cumprimento, pelo poder público estadual, das normas constitucionais de defesa dos direitos do contribuinte;

• *(Alínea acrescentada pelo art. 4º da Resolução da ALMG nº 5.204, de 3/7/2002.)*

V – da Comissão de Direitos Humanos:

a) a defesa dos direitos individuais e coletivos;

b) a defesa dos direitos políticos;

c) a defesa dos direitos das etnias, das mulheres e dos grupos sociais minoritários;

d) *(Revogada pelo art. 2º da Resolução da ALMG nº 5.204, de 3/7/2002.)*

e) a promoção e a divulgação dos direitos humanos;

VI – da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia:

a) as políticas de educação básica, profissional e superior;

b) os programas suplementares de apoio à educação;

c) a diversidade e a inclusão educacional;

d) as políticas de desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;

VII – da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, sem prejuízo da competência específica das demais comissões:

a) o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI –, o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, o crédito adicional e as contas públicas, destacadamente as apresentadas anualmente pelo Governador do Estado e pelo Tribunal de Contas do Estado;

• *(Alínea com redação dada pelo art. 35 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

b) o acompanhamento e a fiscalização da execução orçamentária do Estado;

• *(Alínea com redação dada pelo art. 35 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

c) o sistema financeiro e a matéria tributária;

• *(Vide Decisão Normativa da Presidência da ALMG nº 18, de 25/10/2011.)*

d) a repercussão financeira das proposições;

e) a comprovação de existência e disponibilidade de receita, nos termos do inciso I do art. 68 da Constituição do Estado;

f) a matéria de que tratam os incisos XIV e XVI do art. 100;

g) *(Revogada pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

VIII – da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

• *(Inciso com redação dada pelo art. 5º da Resolução da ALMG nº 5.322, de 22/12/2008.)*

a) a política e o direito ambientais;

b) a preservação da biodiversidade;

c) a proteção, a recuperação e a conservação dos ecossistemas;

d) o controle da poluição e da degradação ambientais;

e) a proteção da flora, da fauna e da paisagem;

f) a educação ambiental;

g) os aspectos climáticos;

• *(Alínea com redação dada pelo art. 5º da Resolução da ALMG nº 5.322, de 22/12/2008.)*

IX – da Comissão de Agropecuária e Agroindústria:

• (Caput com redação dada pelo art. 35 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

- a) o fomento da produção agropecuária;
- b) a agroindustrialização e o desenvolvimento do negócio agrícola;
- c) a política fundiária;
- d) a promoção do desenvolvimento rural e do bem-estar social no campo;
- e) a alienação e a concessão de terras públicas;

X – da Comissão de Redação, a redação final das proposições;

XI – da Comissão de Saúde:

- a) a saúde;
- b) a assistência médica, hospitalar e sanitária;
- c) a prevenção das deficiências física, sensorial e mental;
- d) o saneamento básico;

XII – da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas:

a) a política estadual de planejamento, gerenciamento, construção e manutenção dos sistemas de transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário;

b) a política de ordenação e exploração dos serviços de transporte intermunicipal;

c) a política de concessão e funcionamento dos terminais e vias de transporte;

d) a política de educação para segurança no trânsito;

e) os meios de comunicação social e a liberdade de imprensa;

f) a política de informática, automação e comunicação;

g) os assuntos atinentes a obras públicas;

XIII – da Comissão de Desenvolvimento Econômico:

a) a repercussão econômica das proposições;

b) a política econômica, os planos e os programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento do Estado;

c) as políticas de incentivo ao desenvolvimento econômico;

d) as políticas industrial, comercial, de serviços e de turismo;

e) o cooperativismo e o associativismo produtivo;

f) a microempresa, a empresa de pequeno porte e o empreendedor individual;

g) a atividade econômica estatal;

h) a inovação e a tecnologia aplicadas ao desenvolvimento econômico;

i) as matérias afetas às relações econômicas internacionais do Estado;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 35 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

XIV – da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social:

• *(Caput com redação dada pelo art. 35 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

a) a defesa e a promoção do trabalho;

b) a assistência social e a previdenciária;

c) a proteção à família, à criança, ao adolescente e ao idoso;

d) *(Revogada pelo art. 6º da Resolução da ALMG nº 5.344, de 4/3/2011.)*

XV – da Comissão de Segurança Pública:

a) a política de segurança pública;

b) a política de combate ao crime organizado;

c) a política carcerária;

d) a política de recuperação e de reintegração social de egressos do sistema prisional;

e) a defesa civil;

• *(Inciso acrescentado pelo art. 2º da Resolução da ALMG nº 5.204, de 3/7/2002.)*

XVI – da Comissão de Participação Popular:

• *(Vide Deliberação da Mesa da ALMG nº 2.333, de 4/6/2003.)*

a) a proposta de ação legislativa encaminhada à Assembleia Legislativa, nos termos do art. 289;

b) a realização, com a concordância prévia da Mesa da Assembleia, de consulta pública sobre assunto de relevante interesse;

c) a sugestão popular visando a aprimorar os trabalhos parlamentares;

• *(Inciso acrescentado pelo art. 2º da Resolução da ALMG nº 5.212, de 9/5/2003.)*

XVII – da Comissão de Cultura:

a) garantia do exercício dos direitos culturais e a promoção do livre acesso às fontes da cultura mineira;

b) o estímulo ao desenvolvimento cultural, à valori-

zação e à difusão do conjunto das manifestações culturais mineiras;

c) a política de incentivo à regionalização da criação cultural e de intercâmbio entre as diversas formas de manifestação cultural do Estado;

d) a política de proteção do patrimônio cultural mineiro, assim entendidos os bens de natureza material e imaterial que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira;

• *(Inciso acrescentado pelo art. 3º da Resolução da ALMG nº 5.229, de 5/5/2005.)*

XVIII – da Comissão de Minas e Energia:

a) a política de recursos atmosféricos, hídricos, energéticos, minerários e de solos;

b) o direito minerário;

c) as políticas públicas destinadas ao fomento e à regulação da cadeia produtiva dos recursos minerais no Estado, da prospecção à indústria de transformação mineral;

d) a política de pesquisa, extração e comercialização de águas minerais;

e) os assuntos atinentes a estâncias hidrominerais;

• *(Inciso acrescentado pelo art. 5º da Resolução da ALMG nº 5.322, de 22/12/2008.)*

XIX – da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude:

• *(Caput com redação dada pelo art. 5º da Resolução da ALMG nº 5.344, de 4/3/2011.)*

a) a promoção do esporte educacional, de participação e de rendimento e do lazer;

b) o incentivo à valorização e à difusão da prática esportiva e do lazer;

c) a inclusão social por meio do esporte e do lazer;

d) a intersetorialidade das políticas de esporte e de lazer;

e) a integração e a participação do jovem no processo social, econômico, político e cultural do Estado;

• *(Alínea acrescentada pelo art. 5º da Resolução da ALMG nº 5.344, de 4/3/2011.)*

• *(Inciso acrescentado pelo art. 2º da Resolução da ALMG nº 5.342, de 20/12/2010.)*

XX – da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

a) a defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

b) as políticas de integração social da pessoa com deficiência, em especial as políticas de acessibilidade;

c) a fiscalização e o acompanhamento dos programas governamentais relativos aos direitos da pessoa com deficiência;

d) a promoção e a divulgação dos direitos da pessoa com deficiência;

• *(Inciso acrescentado pelo art. 5º da Resolução da ALMG nº 5.344, de 4/3/2011.)*

XXI – da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas:

a) a política de prevenção ao uso de *crack* e outras drogas;

b) o tratamento e a recuperação do usuário de *crack* e de outras drogas;

c) a política de reinserção social do usuário de *crack* e de outras drogas;

d) a fiscalização e o acompanhamento dos programas governamentais relativos à prevenção e ao combate ao uso de *crack* e outras drogas;

e) a política de prevenção ao tráfico de *crack* e outras drogas.

• *(Inciso acrescentado pelo art. 2º da Resolução da ALMG nº 5.387, de 7/3/2013.)*

Art. 103 – Compete às comissões permanentes apreciar, conclusivamente, em turno único, as seguintes proposições, ressalvado o disposto no art. 104:

I – projetos de lei que versem sobre:

a) declaração de utilidade pública;

b) denominação de próprios públicos;

II – *(Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

III – requerimentos escritos que solicitarem:

a) providência a órgão público ou entidade pública ou privada;

• *(Alínea com redação dada pelo art. 36 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

b) manifestação de pesar por falecimento de membro do poder público ou de pessoa que tenha se destacado por relevante serviço prestado à sociedade;

• *(Alínea com redação dada pelo art. 36 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

c) manifestação de apoio ou congratulações;

• *(Alínea com redação dada pelo art. 36 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

d) manifestação de repúdio ou protesto;

e) informação a órgão ou entidade pública de outra unidade da Federação ou a entidade privada.

• *(Alínea acrescentada pelo art. 36 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Parágrafo único – Os requerimentos a que se refere o inciso III do *caput* prescindem de parecer e, caso sejam

de autoria da comissão competente para sua apreciação, serão considerados aprovados conclusivamente pela comissão.

- *(Parágrafo com redação dada pelo art. 36 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*
- *(Vide Decisão Normativa da Presidência da ALMG nº 22, de 1º/12/2015.)*

Art. 104 – Ao Plenário será devolvido o exame, global ou parcial, do mérito de proposição apreciada conclusivamente pelas comissões, se, no prazo de dois dias contados da publicação da decisão no *Diário do Legislativo*, houver requerimento de 1/10 (um décimo) dos membros da Assembleia Legislativa.

- *(Caput com redação dada pelo art. 37 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 1º – Na ocorrência do disposto neste artigo, as emendas apresentadas ao projeto ou requerimento poderão receber parecer oral de relator designado em Plenário.

§ 2º – Concluída a votação, o projeto será encaminhado à Comissão de Redação.

Art. 105 – Na tramitação das proposições submetidas à deliberação conclusiva das comissões, serão observadas, no que couber, as disposições regimentais aplicáveis às matérias sujeitas à deliberação do Plenário.

Seção II

Da Composição

Art. 106 – A designação dos membros das comissões permanentes far-se-á no prazo de cinco dias úteis, a contar da instalação da 1ª e da 3ª sessões legislativas ordinárias, e prevalecerá pelo prazo de dois anos, salvo na hipótese de alteração da composição partidária e observado o disposto nos §§ 7º e 8º do art. 71.

Parágrafo único – Considerar-se-á provisória a designação dos representantes das bancadas ou dos blocos parlamentares cujos Líderes não se houverem manifestado dentro do prazo estabelecido neste artigo.

Art. 107 – As comissões permanentes são constituídas de cinco membros, exceto as de Administração Pública, de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que se compõem de sete membros.

Art. 108 – O Deputado pode, como membro efetivo, fazer parte de até duas comissões permanentes.

Parágrafo único – No caso de o Deputado ser indicado para integrar mais de duas comissões, prevalecerá, à falta de sua opção imediata, a indicação para as duas primeiras.

Art. 109 – Será publicada no *Diário do Legislativo*, semanalmente, a relação das comissões permanentes, com

a indicação do dia e da hora das reuniões e os nomes dos seus membros efetivos e suplentes.

• (A expressão “órgão oficial dos Poderes do Estado” foi substituída por “Diário do Legislativo” pelo art. 110 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

CAPÍTULO III DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Art. 110 – As comissões temporárias são:

I – especiais;

II – de inquérito;

III – de representação;

IV – extraordinárias.

• (Inciso acrescentado pelo art. 38 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

§ 1º – A comissão temporária será composta de cinco membros, salvo:

• (Parágrafo renumerado pelo art. 38 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

I – a de inquérito, que terá sete membros;

II – a indicada no inciso IV do *caput* do art. 111, cuja composição obedecerá à legislação pertinente;

• (Inciso com redação dada pelo art. 38 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

III – a de representação, cuja composição será determinada pelo Presidente da Assembleia.

§ 2º – O prazo de funcionamento das comissões a que se referem os incisos I, II e IV do *caput* será contado a partir da data de eleição de seu Presidente e de seu Vice-Presidente.

• (Parágrafo acrescentado pelo art. 38 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Seção I

Das Comissões Especiais

Art. 111 – São comissões especiais as constituídas para emitir parecer sobre:

I – mérito de proposta de emenda à Constituição;

II – veto a proposição de lei;

III – escolha dos titulares dos cargos previstos nos incisos XXI e XXIII do art. 62 da Constituição do Estado;

IV – pedido de instauração de processo por crime de responsabilidade;

V – projeto de resolução que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição da República, conforme previsto no inciso III do *caput* do art. 60 da Constituição da República.

Parágrafo único – As comissões especiais serão constituídas pelo Presidente da Assembleia, atendido o disposto nos arts. 97 e 98.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 39 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Seção II

Da Comissão Parlamentar de Inquérito

Art. 112 – A Assembleia Legislativa, a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, constituirá comissão parlamentar de inquérito para apuração de fato determinado, no prazo de até cento e vinte dias, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste regimento.

§ 1º – Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, que demande investigação, elucidação e fiscalização e esteja devidamente caracterizado no requerimento que deu origem à comissão.

§ 2º – O prazo referido neste artigo poderá ser prorrogado por até a metade, a requerimento da comissão.

§ 3º – O Presidente deixará de receber o requerimento que não atenda aos requisitos regimentais, cabendo dessa decisão recurso ao Plenário, no prazo de cinco dias, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 3º da Resolução da ALMG nº 5.183, de 14/7/1998.)*

§ 4º – Recebido o requerimento, o Presidente o despachará à publicação.

§ 5º – No prazo de cinco dias úteis contados da publicação do requerimento, os membros da comissão serão indicados pelos Líderes.

§ 6º – O primeiro signatário do requerimento fará parte da comissão, não podendo ser seu Presidente ou relator.

§ 7º – No caso de o primeiro signatário do requerimento ser membro da Mesa da Assembleia, sua vaga fica assegurada à representação partidária a que ele pertença.

§ 8º – Esgotado sem indicação o prazo fixado no § 5º, o Presidente, de ofício, procederá à designação dos membros da comissão.

§ 9º – Poderão funcionar concomitantemente até seis comissões parlamentares de inquérito.

Art. 113 – A comissão parlamentar de inquérito poderá, no exercício de suas atribuições, determinar diligências, convocar Secretário de Estado, tomar depoimento de autoridade, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar informações, documentos e serviços, inclusive policiais, e transportar-se aos lugares onde se fizer necessária a sua presença.

§ 1º – Indiciados e testemunhas serão intimados na forma da legislação federal específica, que se aplica, subsidiariamente, a todo o procedimento.

§ 2º – No caso de não comparecimento do indiciado ou da testemunha sem motivo justificado, a comissão adotará as providências necessárias ao cumprimento da ordem.

§ 3º – A comissão parlamentar de inquérito, por deliberação de seus membros, comprovada a impossibilidade de atendimento da intimação por parte de indiciado ou testemunha, poderá deslocar-se das dependências da Assembleia Legislativa para tomar o depoimento.

Art. 114 – A comissão apresentará relatório circunstanciado, contendo suas conclusões, o qual será encaminhado à Mesa da Assembleia, para publicação e providências de sua competência e, quando for o caso, remessa:

I – ao Ministério Público ou à Procuradoria-Geral do Estado;

• *(Vide Emenda à Constituição nº 56, de 11/7/2003.)*

II – ao Poder Executivo, para as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo, assinalando prazo hábil para seu cumprimento;

III – à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e ao Tribunal de Contas, para as providências previstas no art. 76 da Constituição do Estado;

IV – à autoridade à qual esteja afeto o conhecimento da matéria.

Parágrafo único – (Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Seção III

Da Comissão de Representação

Art. 115 – A comissão de representação será constituída de ofício ou a requerimento, para estar presente a atos em nome da Assembleia Legislativa.

§ 1º – A representação que implicar ônus para a Assembleia Legislativa somente poderá ocorrer se houver disponibilidade orçamentária.

§ 2º – Não haverá suplência na comissão de representação.

§ 3º – Quando a Assembleia Legislativa se fizer representar em conferência, reunião, congresso ou simpósio, serão preferencialmente escolhidos para compor a comissão os Deputados que se dispuserem a apresentar tese ou trabalho relativo ao temário.

Seção IV

Das Comissões Extraordinárias

- *(Seção acrescentada pelo art. 40 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 115-A – São comissões extraordinárias as constituídas para:

I – tratar de assunto atinente à defesa de direitos coletivos;

II – proceder a estudo sobre matéria determinada;

III – tratar de tema relacionado à competência de mais de uma comissão permanente.

§ 1º – Atendido o disposto nos arts. 97 e 98, a comissão extraordinária será constituída:

I – a requerimento, aprovado pelo Plenário;

II – de ofício, pela Mesa da Assembleia.

§ 2º – O requerimento ou a decisão da Mesa de constituição de comissão extraordinária indicará o prazo para a conclusão dos trabalhos.

§ 3º – O prazo de funcionamento das comissões extraordinárias será:

I – de até um ano, prorrogável uma vez, na forma do § 1º, por igual ou menor período, no caso das comissões a que se referem os incisos I e III do *caput* deste artigo;

II – de sessenta dias, prorrogável uma vez, na forma do § 1º, por até trinta dias, no caso das comissões a que se

refere o inciso II do *caput* deste artigo.

§ 4º – A comissão extraordinária será extinta automaticamente ao término do mandato da Mesa da Assembleia durante o qual tiver sido constituída.

§ 5º – A comissão extraordinária apresentará relatório, na forma do art. 114, e suas conclusões poderão ser revistas pelo Plenário, na forma do art. 104.

§ 6º – O primeiro signatário do requerimento de constituição de comissão extraordinária fará parte da comissão.

§ 7º – Poderão funcionar concomitantemente até quatro comissões extraordinárias.

• *(Artigo acrescentado pelo art. 40 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

CAPÍTULO IV DA VAGA NAS COMISSÕES

Art. 116 – A vaga na comissão verificar-se-á por renúncia, perda do lugar, desfiliação do partido pelo qual foi feita a indicação e nos casos previstos nos arts. 50 e 55.

§ 1º – A renúncia tornar-se-á efetiva desde que, formalizada por escrito, seja encaminhada ao Presidente da Assembleia.

§ 2º – A perda do lugar ocorrerá quando o membro efetivo da comissão, no exercício do mandato, deixar de

comparecer a cinco reuniões ordinárias consecutivas ou a dez alternadas, na sessão legislativa ordinária.

§ 3º – O Presidente da Assembleia designará novo membro para a comissão, em caso de vaga, observado o disposto no art. 97.

§ 4º – O Líder disporá de cinco dias úteis para a indicação de que trata o art. 97, tendo em vista o disposto no parágrafo anterior.

§ 5º – Esgotado o prazo sem indicação, aplica-se o disposto no parágrafo único do art. 106.

CAPÍTULO V DA SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DE COMISSÃO

Art. 117 – O Líder de bancada ou de bloco parlamentar, na ausência do suplente, indicará substituto ao Presidente da comissão.

Parágrafo único – Se o comparecimento do membro efetivo ou suplente ocorrer depois de iniciada a reunião, o substituto nela permanecerá até que conclua o ato que estiver praticando.

CAPÍTULO VI DA PRESIDÊNCIA DE COMISSÃO

Art. 118 – A comissão se reunirá nos cinco dias seguin-

tes ao da designação de seus membros, sob a presidência do mais idoso, para eleger o Presidente e o Vice-Presidente, escolhidos entre os membros efetivos.

• *(Caput com redação dada pelo art. 41 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Parágrafo único – Até que a eleição se verifique, exercerá a Presidência o membro mais idoso.

Art. 119 – Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, a Presidência caberá sucessivamente ao mais idoso dos membros efetivos, suplentes ou substitutos.

Art. 120 – Ao Presidente de comissão compete:

I – submeter à comissão as normas complementares de seu funcionamento e fixar dia e hora das reuniões;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 42 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

II – dirigir as reuniões, nelas mantendo a ordem e a solenidade;

III – determinar que seja lida a ata da reunião anterior ou dispensar sua leitura e considerá-la aprovada, ressalvadas as retificações, assinando-a com os membros presentes;

IV – dar conhecimento à comissão da matéria recebida;

V – designar relatores;

VI – conceder a palavra ao Deputado que a solicitar;

VII – interromper o orador que estiver falando sobre matéria vencida ou que se desviar da matéria em debate;

VIII – proceder à votação e proclamar seu resultado;

IX – resolver questão de ordem;

X – enviar à Mesa da Assembleia a lista dos Deputados presentes;

XI – determinar a retirada de matéria de pauta por deliberação da comissão, a requerimento de membro desta, e nos casos de retirada de tramitação previstos no inciso VIII do art. 232 e no inciso IV do art. 233;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 42 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

XII – declarar a prejudicialidade de proposição;

XIII – decidir sobre requerimento sujeito a seu despacho;

XIV – prorrogar a reunião, de ofício ou a requerimento;

XV – suspender a reunião, se as circunstâncias o exigirem;

XVI – organizar a pauta;

XVII – convocar reunião extraordinária, de ofício ou a requerimento da maioria dos membros da comissão;

XVIII – conceder vista de proposição a membro da comissão;

XIX – assinar a correspondência;

XX – assinar parecer da comissão com os demais membros;

XXI – enviar à Mesa da Assembleia a matéria apreciada ou não, se for o caso;

XXII – enviar as atas à publicação;

XXIII – solicitar ao Líder de bancada ou de bloco parlamentar indicação de substituto para membro da comissão;

XXIV – encaminhar à Mesa da Assembleia, no final da sessão legislativa ordinária, relatório das atividades da comissão;

XXV – solicitar ao Presidente da Assembleia que encaminhe e reitere pedidos de informação;

XXVI – determinar, de ofício ou a requerimento, local para realização de audiência pública em regiões do Estado, para subsidiar o processo legislativo, observada a disponibilidade orçamentária;

XXVII – receber petição, reclamação, representação ou queixa de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade ou entidade públicas e adotar o procedimento regimental adequado;

XXVIII – comunicar ao Presidente da Assembleia a ocorrência da hipótese prevista no § 2º do art. 116;

XXIX – designar substituto de membro da comissão;

XXX – deferir pedido de distribuição de avulso.

• *(Inciso acrescentado pelo art. 8º da Resolução da ALMG nº 5.183, de 14/7/1998.)*

Parágrafo único – O Presidente dará ciência das pautas das reuniões aos membros da comissão e às Lideranças, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 124 e no § 3º do art. 268.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 42 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 121 – O Presidente poderá atuar como relator e terá voto nas deliberações.

Parágrafo único – Em caso de empate, repetir-se-á a votação, e, persistindo o resultado, o Presidente decidirá pelo voto de qualidade, ressalvado o disposto no § 3º do art. 129.

CAPÍTULO VI-A DO COLÉGIO DE PRESIDENTES

• *(Capítulo acrescentado pelo art. 43 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 121-A – O Presidente da Assembleia e os Presidentes das comissões permanentes constituem o Colégio de Presidentes.

§ 1º – A presidência do Colégio de Presidentes cabe ao Presidente da Assembleia ou, na sua ausência, ao mais idoso dos membros presentes.

§ 2º – Os Presidentes das comissões temporárias terão direito a voz, mas não a voto, no Colégio de Presidentes.

§ 3º – O Colégio de Presidentes delibera por maioria simples, presente a maioria de seus membros, podendo ser criadas câmaras setoriais.

• *(Artigo acrescentado pelo art. 43 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 121-B – Compete ao Colégio de Presidentes:

I – estabelecer diretrizes para o funcionamento das comissões;

II – coordenar e articular os trabalhos das comissões;

III – apreciar conflitos de competência entre as comissões, nos termos do § 5º do art. 167.

• *(Artigo acrescentado pelo art. 43 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

CAPÍTULO VII DA REUNIÃO DE COMISSÃO

Art. 122 – As reuniões de comissão são:

I – ordinárias, as que se realizam nos termos do art. 125;

II – extraordinárias, as que se realizam em horário ou dia diversos dos fixados para as ordinárias, convocadas pelo seu Presidente, de ofício ou a requerimento da maioria de seus membros;

III – especiais, as que se destinam à eleição e à posse do Presidente e do Vice-Presidente, à exposição de assuntos de relevante interesse público ou à realização de debate público.

Parágrafo único – Aplicam-se às reuniões de comissão, no que couber, as disposições relativas às reuniões de Plenário.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 44 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 123 – A reunião de comissão é pública, podendo ser secreta nos casos previstos no § 1º do art. 40.

Parágrafo único – Os documentos de reunião secreta considerados sigilosos, nos termos do § 5º do art. 40, serão

entregues, em envelope lacrado, à Mesa da Assembleia, pelo Presidente da comissão.

• (Artigo com redação dada pelo art. 44 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 124 – A convocação de reunião extraordinária ou de visita de comissão será publicada no *Diário do Legislativo*, constando no edital seu objeto, dia, hora e local de realização.

§ 1º – Se a convocação de reunião extraordinária se fizer durante a reunião, será comunicada aos membros ausentes, dispensada a publicação de que trata o *caput*.

§ 2º – Na hipótese prevista no § 1º, só poderá ser incluída matéria nova na ordem do dia se observado o interstício de seis horas, contadas do término da reunião.

§ 3º – A reunião de comissão realizada fora da sede da Assembleia Legislativa será convocada, com antecedência mínima de três dias, para data e hora não coincidentes com as fixadas para as reuniões ordinárias da comissão.

§ 4º – Não haverá 2ª Parte em reunião de comissão realizada fora da sede da Assembleia Legislativa.

• (Artigo com redação dada pelo art. 45 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 125 – A reunião de comissão terá a duração de quatro horas, prorrogável por até a metade desse prazo.

§ 1º – A reunião ordinária realiza-se em dia e horário prefixados.

§ 2º – A comissão reúne-se com a presença de mais da metade de seus membros.

§ 3º – A reunião de comissão com a presença de convidados poderá ser aberta com qualquer número de membros.

§ 4º – O disposto no parágrafo anterior não se aplica a reunião de comissão parlamentar de inquérito.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 4º da Resolução da ALMG nº 5.183, de 14/7/1998.)*

Art. 125-A – O requerimento que solicitar a realização de audiência de convidados ou audiência pública indicará a matéria a ser examinada e os expositores a serem convidados, garantida, tanto quanto possível, a representação das diversas correntes de opinião existentes.

Parágrafo único – Na audiência de convidados, os debates restringem-se às manifestações dos expositores e dos Deputados.

• *(Artigo acrescentado pelo art. 46 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 126 – Terá computada a presença, para todos os efeitos regimentais, como se no Plenário estivesse, o Deputado presente a reunião de comissão realizada no

Palácio da Inconfidência concomitantemente com reunião da Assembleia Legislativa.

• *(Vide Decisão Normativa da Presidência da ALMG nº 7, de 27/6/2000.)*

Parágrafo único – Ao Presidente de comissão cumpre enviar à Mesa da Assembleia, no momento de verificação de quórum, a relação dos presentes à reunião.

Art. 127 – O Deputado poderá fazer-se acompanhar de assessoria própria no transcurso da reunião de comissão.

• *(Caput com redação dada pelo art. 47 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Parágrafo único – A disposição contida neste artigo não se aplica a reunião da Mesa da Assembleia.

CAPÍTULO VIII DA REUNIÃO CONJUNTA DE COMISSÕES

Art. 128 – Sem prejuízo do exame preliminar da Comissão de Constituição e Justiça, duas ou mais comissões reúnem-se conjuntamente:

I – em cumprimento de disposição regimental;

II – por deliberação de seus membros.

Parágrafo único – A convocação de reunião conjunta será publicada no *Diário do Legislativo*, constando no edital

seu objeto, dia, hora e local de realização.

• (A expressão “*órgão oficial dos Poderes do Estado*” foi substituída por “*Diário do Legislativo*” pelo art. 110 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 129 – Os trabalhos da reunião conjunta de comissões serão dirigidos pelo Presidente da comissão responsável pela análise do mérito da proposição, conforme distribuição feita no recebimento, e, no caso de projeto distribuído, no recebimento, a mais de uma comissão para análise de mérito, pelo Presidente mais idoso.

• (Caput com redação dada pelo art. 6º da Resolução da ALMG nº 5.322, de 22/12/2008.)

§ 1º – Na ausência dos Presidentes, caberá a direção dos trabalhos a um dos Vice-Presidentes, observada a ordem decrescente de idade, ou, na falta destes, ao mais idoso dos membros presentes.

§ 2º – Quando a Mesa da Assembleia participar da reunião, os trabalhos serão dirigidos pelo seu Presidente.

§ 3º – Na reunião conjunta, o Presidente terá voto apenas na comissão de que seja membro.

• (Parágrafo com redação dada pelo art. 48 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

§ 4º – Havendo empate na votação em uma das comissões, a direção dos trabalhos será transferida a seu Presidente, que exercerá o voto de qualidade.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 48 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 5º – Os trabalhos da reunião conjunta de comissões destinada à realização de audiência pública ou de audiência de convidados serão dirigidos pelo Presidente mais idoso.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 48 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 130 – Na reunião conjunta, exigir-se-á de cada comissão o quórum estabelecido para reunião de comissão isolada.

§ 1º – O Deputado que fizer parte de duas das comissões reunidas terá presença computada em dobro e direito a voto em ambas as comissões.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 49 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 2º – A designação do relator será feita pelo Presidente de cada comissão, salvo no caso de redistribuição da matéria, quando a designação do relator se fará pelo Presidente da reunião.

§ 3º – O prazo para emissão de parecer será comum às comissões.

§ 4º – Cada comissão emitirá seu parecer separadamente.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 49 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

CAPÍTULO IX DA ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 131 – Os trabalhos das reuniões ordinárias e extraordinárias de comissão obedecem à ordem seguinte:

I – 1ª Parte – Expediente:

- a) leitura e aprovação da ata;
- b) leitura da correspondência e da matéria recebida;
- c) designação de relator;

II – 2ª Parte – Ordem do Dia:

a) 1ª Fase: discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita a apreciação do Plenário;

b) 2ª Fase: discussão e votação de proposição que dispensar a apreciação do Plenário;

c) 3ª Fase: recebimento, discussão e votação de proposição da comissão;

III – 3ª Parte:

a) 1ª Fase: audiência pública ou audiência de convidados;

b) 2ª Fase: recebimento e votação de requerimentos.

§ 1º – A Ordem do Dia poderá ser alterada, em cada fase, por deliberação da comissão, a requerimento de qualquer de seus membros que solicite:

I – adiamento de apreciação de proposição;

II – retirada de matéria da pauta;

III – alteração da ordem de apreciação de proposições.

§ 2º – É vedada a apreciação, na 1ª e na 2ª Fases da 2ª Parte da reunião, de proposição ou parecer sobre proposição que não conste na pauta previamente distribuída, ressalvado o disposto no § 3º do art. 268.

§ 3º – A ordem dos trabalhos, na 1ª Fase da 3ª Parte da reunião, atenderá, no que couber, ao disposto no art. 159 e às normas estabelecidas pelo Presidente da comissão.

§ 4º – O Presidente da comissão, de ofício ou a requerimento, poderá destinar a 3ª Fase da 2ª Parte ou a 2ª Fase da 3ª Parte da reunião para ouvir cidadãos.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 50 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 132 – Da reunião, lavrar-se-á ata resumida, que será publicada no *Diário do Legislativo*, após sua leitura e aprovação.

• *(A expressão “órgão oficial dos Poderes do Estado” foi substituída por “Diário do Legislativo” pelo art. 110 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 1º – A leitura da ata poderá ser dispensada pelo Presidente, de ofício ou a requerimento.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 51 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 2º – Havendo requerimento de Deputado solicitando a leitura da ata, a dispensa a que se refere o § 1º não poderá ser realizada de ofício.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 51 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 3º – A ata conterá os dados essenciais relativos à tramitação de proposição sujeita à deliberação conclusiva da comissão.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 51 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 133 – A comissão delibera por maioria de votos, observado o disposto no § 2º do art. 125.

Art. 134 – Contado da remessa da proposição, o prazo para a comissão emitir parecer, salvo exceções regimentais, é de:

I – quarenta dias, para emissão de parecer sobre projeto de lei complementar ou proposta de emenda à Constituição;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 52 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

II – vinte dias, para emissão de parecer sobre projeto de lei ordinária, projeto de resolução ou veto;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 52 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

III – dez dias, para emissão de parecer de redação final ou de parecer sobre emenda, recurso, requerimento, proposta de ação legislativa, indicação, mensagem, ofício ou instrumento assemelhado.

• *(Inciso acrescentado pelo art. 52 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 135 – A distribuição de proposição ao relator será feita pelo Presidente da comissão.

§ 1º – O Presidente poderá designar relator antes da reunião, dando ciência do ato aos membros da comissão.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 3º da Resolução da ALMG nº 5.183, de 14/7/1998.)*

§ 2º – A proposição terá um relator em cada comissão a que tenha sido distribuída, podendo ser designados relatores parciais, em razão da complexidade da matéria.

§ 3º – O relator, juntamente com os relatores parciais, quando for o caso, terá a metade do prazo estabelecido no artigo anterior para emitir seu parecer, podendo este prazo ser prorrogado, a seu requerimento, por dois dias.

§ 4º – Na hipótese de perda de prazo, será designado

novo relator, para emitir parecer em dois dias.

§ 5º – Havendo prorrogação do prazo do relator ou designação de outro, prorrogar-se-á por dois dias o prazo da comissão.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 53 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 6º – A comissão poderá utilizar a prorrogação de prazo a que se refere o § 5º apenas uma vez.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 53 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 136 – O membro da comissão poderá requerer vista do parecer em discussão, quando não houver distribuição de seu avulso.

• *(Caput com redação dada pelo art. 6º da Resolução da ALMG nº 5.183, de 14/7/1998.)*

§ 1º – A vista será concedida pelo Presidente, por vinte e quatro horas contadas do término da reunião, sendo comum aos membros da comissão, vedada sua renovação.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 54 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 2º – Distribuído em avulso o parecer, sua discussão e votação serão adiadas para a reunião seguinte, que se realizará após o interstício de seis horas contadas do término da reunião.

§ 3º – A distribuição de avulso do parecer deverá ser requerida pelo relator antes da leitura deste.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 6º da Resolução da ALMG nº 5.183, de 14/7/1998.)*

§ 4º – Em reunião conjunta, a vista será concedida por comissão, permitida a distribuição do avulso após a votação do parecer da comissão precedente.

• *(Parágrafo renumerado pelo art. 6º da Resolução da ALMG nº 5.183, de 14/7/1998.)*

Art. 137 – Lido o parecer ou dispensada a sua leitura, será este submetido a discussão.

§ 1º – No decorrer da discussão, poderá ser proposta emenda.

§ 2º – Para discutir o parecer, o autor da proposição e o relator poderão usar da palavra por vinte minutos, e os demais Deputados, por dez minutos.

§ 3º – Antes de encerrar-se a discussão, poderá ser dada a palavra ao relator para réplica, por cinco minutos.

Art. 138 – Encerrada a discussão, passar-se-á à votação.

§ 1º – Anunciada a votação, o membro da comissão poderá apresentar voto em separado, por escrito e na forma prevista no *caput* do art. 146, o qual somente será submetido a votação caso o parecer do relator seja rejeitado.

§ 2º – Aprovado o parecer com alterações, será concedido ao relator prazo até a reunião seguinte para nova redação, que dará forma à matéria aprovada.

§ 3º – Caso o relator não concorde em elaborar a nova redação, o Presidente designará novo relator para fazê-lo, nos termos do § 2º.

§ 4º – Será concedido prazo igual ao previsto no § 2º para retificação da nova redação.

§ 5º – Rejeitado o parecer e não havendo aprovação de voto em separado, o Presidente designará novo relator, que terá o prazo de dois dias para a elaboração de novo parecer.

§ 6º – Considerar-se-á voto vencido o parecer rejeitado.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 55 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 139 – *(Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 140 – Distribuída a mais de uma comissão e vencido o prazo de uma delas, a proposição poderá ser remetida pelo Presidente da Assembleia ao exame da comissão seguinte, de ofício ou a requerimento.

Art. 141 – Esgotado o prazo das comissões, o Presidente da Assembleia avocará a proposição para inclusão na ordem do dia, de ofício ou a requerimento.

Parágrafo único – Estando a proposição em condições de ser apreciada em Plenário e tendo sido apresentado requerimento para incluí-la na ordem do dia, o Presidente o fará numa das reuniões dos cinco dias úteis subsequentes.

Art. 142 – Quando, vencido o prazo e após notificação do Presidente, membro de comissão retiver proposição, será o fato comunicado ao Presidente da Assembleia, que determinará a utilização do processo suplementar.

Art. 143 – A membro de comissão e a Líder de bancada e de bloco parlamentar serão prestadas informações sobre a distribuição, os prazos e outros dados relativos a tramitação de proposição em comissão.

CAPÍTULO X DO PARECER

Art. 144 – Parecer é o pronunciamento de comissão, de caráter opinativo, sobre matéria sujeita a seu exame.

Art. 145 – O parecer será escrito e concluirá pela aprovação ou pela rejeição da matéria, salvo o da Comissão de Constituição e Justiça, que se restringirá ao exame preliminar de constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

§ 1º – O parecer poderá ser oral, quando relativo a requerimento ou emenda de redação final ou quando da ocorrência de perda de prazo pela comissão.

§ 2º – Incluída a proposição na ordem do dia sem parecer, o Presidente da Assembleia designar-lhe-á relator, que, no prazo de vinte e quatro horas, emitirá parecer no Plenário sobre a proposição e emendas, se houver, sendo-lhe facultado apresentar emendas.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 56 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 146 – O parecer é composto de relatório, fundamentação e conclusão.

§ 1º – O parecer sobre as escolhas referidas nos incisos XXI e XXIII do art. 62 da Constituição do Estado constará de:

• *(Caput com redação dada pelo art. 57 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

I – relatório sobre o indicado, após sua arguição pública, contendo as informações obtidas quanto aos requisitos para o exercício do cargo;

II – conclusão.

§ 2º – O Presidente da Assembleia devolverá à comissão o parecer emitido em desacordo com as disposições deste artigo.

Art. 147 – O parecer será enviado à Mesa da Assembleia para os fins deste regimento.

Art. 148 – Se a comissão concluir pela conveniência de se formalizar determinada matéria em proposição, esta constará no parecer e será submetida aos trâmites regimentais.

CAPÍTULO XI DO ASSESSORAMENTO ÀS COMISSÕES

Art. 149 – As comissões contarão com assessoramento específico e consultoria técnico-legislativa em suas respectivas áreas de competência.

Art. 150 – Poderá ser elaborada informação técnica sobre proposição, a requerimento de comissão, de Presidente de comissão ou de relator.

• (Artigo com redação dada pelo art. 58 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

TÍTULO VI DO DEBATE E DA QUESTÃO DE ORDEM

CAPÍTULO I DA ORDEM DOS DEBATES

Art. 151 – Os debates realizam-se com ordem e solenidade, não sendo permitido o uso da palavra sem que esta tenha sido concedida.

Parágrafo único – O Presidente da Assembleia determinará a cessação do apanhamento taquigráfico das pala-

vras proferidas em desatendimento à norma deste artigo.

Art. 152 – Havendo descumprimento deste regimento no curso dos debates, o Presidente da Assembleia adotará qualquer das seguintes providências:

I – advertência;

II – cassação da palavra;

III – suspensão da reunião.

Art. 153 – O Presidente da Assembleia, entendendo ter havido prática de ato incompatível com o decoro parlamentar, adotará as providências indicadas nos arts. 59 a 61.

Art. 154 – O Deputado deve falar de pé, da tribuna ou do Plenário, salvo permissão do Presidente, nos termos do inciso II do art. 232.

Art. 155 – O pronunciamento feito durante a reunião constará na ata a ser publicada no *Diário do Legislativo*.

• (A expressão “órgão oficial dos Poderes do Estado” foi substituída por “Diário do Legislativo” pelo art. 110 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

§ 1º – Não será autorizada a publicação de pronunciamento que contiver violação a direito constitucional ou a norma regimental.

§ 2º – Poderão o orador e o aparteante rever o seu pronunciamento, em prazo não superior a vinte e quatro horas.

§ 3º – Esgotado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o pronunciamento será publicado sem revisão do orador, juntamente com o registro dos incidentes sobrevindos.

§ 4º – Os originais de documentos lidos em Plenário ou em comissão passam a fazer parte do arquivo da Assembleia Legislativa.

§ 5º – Não é permitida a reprodução de pronunciamento no *Diário do Legislativo* sob a alegação de se corrigir erro ou omissão.

• (A expressão “órgão oficial dos Poderes do Estado” foi substituída por “Diário do Legislativo” pelo art. 110 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 156 – O Deputado terá direito à palavra para:

I – apresentar e discutir proposição;

II – encaminhar votação;

III – arguir questão de ordem;

IV – dar explicação pessoal;

V – fazer comunicação;

VI – falar sobre assunto de interesse público;

VII – solicitar retificação da ata;

VIII – fazer declaração de voto.

• *(Inciso acrescentado pelo art. 59 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 157 – O Deputado se inscreverá para:

• *(Caput com redação dada pelo art. 60 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

I – falar no Grande Expediente, a partir da reunião anterior;

II – discutir proposição e falar na 3ª Parte da reunião, após o anúncio da ordem do dia.

§ 1º – A inscrição será feita pessoalmente, podendo dar-se por intermédio do Líder, no caso do inciso II.

§ 2º – Entre os inscritos para o Grande Expediente e a 3ª Parte, terá preferência para fazer uso da palavra o Deputado que o fez há mais tempo na sessão legislativa, observada a ordem de inscrição.

• *(Vide Decisão Normativa da Presidência da ALMG nº 5, de 24/8/1999.)*

Art. 158 – Quando mais de um Deputado estiver inscrito para discussão, o Presidente da Assembleia concederá a palavra na seguinte ordem:

I – ao autor da proposição;

II – ao relator;

III – ao autor de voto vencido ou em separado;

IV – ao autor de emenda;

V – a um Deputado de cada representação partidária ou bloco parlamentar, alternadamente, na ordem da maior para a menor composição numérica.

• (Inciso com redação dada pelo art. 61 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 159 – Durante a discussão, o Deputado não pode:

I – desviar-se da matéria em debate;

II – usar de linguagem imprópria;

III – ultrapassar o prazo concedido;

IV – deixar de atender a advertência.

Art. 160 – Na discussão ou no encaminhamento de votação, o Deputado poderá falar uma vez.

Art. 161 – O Deputado tem o direito de prosseguir em seu pronunciamento interrompido pelo tempo que lhe restar, salvo na hipótese de cassação da palavra ou de encerramento do Grande Expediente ou da 3ª Parte da reunião.

Art. 162 – Aparte é a breve interrupção do orador para discussão do assunto em debate.

§ 1º – O tempo de aparte não excederá a três minutos no Grande Expediente.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 5º da Resolução da ALMG nº 5.183, de 14/7/1998.)*

§ 2º – Não será admitido aparte:

I – às palavras do Presidente;

II – na discussão da ata;

III – no encaminhamento de votação;

IV – na declaração de voto;

V – em explicação pessoal;

VI – no uso da palavra concedida nos termos do art. 164;

VII – a questão de ordem;

VIII – quando o orador declarar que não o concede.

• *(Parágrafo renumerado pelo art. 5º da Resolução da ALMG nº 5.183, de 14/7/1998.)*

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 62 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 163 – Os apartes e as questões de ordem consentidos pelo orador e os incidentes por ele suscitados serão

computados no prazo de que dispuser para seu pronunciamento.

Art. 164 – Ao Deputado, partido político ou bloco parlamentar que tenha sido citado em pronunciamento e não tenha tido oportunidade de manifestar-se será dada a palavra, a critério do Presidente, pelo prazo de cinco minutos, exceto na ocorrência de decurso do prazo regimental.

Parágrafo único – A palavra somente será concedida:

I – a um Deputado por representação partidária ou bloco parlamentar, para contestar acusação dirigida ao partido ou bloco;

II – ao Deputado citado em pronunciamento, para defender-se de acusação à própria conduta ou contradizer o que lhe tenha sido indevidamente atribuído como opinião pessoal.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 63 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

CAPÍTULO II DA QUESTÃO DE ORDEM

Art. 165 – São consideradas questão de ordem as dúvidas sobre interpretação deste regimento, na sua prática, ou as relacionadas com o Texto Constitucional.

Art. 166 – A questão de ordem será formulada, no prazo de cinco minutos, com clareza e indicação do preceito que se pretender elucidar.

• *(Caput com redação dada pelo art. 3º da Resolução da ALMG nº 5.183, de 14/7/1998.)*

§ 1º – Se o Deputado não indicar inicialmente o preceito, o Presidente da Assembleia retirar-lhe-á a palavra e determinará sejam excluídas da ata as alegações feitas.

§ 2º – Não se poderá interromper orador na tribuna para arguição de questão de ordem, salvo com o seu consentimento.

§ 3º – Durante a Ordem do Dia, só poderá ser arguida questão de ordem atinente à matéria que nela figurar.

§ 4º – Sobre a mesma questão de ordem, o Deputado poderá falar uma vez.

Art. 167 – A questão de ordem formulada no Plenário será resolvida em definitivo e tempestivamente pelo Presidente da Assembleia.

§ 1º – Quando a decisão for relacionada com o Texto Constitucional, poderá o Deputado suscitante dela recorrer para o Plenário, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 2º – O recurso de que trata o parágrafo anterior somente será recebido se entregue à Mesa da Assembleia,

por escrito, no prazo de dois dias a contar da decisão.

§ 3º – O recurso será remetido à Comissão de Constituição e Justiça, que sobre ele emitirá parecer, no prazo de dez dias a contar da remessa.

§ 4º – Enviado à Mesa da Assembleia e publicado, o parecer será incluído na ordem do dia para discussão e votação.

§ 5º – Para decidir sobre questão de ordem que versar sobre conflito de competência entre as comissões, o Presidente da Assembleia poderá ouvir o Colégio de Presidentes.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 64 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 168 – O membro de comissão poderá arguir questão de ordem ao seu Presidente, observado o disposto no § 1º do artigo anterior.

Art. 169 – As decisões de caráter normativo sobre questões de ordem serão, juntamente com estas, registradas em livro próprio, com índice remissivo, e publicadas anualmente.

TÍTULO VII DO PROCESSO LEGISLATIVO

CAPÍTULO I DA PROPOSIÇÃO

Seção I Disposições Gerais

Art. 170 – Proposição é toda matéria sujeita à apreciação da Assembleia Legislativa.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 65 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 171 – São proposições do processo legislativo:

I – a proposta de emenda à Constituição;

II – o projeto:

a) de lei complementar;

b) de lei ordinária;

c) de lei delegada;

d) de resolução;

III – o veto a proposição de lei e matéria assemelhada.

Parágrafo único – Incluem-se no processo legislativo, por extensão do conceito de proposição:

I – a emenda;

II – o requerimento;

III – o recurso;

IV – o parecer e instrumento assemelhado;

V – a representação popular contra ato ou omissão de autoridade ou entidade públicas, na forma do inciso V do § 2º do art. 60 da Constituição do Estado;

VI – a mensagem e instrumento assemelhado;

VII – a indicação para os cargos a que se referem os incisos XXI e XXIII do art. 62 da Constituição do Estado;

• *(Inciso acrescentado pelo art. 66 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

VIII – a proposta de ação legislativa.

• *(Inciso acrescentado pelo art. 66 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 172 – Dispositivo, para efeito deste regimento, é o artigo, o parágrafo, o inciso, a alínea e o item.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 67 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 173 – O Presidente da Assembleia só receberá proposição que satisfaça os seguintes requisitos:

I – esteja redigida com clareza e observância da técnica legislativa;

II – esteja em conformidade com o Texto Constitucional e com este regimento;

III – não guarde identidade nem semelhança com outra em tramitação;

IV – não constitua matéria prejudicada.

§ 1º – Aplica-se o disposto nos parágrafos do art. 167 a recurso da decisão de não recebimento de proposição por inconstitucionalidade.

§ 2º – Verificada, durante a tramitação, identidade ou semelhança entre proposições, aquelas apresentadas posteriormente serão anexadas, por determinação do Presidente da Assembleia, de ofício ou a requerimento, à primeira proposição apresentada, que prevalecerá, salvo nos casos de iniciativa privativa e de proposição decorrente de proposta de ação legislativa, observado o disposto no § 3º do art. 289.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 68 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

• *(Vide Decisão Normativa da Presidência da ALMG nº 23, de 1º/12/2015.)*

§ 3º – No caso previsto no § 2º, o parecer de cada comissão incluirá o exame das proposições anexadas.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 68 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 4º – A proposição que contiver referência a uma lei ou tiver sido precedida de estudo, parecer, decisão ou despacho será acompanhada do respectivo texto.

• *(Parágrafo renumerado pelo art. 68 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 5º – A proposição que objetivar a declaração de utilidade pública somente será recebida pelo Presidente da Assembleia se acompanhada da documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos exigidos em lei.

• *(Parágrafo renumerado pelo art. 68 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 6º – A proposição que versar sobre mais de uma matéria será encaminhada, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça para desmembramento em proposições específicas.

• *(Parágrafo renumerado pelo art. 68 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

• *(Vide Emenda à Constituição nº 41, de 8/11/2000.)*

Art. 174 – Será feito o registro da entrega de proposições e de outros documentos encaminhados ao Plenário ou a comissão da Assembleia Legislativa.

§ 1º – O registro do documento destina-se a assinalar

sua precedência e não caracteriza recebimento pelo Presidente da Assembleia nem por Presidente de comissão.

§ 2º – O autor de proposição registrada nos termos deste artigo poderá, mediante manifestação por escrito, entregar no local indicado pela Mesa da Assembleia, desistir de sua apresentação, desde que o Presidente não tenha proferido decisão quanto ao seu recebimento.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 69 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 175 – A proposição encaminhada depois do momento próprio será recebida na reunião seguinte, exceto quando referente a convocação de reunião extraordinária ou de prorrogação da reunião.

Art. 176 – Os projetos tramitam em dois turnos, salvo os casos previstos neste regimento.

Art. 177 – Cada turno é constituído de discussão e votação, salvo no caso do requerimento, que não está sujeito a discussão.

Art. 178 – Excetuados os casos previstos neste regimento, a proposição só passará de um turno a outro após a audiência da comissão ou das comissões a que tiver sido distribuída, observado o interstício de vinte e quatro horas.

Art. 179 – Para garantir o prosseguimento da trami-

tação de proposição, o Presidente poderá determinar a formação de autos suplementares.

Art. 180 – A proposição será arquivada ao final da legislatura ou, no seu curso, quando:

I – for concluída sua tramitação;

II – for considerada inconstitucional, ilegal ou anti-jurídica;

III – for rejeitada, nos termos do art. 191, ou considerada prejudicada, nos termos do inciso II do art. 284;

IV – tiver perdido o objeto;

V – for retirada de tramitação pelo autor.

§ 1º – Não serão arquivados ao final da legislatura:

I – a proposição de autoria de Deputado reeleito para a legislatura seguinte, com exceção dos requerimentos;

II – os projetos de lei de diretrizes orçamentárias, do orçamento anual e do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG;

III – o projeto de lei de iniciativa popular;

IV – a proposta de ação legislativa e a proposição originada de proposta de ação legislativa;

V – o veto e a matéria impugnada;

VI – o projeto relativo às contas do Governador do Estado ou do Tribunal de Contas.

§ 2º – Serão arquivadas as proposições a que se referem os incisos I a IV do § 1º cuja tramitação não for concluída até o final da segunda legislatura subsequente àquela em que tiverem sido recebidas.

§ 3º – A proposição não arquivada ao final da legislatura retomará sua tramitação na legislatura subsequente no estágio em que se encontrava, observado o disposto nos §§ 4º e 5º, reiniciando-se a contagem dos prazos.

§ 4º – A proposição que, ao final da legislatura, estiver em fase de votação e não for arquivada voltará à fase de discussão na legislatura subsequente, no turno em que se encontrava.

§ 5º – Caso a fase de votação da proposição não arquivada ao final da legislatura já tenha sido iniciada e não tenha sido concluída, inclusive no que se refere a destaques e emendas, as votações serão consideradas sem efeito.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 70 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 180-A – A proposição arquivada ao final da legislatura em que foi apresentada ou nos termos do § 2º do art. 180 poderá ser desarquivada a requerimento do

autor ou, caso a autoria seja de Deputado que não esteja no exercício do mandato, a requerimento de qualquer Deputado, mantida a autoria original.

Parágrafo único – Aplica-se à proposição desarquivada o disposto nos §§ 3º a 5º do art. 180.

• *(Artigo acrescentado pelo art. 71 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Seção II

Da Distribuição de Proposição

Art. 181 – A distribuição de proposição às comissões é feita pelo Presidente da Assembleia, cabendo ao 1º-Secretário formalizá-la em despacho.

Art. 182 – Sem prejuízo do exame preliminar da Comissão de Constituição e Justiça, as proposições serão distribuídas a, no máximo, três comissões, para exame quanto ao mérito, com exceção das proposições a que se referem os incisos I e III do art. 103, cuja distribuição se fará:

I – à Comissão de Constituição e Justiça, para exame preliminar, e a somente uma comissão, para exame quanto ao mérito, no caso das proposições a que se refere o inciso I do art. 103;

II – a somente uma comissão, para exame quanto ao mérito, no caso das proposições a que se refere o inciso III do art. 103.

Parágrafo único – As proposições que importarem encargo administrativo para a Assembleia Legislativa poderão ser distribuídas à Mesa da Assembleia, para exame quanto ao mérito.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 72 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 183 – A audiência de qualquer comissão sobre determinada matéria poderá ser requerida por Deputado ou comissão.

Parágrafo único – Na mesma fase de tramitação, não se admitirá renovação de audiência de comissão, salvo para apreciação de emenda de Plenário.

Art. 184 – Distribuída a proposição a mais de uma comissão, cada qual dará seu parecer.

§ 1º – No 1º turno, se a proposição depender de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, serão estas ouvidas em primeiro e último lugares, respectivamente.

§ 2º – No 2º turno, a proposição retornará apenas a uma comissão para o exame dos aspectos relativos ao mérito, ressalvado o disposto no art. 183.

Art. 185 – Quando a Comissão de Constituição e Justiça concluir pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade

ou pela antijuridicidade de proposição, esta será arquivada, salvo se, no prazo de cinco dias contados da publicação do parecer no *Diário do Legislativo*, houver requerimento de 1/10 (um décimo) dos membros da Assembleia Legislativa para que o parecer seja apreciado pelo Plenário.

• *(Caput com redação dada pelo art. 73 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 1º – Se o Plenário aprovar o parecer, a proposição será arquivada e, se o rejeitar, será a proposição encaminhada às outras comissões a que tiver sido distribuída.

§ 2º – No 2º turno, após o encerramento da discussão e antes do anúncio da votação, a proposição poderá ser devolvida à Comissão de Constituição e Justiça, por uma vez, de ofício ou a requerimento, para, no prazo de quarenta e oito horas, receber parecer sobre a constitucionalidade, a legalidade e a juridicidade de modificação no texto original ou de emenda apresentada no 2º turno.

§ 3º – Será retirada do texto ou deixará de ser submetida a votação, conforme o caso, a matéria que, nos termos do § 2º, receber parecer pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade ou pela antijuridicidade, salvo se, submetido à apreciação do Plenário mediante requerimento, o parecer for rejeitado.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 73 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 4º – O requerimento a que se refere o § 3º deverá ser apresentado, no prazo de dois dias contados da publicação do parecer no *Diário do Legislativo*, por 1/10 (um décimo) dos membros da Assembleia Legislativa.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 73 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Seção III Do Projeto

Art. 186 – A iniciativa de projeto, observado o disposto na Constituição do Estado, cabe:

I – a Deputado, podendo ser individual ou coletiva, considerando-se autores, neste caso, os subscritores;

II – *(Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

III – a comissão ou à Mesa da Assembleia;

IV – ao Governador do Estado;

V – ao Tribunal de Justiça;

VI – ao Tribunal de Contas;

VII – a cidadãos.

§ 1º – Ao Procurador-Geral de Justiça é facultada a iniciativa de projeto de lei nos termos do § 2º do art. 66 da Constituição do Estado.

§ 2º – As atribuições ou as prerrogativas regimentais conferidas ao autor serão exercidas em Plenário, no caso de proposição de iniciativa coletiva, pelo primeiro signatário ou por quem este indicar, salvo quanto à retirada de tramitação, que somente será admitida se requerida pela totalidade dos subscritores que estiverem no exercício do mandato.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 74 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 3º – A matéria constante em projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, por proposta da maioria dos membros da Assembleia.

Art. 187 – Não será admitido aumento da despesa prevista:

I – em projeto de iniciativa do Governador do Estado, ressalvada a comprovação da existência de receita e o disposto no inciso III do art. 160 da Constituição do Estado;

II – nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa, dos Tribunais e do Ministério Público.

Subseção I **Do Projeto de Lei Ordinária**

Art. 188 – Recebido, o projeto será enviado à publicação e distribuído às comissões competentes para, nos

termos dos arts. 102 e 103, ser objeto de parecer ou de deliberação.

• *(Caput com redação dada pelo art. 75 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 1º – Enviado à Mesa da Assembleia, o parecer será publicado, incluindo-se o projeto na ordem do dia em 1º turno.

§ 2º – No decorrer da discussão, poderão ser apresentadas emendas, que, publicadas, serão encaminhadas com o projeto à comissão competente, para receberem parecer.

§ 3º – Encaminhado à Mesa da Assembleia, será o parecer publicado ou distribuído, e o projeto, incluído na ordem do dia para votação.

§ 4º – O Presidente poderá permitir o recebimento antecipado de emendas, na hipótese de designação de relator em Plenário, para que este sobre elas se pronuncie, sem prejuízo da apresentação de emendas no decorrer da discussão.

§ 5º – O projeto de que trata o § 15 do art. 14 da Constituição do Estado será aprovado se obtiver o voto favorável de 3/5 (três quintos) dos membros da Assembleia Legislativa.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 75 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 6º – O projeto de que trata o inciso III do art. 161 da Constituição do Estado será aprovado se obtiver o voto favorável da maioria dos membros da Assembleia Legislativa.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 75 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 189 – Aprovado em 1º turno, o projeto será despachado à comissão competente, a fim de receber parecer para o 2º turno.

§ 1º – Quando houver emendas aprovadas, o parecer conterá a redação do vencido.

§ 2º – No 2º turno, o projeto sujeita-se aos prazos e às formalidades do 1º turno, não se admitindo emenda que contenha matéria prejudicada ou rejeitada.

§ 3º – A emenda contendo matéria nova só será admitida, no 2º turno, por acordo de Lideranças e desde que pertinente à proposição.

§ 4º – A emenda, no 2º turno, é votada independentemente de parecer de comissão, podendo ser despachada pelo Presidente à comissão competente, de ofício ou a requerimento do Colégio de Líderes, ou ainda a requerimento de Deputado, aprovado pelo Plenário, ressalvado o disposto no inciso III do art. 297.

§ 5º – Concluída a votação, o projeto é remetido à Comissão de Redação.

Art. 190 – O projeto de lei que verse sobre data comemorativa e homenagem cívica tramita em turno único.

Art. 191 – Considerar-se-á rejeitado o projeto que receber, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as comissões a que tiver sido distribuído, salvo se houver recurso de Deputado, nos termos do art. 104.

Parágrafo único – O disposto neste artigo não se aplica ao projeto distribuído a apenas uma comissão para exame do mérito.

Subseção II

Do Projeto de Lei Complementar

Art. 192 – O projeto de lei complementar será aprovado se obtiver voto favorável da maioria dos membros da Assembleia Legislativa, aplicando-se-lhe as normas de tramitação do projeto de lei ordinária, salvo quanto ao prazo para emissão de parecer, que é o definido no inciso I do art. 134.

• (Caput com redação dada pelo art. 76 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Parágrafo único – Consideram-se lei complementar, entre outras matérias previstas na Constituição do Estado:

I – o Código de Finanças Públicas e o Código Tributário;

II – a Lei de Organização e Divisão Judiciárias;

III – o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis e o Estatuto dos Militares;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 76 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

IV – as leis orgânicas do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Art. 193 – Aos demais projetos de lei orgânica, estatutária ou equivalente a código aplicam-se as normas de tramitação do projeto de lei complementar, salvo quanto ao quórum.

Subseção III Do Projeto de Resolução

Art. 194 – O projeto de resolução destina-se a regular matéria da competência privativa da Assembleia Legislativa.

Art. 195 – Aplicam-se ao projeto de resolução as disposições relativas ao projeto de lei ordinária, observado o disposto no parágrafo único deste artigo e nos arts. 195-A, 195-B e 195-C.

Parágrafo único – Tramita em turno único o projeto de resolução que trate de:

I – alienação ou concessão de terras devolutas rurais;

II – concessão das licenças previstas nas alíneas “g” e “h” do inciso VII do art. 79;

III – apresentação de proposta de emenda à Constituição da República;

IV – ratificação de regime especial de tributação ou de convênio estabelecido no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 77 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

• *(Vide Decisão Normativa da Presidência da ALMG nº 18, de 25/10/2011.)*

Art. 195-A – A mensagem do Governador do Estado que encaminhe à Assembleia Legislativa processos referentes a alienação ou concessão de terras devolutas rurais será recebida, publicada e encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça para parecer.

§ 1º – O parecer da Comissão de Constituição e Justiça concluirá pela apresentação de projeto de resolução, que aprovará a alienação ou a concessão.

§ 2º – Recebido em Plenário, o projeto de resolução a que se refere o § 1º será publicado e distribuído à Comissão de Agropecuária e Agroindústria para parecer.

• *(Artigo acrescentado pelo art. 78 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 195-B – A mensagem do Governador do Estado que trate da concessão das licenças previstas nas alíneas “g” e “h” do inciso VII do art. 79 será recebida, publicada e encaminhada à Mesa da Assembleia para parecer.

§ 1º – O parecer da Mesa da Assembleia concluirá pela apresentação de projeto de resolução, que ratificará ou rejeitará, no todo ou em parte, a licença.

§ 2º – Recebido em Plenário, o projeto de resolução a que se refere o § 1º será publicado, incluído na ordem do dia e apreciado sem parecer.

• *(Artigo acrescentado pelo art. 78 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 195-C – O projeto de resolução que aprove a apresentação de proposta de emenda à Constituição da República pelas assembleias legislativas estaduais, conforme previsto no inciso III do *caput* do art. 60 da Constituição da República, será distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, para parecer preliminar, e à comissão especial a que se refere o inciso V do art. 111 deste regimento.

Parágrafo único – É vedada a apresentação de emendas à proposta de emenda à Constituição da República, a qual constará no anexo do projeto de resolução de que trata este artigo.

• *(Artigo acrescentado pelo art. 78 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 196 – A resolução é promulgada pelo Presidente da Assembleia, no prazo de quinze dias úteis contados da data da aprovação da redação final do projeto, sendo assinada também pelo 1º e pelo 2º-Secretário.

Art. 197 – O Presidente da Assembleia, no prazo previsto no artigo anterior, poderá impugnar motivadamente o projeto de resolução ou parte dele, hipóteses em que a matéria será devolvida a exame do Plenário.

Art. 198 – A matéria não promulgada será incluída em ordem do dia, no prazo de quarenta e oito horas, para deliberação do Plenário em dez dias.

§ 1º – Esgotado o prazo estabelecido neste artigo, sem deliberação, a matéria permanecerá na pauta, observado o disposto no § 3º do art. 222.

§ 2º – Se a impugnação não for mantida, a matéria será promulgada no prazo de quarenta e oito horas, observado o disposto no § 5º do art. 222.

Art. 199 – A resolução aprovada e promulgada nos termos deste regimento tem eficácia de lei ordinária.

Seção IV

Das Proposições Sujeitas a Procedimentos Especiais

Subseção I

Da Proposta de Emenda à Constituição

Art. 200 – A Constituição do Estado pode ser emendada por proposta:

I – de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Assembleia Legislativa;

II – do Governador do Estado;

III – de, no mínimo, cem câmaras municipais, manifestada pela maioria dos membros de cada uma delas.

• (Inciso com redação dada pelo art. 3º da Resolução da ALMG nº 5.183, de 14/7/1998.)

§ 1º – As regras de iniciativa privativa pertinentes à legislação infraconstitucional não se aplicam à competência para a apresentação da proposta de que trata este artigo.

§ 2º – A Constituição não pode ser emendada na vigência de estado de sítio ou estado de defesa, nem quando o Estado estiver sob intervenção federal.

Art. 201 – A proposta será aprovada se obtiver 3/5 (três quintos) dos votos dos membros da Assembleia Legislativa, aplicando-se-lhe as normas de tramitação do projeto de lei ordinária, com as seguintes ressalvas:

I – após o exame preliminar pela Comissão de Constituição e Justiça, a proposta, quanto ao mérito, será analisada por comissão especial;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 79 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

II – o prazo para emissão de parecer é o previsto no inciso I do art. 134;

• *(Inciso acrescentado pelo art. 79 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

III – é indispensável a emissão de parecer sobre emenda de 2º turno;

• *(Inciso renumerado pelo art. 79 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

IV – entre um e outro turno, haverá um interstício de três dias.

• *(Inciso renumerado pelo art. 79 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Parágrafo único – A emenda à proposta será também subscrita por 1/3 (um terço) dos membros da Assembleia Legislativa.

Art. 202 – Aprovada em redação final, a emenda à Constituição será promulgada pela Mesa da Assembleia no prazo de cinco dias úteis, enviada à publicação e anexada, com o respectivo número de ordem, ao texto da Constituição do Estado.

Art. 203 – A matéria constante em proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa ordinária, nem em período de convocação extraordinária da Assembleia Legislativa.

Subseção II

Dos Projetos de Lei do Plano Plurianual, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, de Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual e de Crédito Adicional

Art. 204 – Os projetos de lei do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI –, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, de diretrizes orçamentárias, do orçamento anual e de crédito adicional serão publicados e distribuídos à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para, no prazo de sessenta dias, receberem parecer.

• (Caput com redação dada pelo art. 80 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

§ 1º – Da discussão e da votação do parecer na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária poderão participar, com direito a voz e voto, dois membros de cada uma das comissões permanentes às quais tenha sido distribuído o projeto, observado, tanto quanto possível, o princípio da proporcionalidade das representações partidárias ou do bloco parlamentar.

§ 2º – Nos primeiros vinte dias do prazo previsto neste artigo, poderão ser apresentadas emendas ao projeto.

§ 3º – Vencido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária proferirá, em dois dias, despacho de recebimento das emendas, que serão numeradas e publicadas, e dará publicidade, em separado, às que, por serem consideradas inconstitucionais, ilegais ou antirregimentais, deixar de receber.

§ 4º – Do despacho de não recebimento de emendas caberá recurso, no prazo de vinte e quatro horas, ao Presidente da Assembleia, que terá dois dias para decidir.

§ 5º – Esgotados os prazos dos parágrafos anteriores, o projeto será encaminhado ao relator, para receber parecer.

§ 6º – Enviado à Mesa da Assembleia, o parecer será publicado, incluindo-se o projeto na ordem do dia, para discussão e votação em turno único.

§ 7º – Concluída a votação, o projeto será remetido à Comissão de Redação.

Art. 205 – O Governador do Estado poderá apresentar emenda ao projeto, enquanto não encerrada, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a discussão do parecer.

Parágrafo único – A emenda será encaminhada à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que emitirá parecer no prazo de cinco dias, salvo se lhe restar prazo superior.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 81 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 206 – As emendas ao projeto da Lei do Orçamento Anual ou a projeto que vise a modificá-la somente podem ser aprovadas se:

I – forem compatíveis com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – indicarem os recursos necessários, admitidos os provenientes de anulação de despesa e de comprovação de existência e disponibilidade de receita, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida;
- c) transferência tributária constitucional para município;

III – forem relacionadas com:

- a) a correção de erro ou omissão;
- b) as disposições do projeto.

Art. 207 – (Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Subseção III

Do Projeto de Iniciativa do Governador do Estado com Solicitação de Urgência

Art. 208 – O Governador do Estado poderá solicitar urgência para apreciação de projeto de sua iniciativa.

§ 1º – Se a Assembleia Legislativa não se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre o projeto, será ele incluído na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, observado o seguinte:

I – se o projeto estiver em 1º turno, será incluído na ordem do dia para discussão e votação em turno único, reiniciando-se a contagem do prazo de discussão previsto no art. 274;

II – se o projeto for de turno único ou estiver em 2º turno, será incluído na ordem do dia no turno em que se encontrar, dando-se prosseguimento à contagem das reuniões a que se refere o art. 274, caso o projeto esteja em fase de discussão, ou às votações iniciadas, caso o projeto esteja em fase de votação.

• (Vide *Decisão Normativa da Presidência da ALMG nº 6, de 22/9/1999.*)

§ 2º – Contar-se-á o prazo estabelecido no *caput* do

§ 1º a partir da publicação da mensagem que encaminha o projeto com solicitação de urgência ou, caso esta seja solicitada após a publicação do projeto, a partir da leitura em Plenário da mensagem que contém a solicitação.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 82 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

• *(Vide Emenda à Constituição nº 42, de 14/11/2000.)*

Art. 209 – O disposto no art. 208 não se aplica a proposição que dependa de quórum especial para aprovação, a projeto de lei orgânica, estatutária ou equivalente a código nem aos projetos de que trata o art. 204.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 83 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

• *(Vide Emenda à Constituição nº 42, de 14/11/2000.)*

Art. 210 – Sempre que o projeto for distribuído a mais de uma comissão, a Comissão de Constituição e Justiça se pronunciará, no prazo de cinco dias, e as demais comissões se reunirão conjuntamente para emitirem parecer sobre o mérito da proposição, nos dez dias subsequentes.

Art. 211 – Esgotado o prazo sem pronunciamento das comissões, o Presidente da Assembleia incluirá o projeto em ordem do dia e para ele designará relator, que, no prazo de até vinte e quatro horas, emitirá parecer sobre o projeto e emendas, se houver, sendo-lhe facultado apresentar emenda.

Seção V

Das Matérias de Natureza Periódica

Subseção I

Dos Projetos de Fixação da Remuneração de Deputado, do Governador, do Vice-Governador e de Secretário de Estado

Art. 212 – *(Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 213 – *(Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 214 – *(Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 215 – *(Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Subseção II

Da Prestação e Tomada de Contas

Art. 216 – Recebido o processo de prestação de contas do Governador do Estado, o Presidente da Assembleia, independentemente de leitura no Expediente, mandará publicar o balanço geral das contas e os documentos que o instruírem.

• (Artigo com redação dada pelo art. 84 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 217 – Recebidos e publicados, o processo e o parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas a que se refere o art. 216 ficarão sobre a mesa por dez dias, para requerimento de informações ao Poder Executivo e ao Tribunal de Contas.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 84 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 218 – Esgotado o prazo estabelecido no artigo anterior, o processo será encaminhado à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para, em quarenta e cinco dias, receber parecer, que concluirá por projeto de resolução.

§ 1º – Publicado o projeto, abrir-se-á, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, prazo de dez dias para apresentação de emendas, que serão numeradas e publicadas.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 85 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 2º – Emitido o parecer sobre o projeto e emendas, se houver, o projeto será encaminhado à Mesa da Assembleia e incluído em ordem do dia para discussão e votação em turno único.

§ 3º – Aplicam-se à discussão e à votação, no que couber, as disposições relativas ao projeto de lei ordinária.

§ 4º – Quando o projeto dispuser sobre aprovação de

parte das contas e rejeição das demais, sua votação se dará por partes.

§ 5º – Aprovado, o projeto será encaminhado à Comissão de Redação.

§ 6º – A rejeição do projeto pelo Plenário, no todo ou em parte, resulta em deliberação contrária ao seu teor.

Art. 219 – Se as contas não forem, no todo ou em parte, aprovadas pelo Plenário, será o processo encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que, no prazo de dez dias, indicará as providências a serem adotadas pela Assembleia Legislativa.

Art. 220 – Decorrido o prazo estabelecido no inciso XIX do art. 62 da Constituição do Estado sem que a Assembleia Legislativa tenha recebido a prestação de contas do Governador do Estado, estas serão tomadas pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, aplicando-se, no que couber, o disposto nesta subseção.

Art. 221 – As contas do Tribunal de Contas estão sujeitas aos procedimentos estabelecidos nesta subseção.

Seção VI

Do Veto a Proposição de Lei

Art. 222 – O veto total ou parcial, depois de lido no Expediente e publicado, será distribuído a comissão espe-

cial constituída pelo Presidente da Assembleia, para, no prazo de vinte dias, receber parecer.

§ 1º – O veto parcial abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso, de alínea ou de item.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 86 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 2º – Dentro de trinta dias contados da data do recebimento da comunicação do veto, a Assembleia Legislativa sobre ele decidirá, em votação nominal e em turno único, e sua rejeição só ocorrerá pelo voto da maioria dos membros da Assembleia.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 86 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 3º – Esgotado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, sem que tenha havido deliberação, o veto será incluído na ordem do dia da reunião seguinte, sobrestando-se a deliberação quanto às demais proposições, até sua votação final, ressalvado o projeto de iniciativa do Governador do Estado com solicitação de urgência e cujo prazo de apreciação pela Assembleia Legislativa já se tenha esgotado.

§ 4º – Se o veto for rejeitado, a proposição de lei será enviada ao Governador do Estado para promulgação.

§ 5º – Se, dentro de quarenta e oito horas, a proposição de lei não for promulgada, o Presidente da Assembleia a

promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo, dentro do mesmo prazo.

§ 6º – Mantido o veto, dar-se-á ciência do fato ao Governador do Estado.

Art. 223 – Aplicam-se à apreciação do veto, no que couber, as disposições relativas à tramitação do projeto de lei ordinária.

Seção VII **Da Delegação Legislativa**

Art. 224 – As leis delegadas são elaboradas pelo Governador do Estado, por autorização da Assembleia Legislativa.

§ 1º – Não podem constituir objeto de delegação os atos de competência privativa da Assembleia Legislativa, a matéria reservada a lei complementar e a legislação sobre:

I – a organização do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, a carreira e a garantia de seus membros, bem como a carreira e a remuneração dos servidores de suas secretarias;

II – o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento.

§ 2º – A delegação ao Governador do Estado terá a

forma de resolução da Assembleia Legislativa, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º – Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Assembleia Legislativa, esta o fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Seção VIII **Da Emenda**

Art. 225 – Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra e se classifica em:

I – aditiva, a que se acrescenta a outra proposição;

II – modificativa, a que altera dispositivo sem modificá-lo substancialmente;

III – substitutiva, a apresentada como sucedânea:

a) de dispositivo;

b) integral de proposição, caso em que passa a denominar-se substitutivo;

IV – supressiva, a destinada a excluir dispositivo.

Art. 226 – A emenda, quanto à sua iniciativa, é de autoria:

I – de Deputado, podendo ser individual ou coletiva;

II – *(Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

III – de comissão;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 87 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

IV – do Governador do Estado, formulada por meio de mensagem, a proposição de sua autoria.

Art. 227 – Denomina-se subemenda a emenda apresentada a outra.

Art. 228 – Não será recebida a emenda que:

I – não for pertinente ao assunto versado na proposição principal;

II – incidir sobre mais de um dispositivo, salvo matéria correlata.

Seção IX Do Requerimento

Subseção I Disposições Gerais

Art. 229 – Os requerimentos, escritos ou orais, sujeitam-se a:

I – despacho do Presidente da Assembleia ou de Presidente de comissão, nos termos do art. 232;

II – deliberação do Plenário ou de comissão, nos termos do art. 233.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 88 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 230 – *(Revogado pelo art. 88 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 231 – Os requerimentos são submetidos apenas a votação e tramitam em turno único.

§ 1º – Poderá ser apresentada emenda ao requerimento antes de anunciada a sua votação ou durante o encaminhamento desta.

• *(Parágrafo renumerado pelo art. 89 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 2º – A emenda a requerimento prescinde de parecer.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 89 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Subseção II

Dos Requerimentos Sujeitos a Despacho do Presidente

Art. 232 – Será despachado pelo Presidente o requerimento que solicitar:

I – uso da palavra ou desistência dela;

II – permissão para falar assentado;

- III – posse de Deputado;
- IV – retificação de ata;
- V – leitura de matéria para conhecimento do Plenário;
- VI – inserção de declaração de voto em ata;
- VII – observância de disposição regimental;
- VIII – retirada de tramitação de proposição de autoria do requerente, sem parecer ou com parecer contrário;
- IX – verificação de votação;
- X – informação sobre a ordem dos trabalhos ou a ordem do dia;
- XI – preenchimento de lugar vago em comissão;
- XII – leitura de proposição a ser discutida ou votada;
- XIII – anexação de matérias idênticas ou assemelhadas;
- XIV – representação da Assembleia Legislativa por meio de comissão;
- XV – requisição de documentos;
- XVI – inclusão, em ordem do dia, de proposição de autoria do requerente, com parecer;
- XVII – votação destacada de emenda ou dispositivo;

XVIII – convocação de reunião extraordinária, nos casos previstos nos incisos II e III do parágrafo único do art. 15;

XIX – inserção de documento ou pronunciamento oficial nos anais da Assembleia Legislativa;

XX – prorrogação de prazo para emissão de parecer;

XXI – convocação de reunião especial;

XXII – destinação da 1ª Parte da reunião a homenagem especial;

XXIII – interrupção da reunião, para se receber personalidade de relevo;

XXIV – designação de substituto a membro de comissão, na ausência de suplente;

XXV – constituição de comissão de inquérito;

XXVI – licença de Deputado, nas hipóteses previstas nos incisos II e III do art. 54;

XXVII – exame pelo Plenário de matéria de competência conclusiva das comissões;

XXVIII – prorrogação de horário de reunião, subscrito pelo Colégio de Líderes;

XXIX – audiência de comissão sobre emenda apresentada em 2º turno, subscrito pelo Colégio de Líderes;

XXX – prorrogação do prazo para posse de Deputado;

XXXI – convocação de sessão legislativa extraordinária;

XXXII – desarquivamento de proposição;

XXXIII – apuração da veracidade de acusação contra Deputado, nos termos do art. 62;

XXXIV – *(Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Parágrafo único – Os requerimentos a que se referem os incisos VIII, XI, XIII, XIV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI, XXXII e XXXIII serão apresentados por escrito, podendo os demais ser apresentados oralmente.

Subseção III

Dos Requerimentos Sujeitos a Deliberação

- *(Título com redação dada pelo art. 90 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 233 – Será submetido a votação o requerimento escrito que solicitar:

I – levantamento de reunião em sinal de pesar;

II – prorrogação de horário de reunião, subscrito por Deputado;

III – alteração de ordem do dia;

IV – retirada de tramitação de proposição de autoria do requerente, com parecer favorável;

V – adiamento de discussão;

VI – encerramento de discussão;

VII – votação de parecer ou requerimento pelo processo nominal;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 91 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

VIII – votação por partes;

IX – adiamento de votação;

X – preferência, na discussão ou na votação, de uma proposição sobre outra da mesma espécie;

XI – inclusão, em ordem do dia, de proposição que não seja de autoria do requerente;

XII – informações às autoridades estaduais por intermédio da Mesa da Assembleia;

XIII – inserção, nos anais da Assembleia Legislativa, de documento ou pronunciamento não oficial, especialmente relevante para o Estado;

XIV – constituição de comissão extraordinária;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 91 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

XV – audiência de comissão para emissão de parecer sobre determinada matéria, observado o disposto no parágrafo único do art. 183;

XVI – convocação de Secretário de Estado, dirigente de entidade da administração indireta, titular de órgão diretamente subordinado ao Governador do Estado ou outra autoridade estadual;

XVII – convocação de reunião extraordinária, no caso previsto no inciso IV do parágrafo único do art. 15;

XVIII – convocação de reunião secreta;

XIX – regime de urgência;

XX – deliberação sobre qualquer outro assunto que não esteja especificado expressamente neste regimento e não se refira a incidente sobrevindo no curso da discussão ou da votação;

XXI – prorrogação de prazo de funcionamento de comissão parlamentar de inquérito e de comissão extraordinária;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 91 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

XXII – audiência da Comissão de Constituição e Justiça em 2º turno;

XXIII – (Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 234 – Dependem de parecer os requerimentos a que se referem os incisos XII e XIII do artigo anterior.

Seção X

Da Escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas pela Assembleia Legislativa

• (Título com redação dada pelo art. 92 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 235 – A escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas pela Assembleia Legislativa, prevista no inciso II do § 1º do art. 78 da Constituição do Estado, obedecerá ao seguinte:

I – ocorrida a vaga no Tribunal de Contas, cabe ao Presidente da Assembleia anunciar sua existência no prazo de cinco dias, por meio de publicação no *Diário do Legislativo*;

• (A expressão “*órgão oficial dos Poderes do Estado*” foi substituída por “*Diário do Legislativo*” pelo art. 110 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

II – a indicação de candidato dar-se-á mediante requerimento instruído com a documentação exigida no art. 236 e assinado por, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos Deputados, no prazo de dez dias úteis contados a partir da data da publicação do anúncio da existência de vaga.

§ 1º – Cada Deputado poderá subscrever, no máximo, duas indicações.

§ 2º – Em caso de descumprimento do disposto no parágrafo anterior, as assinaturas do Deputado serão desconsideradas.

§ 3º – Se, da aplicação do disposto no parágrafo anterior, resultar número insuficiente de assinaturas para a indicação, conceder-se-á prazo de vinte e quatro horas para recomposição do número de assinaturas.

Art. 236 – O requerimento de que trata o inciso II do artigo anterior deverá ser instruído com:

I – *curriculum vitae* simplificado;

II – cópia autenticada da carteira de identidade;

III – certidões negativas de ações criminais da justiça comum e da Justiça Federal do domicílio e da residência do candidato;

IV – certidões negativas dos cartórios de protestos ou do distribuidor do domicílio e da residência do candidato;

V – estudos, publicações técnicas, títulos, entre outros, relativos à área de conhecimento do candidato ou comprovante de atuação como agente público em qualquer esfera do poder público por prazo igual ou superior a dez anos.

Parágrafo único – Recebido o requerimento pela Mesa da Assembleia, esta analisará os documentos referidos neste artigo e, atendidos os requisitos estabelecidos no art. 78 da Constituição do Estado, deferirá aquele cuja documentação esteja completa.

Art. 237 – A existência de ações ou protestos referidos nos incisos III e IV do artigo anterior poderá, a critério da Mesa da Assembleia, inabilitar o candidato indicado.

Art. 238 – Deferido pela Mesa da Assembleia, será o requerimento encaminhado à comissão especial, aplicando-se-lhe o disposto no § 1º do art. 146.

Art. 239 – Publicado o parecer da comissão especial, a matéria será colocada em ordem do dia, para deliberação do Plenário.

§ 1º – Havendo mais de dois candidatos, os dois mais votados no primeiro escrutínio submeter-se-ão ao segundo escrutínio, decidindo-se a escolha por maioria simples de votos.

• *(Vide Decisão Normativa da Presidência da ALMG nº 14, de 9/3/2005.)*

§ 2º – Em caso de empate, a escolha recairá sobre o candidato mais idoso.

Art. 240 – Escolhido o candidato, dar-se-á ciência do fato ao Governador do Estado, para nomeação, nos termos

do art. 7º da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 93 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

CAPÍTULO II DA DISCUSSÃO

Seção I Disposições Gerais

Art. 241 – Discussão é a fase de debate da proposição.

Art. 242 – A discussão da proposição será feita no seu todo, inclusive emendas.

Art. 243 – Somente será objeto de discussão a proposição constante na ordem do dia.

Parágrafo único – (Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 244 – Excetuados os projetos de lei orgânica, estatutária ou equivalente a código, nenhuma proposição permanecerá na ordem do dia para discussão, em cada turno, por mais de seis reuniões.

§ 1º – Para os fins deste artigo, não será computada a reunião que não for aberta por falta de quórum.

§ 2º – Não se considera a reunião em cuja pauta conste

proposição com a tramitação prevista no § 1º do art. 198, no § 1º do art. 208 e no § 3º do art. 222, para efeito de encerramento de discussão de proposição com tramitação sobrestada.

Art. 245 – Será cancelada a inscrição do Deputado que, chamado, não estiver presente.

Art. 246 – O prazo de discussão para cada orador inscrito, salvo exceções regimentais, será de:

I – sessenta minutos, no caso de proposta de emenda à Constituição, projeto e veto;

II – dez minutos, no caso de parecer e matéria devolvida ao exame do Plenário.

Seção II

Do Adiamento da Discussão

Art. 247 – A discussão poderá ser adiada uma vez, por, no máximo, cinco dias, salvo a relativa a projeto sob regime de urgência e veto.

Parágrafo único – O requerimento apresentado no correr da discussão que se pretender adiar ficará prejudicado se não for votado imediatamente, seja por falta de quórum ou por esgotar-se o tempo da reunião, não podendo ser renovado.

Seção III

Do Encerramento da Discussão

Art. 248 – O encerramento da discussão dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por deliberação do Plenário.

Parágrafo único – O requerimento de encerramento de discussão será submetido a votação, desde que pelo menos seis oradores tenham discutido a proposição.

CAPÍTULO III

DA VOTAÇÃO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 249 – A votação completa o turno regimental de tramitação.

§ 1º – A proposição será colocada em votação, salvo emendas.

§ 2º – As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável ou contrário de todas as comissões que as tenham examinado, permitido o destaque.

§ 3º – A votação não será interrompida, salvo:

I – por falta de quórum;

II – para votação de requerimento de prorrogação do horário da reunião;

III – por terminar o horário da reunião ou de sua prorrogação.

§ 4º – Existindo matéria a ser votada e não havendo quórum, o Presidente da Assembleia poderá aguardar que este se verifique, suspendendo a reunião por tempo prefixado.

§ 5º – Se, à falta de quórum para votação, tiver prosseguimento a discussão da matéria em pauta, o Presidente da Assembleia, tão logo se verificar o número regimental, solicitará ao Deputado que estiver na tribuna a interrupção do seu pronunciamento, a fim de que seja concluída a votação.

§ 6º – Ocorrendo falta de quórum durante a votação, será feita a chamada, registrando-se em ata os nomes dos presentes.

Art. 250 – A votação das proposições será feita em seu todo, salvo os casos previstos neste regimento.

Parágrafo único – A votação por partes será requerida até o anúncio da fase de votação da proposição a que se referir.

Art. 251 – A determinação de quórum será feita do seguinte modo:

I – o quórum de maioria dos membros da Assembleia Legislativa, em composição ímpar de membros, obter-se-á acrescentando-se uma unidade ao número de Deputados e dividindo-se o resultado por dois;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 94 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

II – o quórum de 1/3 (um terço) obter-se-á:

a) dividindo-se por três o número de Deputados, se este for múltiplo de três;

b) dividindo-se por três, acrescido de uma ou duas unidades, o número de Deputados, se este não for múltiplo de três;

III – o quórum de 2/3 (dois terços) obter-se-á multiplicando-se por dois o resultado obtido segundo os critérios estabelecidos no inciso anterior;

IV – o quórum de 3/5 (três quintos) obter-se-á:

a) dividindo-se por cinco o número de Deputados, se este for múltiplo de cinco, e multiplicando-se o quociente obtido por três;

b) dividindo-se por cinco, acrescido das unidades necessárias, o número de Deputados, se este não for múltiplo de cinco, e multiplicando-se o quociente obtido por três.

Art. 252 – As deliberações no Plenário serão tomadas por voto aberto e, salvo disposição constitucional em

contrário, por maioria de votos, presente a maioria dos membros da Assembleia Legislativa.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 94 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 253 – Tratando-se de assunto em que tenha interesse pessoal, o Deputado fica impedido de votar, computada sua presença para efeito de quórum.

Art. 254 – Após votação em reunião pública, o Deputado poderá fazer declaração de voto pelo prazo de cinco minutos.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 3º da Resolução da ALMG nº 5.183, de 14/7/1998.)*

Parágrafo único – A palavra para declaração de voto será concedida imediatamente após a respectiva votação ou em momento posterior da mesma fase da Ordem do Dia, a critério do Presidente da Assembleia.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 95 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 255 – O painel eletrônico será usado na votação de proposição pelo processo nominal e na verificação de votação realizada pelo processo simbólico.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 96 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 256 – O registro de presença será verificado pelo Presidente da Assembleia por meio do quadro sinótico e

constará no painel eletrônico na 2ª Parte da reunião, ao iniciar-se a votação da matéria da Ordem do Dia.

Art. 257 – A verificação de quórum será feita pelo Presidente da Assembleia, de plano, por chamada ou por meio de sistema eletrônico, caso em que, somente no final do procedimento, o resultado constará no painel.

Seção II

Do Processo de Votação

Art. 258 – São dois os processos de votação:

I – nominal;

II – simbólico.

• (Artigo com redação dada pelo art. 97 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 259 – Adotar-se-á o processo nominal em todas as votações, salvo na apreciação de parecer ou requerimento, em que será adotado o processo simbólico.

Parágrafo único – Poderá ser adotado o processo nominal na votação de parecer ou requerimento, mediante aprovação de requerimento apresentado até o anúncio da fase de votação da proposição.

• (Artigo com redação dada pelo art. 97 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 260 – Na votação nominal, os Deputados manifestarão sua posição favorável ou contrária à aprovação da matéria ou votarão em branco, registrando “sim”, “não” ou “em branco”, pelo sistema eletrônico de votos.

§ 1º – Concluída a votação, o Presidente da Assembleia comunicará o resultado.

§ 2º – Imediatamente após a votação, será encaminhado à Mesa da Assembleia, para que conste na ata dos trabalhos, o relatório correspondente, que conterà os seguintes registros:

I – a data e a hora em que se processou a votação;

II – a matéria objeto da votação;

III – o resultado da votação;

IV – o nome dos Deputados votantes, discriminando-se os que votaram a favor, contra ou em branco.

• (Artigo com redação dada pelo art. 97 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 260-A – Na votação simbólica, o Presidente da Assembleia solicitará aos Deputados que ocupem os respectivos lugares no Plenário e convidará a que permaneçam assentados os que estiverem a favor da matéria.

Parágrafo único – Não sendo requerida, de imediato, a

verificação de votação, o resultado proclamado se tornará definitivo.

• *(Artigo acrescentado pelo art. 97 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 261 – *(Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 262 – As proposições acessórias serão votadas pelo processo aplicável à proposição principal, salvo os requerimentos incidentes.

Art. 263 – Ocorrendo falha no sistema do painel eletrônico, adotar-se-á o seguinte:

I – na votação nominal, a manifestação dos Líderes precederá à dos demais Deputados, os quais, ao anúncio de seu nome, responderão “sim”, “não” ou “em branco”, conforme queiram votar a favor, contra ou em branco;

II – *(Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

III – na verificação de votação, o Presidente solicitará aos Deputados que ocupem os respectivos lugares, convidando a se levantarem os que tenham votado a favor e repetindo o procedimento quanto à apuração dos votos contrários.

Parágrafo único – Depois de realizar-se, em segunda chamada, o procedimento previsto no inciso I relativamen-

te aos Deputados ausentes, será proclamado o resultado da votação.

Seção III

Do Encaminhamento de Votação

Art. 264 – Anunciada a votação, esta poderá ser encaminhada pelo prazo de dez minutos, incidindo o encaminhamento sobre a proposição no seu todo, em conjunto com as emendas, mesmo que a votação se dê por partes.

• (Caput com redação dada pelo art. 3º da Resolução da ALMG nº 5.183, de 14/7/1998.)

§ 1º – Não será recebido requerimento que objetive limitar o número de oradores para encaminhamento de votação de proposição.

§ 2º – No encaminhamento de votação, serão observados os seguintes procedimentos:

I – o Líder terá preferência para fazer uso da palavra;

II – quando houver pedido simultâneo da palavra, atender-se-á ao critério estabelecido no art. 158;

III – em se tratando de matéria destacada, poderão falar, pelo prazo de cinco minutos, três Deputados, sendo um a favor, um contra e o relator, com preferência para o autor do destaque.

Seção IV

Da Verificação de Votação

Art. 265 – O requerimento de verificação de votação é privativo do processo simbólico, podendo ser repetido uma vez.

Art. 266 – O Deputado ausente durante a votação não poderá participar da verificação.

Seção V

Do Adiamento de Votação

Art. 267 – A votação poderá ser adiada uma vez, se requerido o adiamento por Deputado até o momento em que for anunciada, salvo nas hipóteses do § 1º do art. 198, do § 1º do art. 208 e do § 3º do art. 222.

§ 1º – O adiamento será concedido para a reunião seguinte.

§ 2º – Considerar-se-á prejudicado o requerimento que, por esgotar-se o horário da reunião ou por falta de quórum, deixar de ser votado.

CAPÍTULO IV

DA REDAÇÃO FINAL

Art. 268 – Terão redação final a proposta de emenda à Constituição e o projeto.

§ 1º – A Comissão de Redação, no prazo de dez dias, emitirá parecer, em que dará forma à matéria aprovada, segundo a técnica legislativa, corrigindo eventual vício de linguagem, defeito ou erro material.

§ 2º – Apresentado, o parecer de redação final será discutido e votado:

I – em Plenário;

II – na comissão que houver deliberado conclusivamente sobre o projeto.

§ 3º – O parecer de redação final poderá ser apreciado independentemente de a proposição constar em pauta previamente distribuída ou publicada.

• (Parágrafo acrescentado pelo art. 98 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

Art. 269 – Será admitida, durante a discussão, emenda à redação final, para os fins indicados no § 1º do artigo anterior.

Art. 270 – A discussão limitar-se-á aos termos da redação, e nela somente poderão tomar parte, uma vez e por dez minutos, o autor da emenda, o relator da Comissão de Redação e os Líderes.

Art. 271 – Aprovada a redação final, a matéria será enviada, no prazo de dez dias, à sanção, sob a forma de

proposição de lei, ou à promulgação, conforme o caso, ressalvado o disposto nos arts. 196 e 202.

CAPÍTULO V DAS PECULIARIDADES DO PROCESSO LEGISLATIVO

Seção I Do Regime de Urgência

Art. 272 – Adotar-se-á regime de urgência para que determinada proposição tenha tramitação abreviada:

I – por solicitação do Governador do Estado, para projeto de sua autoria, nos termos dos arts. 208 e 209;

• *(Vide Emenda à Constituição nº 42, de 14/11/2000.)*

II – a requerimento.

§ 1º – Só poderão tramitar simultaneamente, em regime de urgência, quatro proposições, sendo duas por solicitação do Governador do Estado e duas a requerimento de Deputado.

§ 2º – Por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Colégio de Líderes, admitir-se-á a tramitação de mais um projeto, por solicitação do Governador do Estado, e de mais uma proposição, a requerimento de Deputado, além do limite estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3º – O disposto no *caput* não se aplica a proposição que dependa de quórum especial para aprovação, a projeto de lei orgânica, estatutária ou equivalente a código nem aos projetos de que trata o art. 204.

• *(Parágrafo com redação dada pelo art. 99 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 273 – Na tramitação sob regime de urgência, serão observadas as exigências regimentais, com as seguintes ressalvas:

I – dispensa da exigência de prévia publicação dos pareceres e demais proposições acessórias;

II – redução à metade dos prazos para emissão de parecer, discussão, vista de parecer, diligência e encaminhamento de votação.

• *(Inciso com redação dada pelo art. 99 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 274 – A discussão de proposição em regime de urgência não ultrapassará quatro reuniões contadas da data de sua inclusão na ordem do dia, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 244.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 99 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Seção II

Da Preferência e do Destaque

Art. 275 – A preferência para discussão e votação de proposições obedecerá à ordem seguinte, que poderá ser alterada por deliberação do Plenário:

I – proposta de emenda à Constituição;

II – projeto de lei do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado;

III – projeto de lei do plano plurianual;

IV – projeto de lei de diretrizes orçamentárias;

V – projeto de lei do orçamento e de abertura de crédito;

VI – projeto sob regime de urgência;

VII – veto e matéria impugnada;

VIII – projeto de resolução;

IX – projeto de lei complementar;

X – projeto de lei orgânica, estatutária ou equivalente a código;

XI – projeto de lei ordinária.

Art. 276 – A proposição com discussão encerrada terá prioridade para votação.

Art. 277 – Não se admitirá preferência de matéria em discussão sobre outra em votação.

Parágrafo único – Entre as matérias em fase de votação, dar-se-á preferência àquelas em prosseguimento de votação.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 100 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

• *(Vide Decisão Normativa da Presidência da ALMG nº 21, de 1º/12/2015.)*

Art. 278 – Entre proposições da mesma espécie, dar-se-á preferência àquela com discussão já iniciada.

Art. 278-A – Atendidos os critérios previstos nos arts. 275 a 278 para a ordenação das matérias em fase de discussão e de votação, a preferência obedecerá, sucessivamente, ao seguinte:

I – a proposição em turno único preferirá à proposição em 2º turno, e esta preferirá à proposição em 1º turno;

II – a proposição com numeração inferior preferirá à proposição com numeração superior.

• *(Artigo acrescentado pelo art. 101 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 279 – Não estabelecida em requerimento aprovado, a preferência entre emendas será regulada pelas seguintes normas:

I – o substitutivo preferirá à proposição a que se referir;

II – a emenda supressiva e a substitutiva preferirão às demais, inclusive à parte da proposição a que se referirem;

III – a emenda aditiva e a modificativa serão votadas logo após a parte da proposição que visarem a alterar;

IV – a emenda de comissão, quando incorporada a parecer, preferirá à de Deputado.

• *(Inciso com redação dada pelo art. 102 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

§ 1º – O requerimento de preferência de uma emenda sobre outra será apresentado antes de iniciada a votação da proposição a que se referir.

§ 2º – Na ocorrência de mais de um substitutivo de comissão, o exame do último terá preferência sobre os demais e, assim, sucessivamente.

Art. 280 – Quando houver mais de um requerimento sujeito a votação, a preferência será estabelecida pela ordem de apresentação.

Parágrafo único – Apresentados simultaneamente requerimentos que tiverem o mesmo objetivo, a preferência será estabelecida pelo Presidente.

Art. 281 – A preferência de uma proposição sobre

outra constante na mesma ordem do dia será requerida antes de iniciada a apreciação da pauta.

Art. 282 – O destaque para votação em separado de dispositivo ou emenda será requerido até o anúncio da votação da proposição principal.

§ 1º – Cada bancada ou bloco parlamentar, por intermédio de seu Líder, poderá requerer destaques até o limite de 1/10 (um décimo) do número de artigos da proposição e de 1/10 (um décimo) do número de emendas, assegurando-se o mínimo de um destaque por bancada ou bloco parlamentar.

§ 2º – Os destaques, para votação em separado, de partes de artigo integrarão o limite previsto no § 1º, relativamente ao número de artigos da proposição.

§ 3º – Em reunião de comissão, a iniciativa do destaque cabe a qualquer de seus membros, observados os limites previstos nos §§ 1º e 2º.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 103 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 283 – A alteração da ordem estabelecida nesta seção não prejudicará a prioridade fixada no § 1º do art. 198, no § 1º do art. 208 e no § 3º do art. 222.

Seção III

Da Prejudicialidade

Art. 284 – Consideram-se prejudicadas:

I – a discussão ou a votação de proposição com objetivo idêntico ao de outra aprovada ou rejeitada na mesma sessão legislativa, observado o disposto no § 3º do art. 186;

• (Inciso com redação dada pelo art. 104 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

II – a discussão ou a votação de proposição semelhante a outra considerada inconstitucional;

• (Inciso com redação dada pelo art. 104 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

• (Vide Decisão Normativa da Presidência da ALMG nº 23, de 1º/12/2015.)

III – a discussão ou a votação de proposição anexada a outra proposição, quando esta for aprovada ou rejeitada;

• (Inciso com redação dada pelo art. 104 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

IV – a proposição e as emendas incompatíveis com substitutivo aprovado no mesmo turno;

• (Inciso com redação dada pelo art. 104 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)

V – a emenda ou a subemenda de matéria idêntica à de outra aprovada ou rejeitada;

VI – a emenda ou a subemenda em sentido contrário ao de outra aprovada no mesmo turno;

• *(Inciso com redação dada pelo art. 104 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

VII – a emenda ou parte de proposição incompatível com matéria aprovada em votação destacada no mesmo turno.

• *(Inciso com redação dada pelo art. 104 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Parágrafo único – O disposto nos incisos V e VI não se aplica a emendas constantes no parecer da Comissão de Constituição e Justiça previsto no § 2º do art. 185.

Seção IV

Da Retirada de Proposição

Art. 285 – A retirada de proposição será requerida pelo autor, interrompendo-se imediatamente a sua tramitação.

§ 1º – Antes da apreciação do requerimento, o Presidente informará a tramitação da proposição a que ele se referir.

§ 2º – A desistência da retirada de proposição ou a rejeição do requerimento implicará a retomada da tramitação no ponto em que foi interrompida.

§ 3º – Não será objeto de requerimento a retirada de proposição cujo processo de votação já esteja iniciado.

Seção V

Do Rito Especial

- *(Seção acrescentada pelo art. 1º da Resolução da ALMG nº 5.183, de 14/7/1998.)*

Art. 286 – *(Revogado pelo art. 4º da Resolução da ALMG nº 5.197, de 30/11/2000.)*

Art. 287 – *(Revogado pelo art. 4º da Resolução da ALMG nº 5.197, de 30/11/2000.)*

TÍTULO VIII

DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

CAPÍTULO I

DO PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR E DA PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA

- *(Título com redação dada pelo art. 105 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 288 – Salvo nas hipóteses de iniciativa privativa e de matéria indelegável, a iniciativa popular é exercida pela apresentação, à Assembleia Legislativa, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dez mil eleitores do Estado, em lista organizada por entidade associativa legalmente constituída, que se responsabilizará pela idoneidade das assinaturas.

§ 1º – Dos subscritores do projeto, no máximo 25%

(vinte e cinco por cento) poderão ser eleitores alistados na capital do Estado.

§ 2º – Quando necessário, a proposição será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça para sua adequação às exigências do art. 173.

§ 3º – Nas comissões e em Plenário, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei de iniciativa popular, pelo prazo total de sessenta minutos, o primeiro signatário ou aqueles que este houver indicado.

• *(Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Resolução da ALMG nº 5.212, de 9/5/2003.)*

• *(Vide Deliberação da Mesa da ALMG nº 2.333, de 4/6/2003.)*

• *(Vide Emenda à Constituição nº 32, de 18/3/1998.)*

Art. 289 – É facultada a entidade associativa da sociedade civil, com exceção de partido político com representação na Casa, a apresentação à Assembleia Legislativa de proposta de ação legislativa.

§ 1º – A proposta a que se refere este artigo será encaminhada à apreciação da Comissão de Participação Popular, que poderá realizar audiência pública para discuti-la.

§ 2º – Aprovada a proposta, esta será transformada em proposição de autoria da Comissão de Participação Popular ou ensejará, quando for o caso, a medida cabível.

§ 3º – Será anexada à proposição de autoria da Comis-

são de Participação Popular a proposição em tramitação que com ela guarde identidade ou semelhança, desde que a proposta de ação legislativa que originou a proposição da comissão tenha sido protocolada antes da proposição de autoria parlamentar.

§ 4º – Aplica-se à proposição de que trata este artigo o disposto no § 3º do art. 288.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 3º da Resolução da ALMG nº 5.212, de 9/5/2003.)*

• *(Vide Deliberação da Mesa da ALMG nº 2.333, de 4/6/2003.)*

CAPÍTULO II DAS REPRESENTAÇÕES POPULARES

Art. 290 – A representação popular de pessoa física ou jurídica contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública ou contra ato imputado a membro da Assembleia Legislativa será examinada pelas comissões ou pela Mesa, desde que seja:

I – encaminhada por escrito e assinada;

II – matéria de competência da Assembleia Legislativa.

Parágrafo único – O relator da comissão a que for distribuída a matéria apresentará relatório em conformidade com o art. 114, do qual se dará ciência aos interessados.

CAPÍTULO III DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 291 – As comissões poderão realizar audiência pública com cidadãos, órgãos e entidades públicas ou civis, para instruir matéria legislativa em trâmite, para acompanhar a execução de políticas públicas e do planejamento do Estado, bem como para tratar de assunto de interesse público relevante atinente a sua área de atuação, a requerimento de Deputado ou comissão, assegurada a participação do público no debate.

§ 1º – O Presidente de comissão poderá designar um de seus membros para elaborar estudos que visem a subsidiar a realização de audiência pública.

§ 2º – O Presidente de comissão que realizar audiências públicas no exercício das atribuições previstas no inciso XX do art. 100 designará relator para elaborar relatório circunstanciado anual, contendo as conclusões e a compilação dos resultados das audiências públicas de acompanhamento, que, aprovado pela comissão até o dia 30 de outubro de cada ano, será encaminhado à Mesa da Assembleia, para publicação.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 106 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 292 – *(Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 293 – *(Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 294 – *(Revogado pelo art. 111 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

CAPÍTULO IV DOS EVENTOS INSTITUCIONAIS

Art. 295 – Para subsidiar o processo legislativo, a Assembleia poderá promover, por iniciativa da Mesa ou a requerimento, eventos que possibilitem a discussão de temas de interesse do Poder Legislativo estadual, organizados em parceria com entidades da sociedade civil e órgãos e entidades do poder público.

Parágrafo único – O requerimento que solicitar a realização de evento especificará o tema e o tipo de evento e, após seu recebimento em Plenário, será encaminhado à Mesa da Assembleia para apreciação.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 107 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 296 – Incluem-se entre os eventos a que se refere o art. 295:

I – seminários legislativos;

II – fóruns técnicos;

III – ciclos de debates.

§ 1º – A Mesa da Assembleia definirá, em regulamento próprio, os objetivos e a dinâmica de cada tipo de evento.

§ 2º – A Mesa da Assembleia definirá um ou mais Deputados responsáveis pela coordenação, organização e realização de cada evento.

§ 3º – Ao final de evento em que houver formulação de propostas será formado um comitê de representação, composto por representantes da sociedade civil e do poder público escolhidos dentre os participantes do evento.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 107 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 297 – Aplicam-se às proposições resultantes de eventos institucionais as normas de tramitação previstas neste regimento, observados os seguintes procedimentos especiais:

I – o comitê de representação do evento apresentará à Mesa da Assembleia as propostas aprovadas e as sugestões de desdobramentos, as quais serão distribuídas à comissão cuja competência estiver relacionada ao tema;

II – será de vinte dias, prorrogável por igual período, o prazo para a comissão apresentar as proposições resultantes das propostas e sugestões a que se refere o inciso I;

III – o comitê de representação do evento poderá participar da discussão das propostas e das proposições delas resultantes.

§ 1º – O comitê de representação terá até quarenta dias, contados da data de encerramento do evento, para realizar a apresentação prevista no inciso I do *caput*.

§ 2º – Caso não seja exercida a prerrogativa prevista no inciso II do *caput*, a iniciativa caberá a qualquer Deputado.

- *(Artigo com redação dada pelo art. 107 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*
- *(Vide Decisão Normativa da Presidência nº 24, de 8/3/2016.)*

CAPÍTULO V DA VISITA

- *(Capítulo acrescentado pelo art. 108 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 297-A – As comissões poderão realizar visita, mediante requerimento de qualquer Deputado, aprovado pela comissão, para subsidiar a análise de matéria sujeita a sua apreciação ou para exercer a fiscalização e o controle de atos da administração pública compreendidos em sua competência temática.

§ 1º – A visita poderá ser realizada com qualquer número de membros.

§ 2º – Será designado relator um dos membros da comissão presentes na visita, o qual terá o prazo de dez dias para a apresentação de relatório circunstanciado.

- *(Artigo acrescentado pelo art. 108 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 297-B – O Presidente determinará a leitura do relatório de visita e o considerará aprovado, independentemente de votação, ressalvada a retificação.

§ 1º – O Deputado ausente na visita somente poderá solicitar retificação caso seja relativa a eventual vício formal ou erro material.

§ 2º – Será concedido ao relator prazo até a reunião seguinte para consignar no relatório a retificação tida como procedente.

§ 3º – Aprovado o relatório, este será publicado e, quando for o caso, encaminhado à autoridade à qual se deva dar conhecimento da matéria.

• *(Artigo acrescentado pelo art. 108 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

TÍTULO IX

REGRAS GERAIS DE PRAZO

Art. 298 – Ao Presidente da Assembleia e ao de comissão compete fiscalizar o cumprimento dos prazos.

Art. 299 – No processo legislativo, os prazos são fixados por:

I – mês, sendo contados de data a data;

II – dia, sendo contados conforme o previsto no inciso II do parágrafo único deste artigo;

III – hora, sendo contados de minuto a minuto.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos, observar-se-á o seguinte:

I – o termo inicial e o termo final serão transferidos para o primeiro dia útil subsequente quando coincidirem com sábado, domingo ou feriado;

II – a contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do termo inicial.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 109 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

Art. 300 – Os prazos são contínuos e não correm no recesso.

Art. 301 – A proposição que for baixada em diligência terá sua tramitação suspensa, uma vez em cada comissão, por, no máximo, cinco dias úteis.

§ 1º – Terão suspensa a tramitação até que se cumpra a diligência:

I – os projetos de lei a que se referem as alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 103;

II – os projetos de lei que tratam de aquisição onerosa ou de alienação de bem imóvel pelo Estado.

§ 2º – As proposições que tratam de alienação ou con-

cessão de terras devolutas rurais terão sua tramitação suspensa, no caso de diligência, por, no máximo, noventa dias.

§ 3º – Não será suspensa a tramitação de proposição que trate de alienação de bem imóvel do Estado que for baixada em diligência ao donatário.

• *(Artigo com redação dada pelo art. 109 da Resolução da ALMG nº 5.511, de 1º/12/2015.)*

TÍTULO X

DA POSSE DO GOVERNADOR E DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Art. 302 – Aberta a reunião solene para a posse do Governador e do Vice-Governador do Estado, o Presidente da Assembleia designará comissão de Deputados para recebê-los e introduzi-los no Plenário.

Parágrafo único – O Governador e o Vice-Governador do Estado tomarão assento ao lado do Presidente da Assembleia.

Art. 303 – Prestado o compromisso constitucional, o Presidente da Assembleia declarará empossados o Governador e o Vice-Governador do Estado, lavrando-se termo em livro próprio.

Art. 304 – Vagando o cargo de Governador e de Vice-Governador do Estado, ou ocorrendo o impedimento

destes, à posse de seu substituto aplica-se o disposto nos artigos anteriores.

TÍTULO XI

DO COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES

Art. 305 – O Presidente da Assembleia convocará reunião especial para ouvir o Governador do Estado, quando este manifestar o propósito de expor assunto de interesse público.

Art. 306 – A convocação de Secretário de Estado, de dirigente de entidade da administração indireta ou de titular de órgão diretamente subordinado ao Governador do Estado para comparecerem ao Plenário da Assembleia Legislativa ou a qualquer de suas comissões a eles será comunicada por meio de ofício que conterà a indicação do assunto a ser tratado e a data designada para seu comparecimento.

§ 1º – Se não puder atender à convocação, a autoridade apresentará justificção, no prazo de três dias, e proporá nova data e hora para seu comparecimento.

§ 2º – O não comparecimento injustificado constitui crime de responsabilidade, nos termos da legislação.

Art. 307 – Em caso de recusa ou de não atendimento a convocação ou a pedido de informação, bem como de prestação de informação falsa, nos termos dos incisos VII,

VIII e IX do art. 100 e dos incisos XII e XVI do art. 233, por dirigente da administração indireta, pelo Comandante-Geral da Polícia Militar ou por outra autoridade estadual, a Assembleia Legislativa ou qualquer de suas comissões científicará do fato a autoridade competente, para sua apuração, atendimento ao solicitado e aplicação da penalidade cabível, no prazo de sessenta dias.

Parágrafo único – Por solicitação de qualquer comissão ou a requerimento aprovado em Plenário, a Mesa da Assembleia, nos cinco dias subsequentes ao término do prazo estipulado neste artigo, encaminhará à autoridade competente pedido escrito de informação acerca dos procedimentos e das medidas adotadas, sob pena de responsabilização, no caso de não atendimento no prazo de trinta dias.

Art. 308 – O Secretário de Estado poderá solicitar à Assembleia Legislativa ou a uma de suas comissões que designe data para seu comparecimento, a fim de expor assunto de relevância de sua secretaria.

Parágrafo único – O comparecimento a que se refere este artigo dependerá de prévio entendimento com a Mesa da Assembleia.

Art. 309 – Poderá ser prorrogado, de ofício, pelo Presidente da Assembleia o tempo fixado para exposição de Secretário de Estado ou de dirigente de entidade da administração indireta e para debates que a ela sucederem.

Art. 310 – Durante a exposição e os debates na Assembleia Legislativa, o Secretário de Estado ou o dirigente de entidade da administração indireta ficam sujeitos às normas regimentais que regulam os debates e a questão de ordem.

TÍTULO XII DO PROCESSO NOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNADOR, DO VICE-GOVERNADOR E DE SECRETÁRIO DE ESTADO

Art. 311 – O processo nos crimes de responsabilidade do Governador, do Vice-Governador e de Secretário de Estado obedecerá a legislação especial.

Parágrafo único – Aplica-se o disposto neste artigo ao Procurador-Geral de Justiça e ao Procurador-Geral do Estado.

TÍTULO XIII DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO

Art. 312 – Os órgãos de comunicação poderão credenciar-se perante a Mesa da Assembleia para exercício das atividades jornalísticas, de informação e divulgação.

Parágrafo único – Somente terão acesso às dependências privativas da Assembleia Legislativa os jornalistas e demais profissionais credenciados, podendo a Mesa da Assembleia, a qualquer tempo, rever o credenciamento.

TÍTULO XIV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 313 – A eleição da Mesa da Assembleia para o segundo biênio da 14ª Legislatura dar-se-á em reunião especial, na última quinzena da segunda sessão legislativa ordinária.

Parágrafo único – A posse dos eleitos, observado o disposto no § 3º do art. 8º, dar-se-á em reunião especial, no início da terceira sessão legislativa ordinária.

• *(Artigo acrescentado pelo art. 2º da Resolução da ALMG nº 5.183, de 14/7/1998.)*

• *(Artigo com redação dada pelo art. 2º da Resolução da ALMG nº 5.197, de 30/11/2000.)*

Art. 314 – É vedada a cessão do Plenário para atividade não prevista neste regimento, exceto para a realização de convenções regionais de partidos políticos.

• *(Vide Deliberação da Mesa nº 2.641, de 15/2/2016.)*

Art. 315 – Os serviços administrativos da Assembleia Legislativa serão executados por sua secretaria e reger-se-ão por regulamento próprio, neste incluído o aprovei-

tamento do servidor inativo em cargos e funções de que tratam os arts. 21, 23 e 24 da Resolução nº 5.086, de 31 de agosto de 1990, mediante seleção pela Escola do Legislativo.

Art. 316 – Nos casos omissos, o Presidente da Assembleia aplicará o Regimento Interno da Câmara dos Deputados e, subsidiariamente, as praxes parlamentares.

Art. 317 – Nos quinze primeiros dias após a vigência desta resolução, observadas as alterações por ela introduzidas, proceder-se-á à composição das comissões e à eleição dos respectivos Presidentes e Vice-Presidentes.

Art. 318 – A tramitação das proposições recebidas em data anterior à do início da vigência desta resolução observará as normas vigentes na data de seu recebimento.

Art. 319 – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, exceto o art. 66; o § 4º do art. 67; os §§ 4º, 5º e 6º do art. 71; e os arts. 75, 286, 287 e 313, que vigorarão a partir de 1º de fevereiro de 1999.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 6 de novembro de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente – Elmo Braz, 1º-Secretário
– Ivo José, 2º-Secretário.

RESOLUÇÃO DA ALMG Nº 5.207, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2002

Estabelece procedimentos disciplinares relativos à ética e ao decoro parlamentar e dá outras providências.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou, e eu promulgo a seguinte resolução:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – No exercício do mandato, o Deputado atenderá às prescrições constitucionais e às contidas nesta resolução, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nela previstos.

Art. 2º – Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I – o abuso de prerrogativa constitucional ou legal;

II – a inobservância das vedações do art. 57 da Constituição do Estado, diretamente ou por intermédio de terceiros;

III – a percepção de vantagem indevida;

IV – a prática de irregularidade no desempenho do mandato ou de encargo dele decorrente, compreendidos:

a) o ato que atente contra a dignidade da investidura, do Poder Legislativo e das instituições democráticas;

b) a promoção de interesse contrário aos fins do poder público;

c) a ausência, em cada sessão legislativa ordinária, à quinta parte das reuniões ordinárias de caráter deliberativo da Assembleia ou da comissão permanente de que o Deputado seja membro, salvo nos casos de licença ou de missão autorizada;

d) a concessão de auxílio ou subvenção, em qualquer rubrica orçamentária, a entidade de que participe o Deputado ou parente seu, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau;

e) a ofensa física ou moral a Deputado, a servidor do Poder Legislativo ou a qualquer outro cidadão, nas dependências da Assembleia;

f) a prática de fraude que, por qualquer meio ou forma, comprometa o regular andamento dos trabalhos legislativos, com a finalidade de alterar o resultado de deliberação;

g) a omissão intencional de informação relevante ou a prestação intencional de informação falsa nas declarações de que trata o art. 8º desta resolução;

h) o uso do poder e das prerrogativas do cargo para constranger ou aliciar qualquer pessoa, com o fim de obter favorecimento;

i) a revelação do conteúdo de debate ou deliberação que a Assembleia ou comissão hajam resolvido manter secreto;

j) a revelação de informação ou documento oficial de caráter reservado de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

l) o uso de verba de gabinete em desacordo com os princípios fixados no *caput* do art. 13 da Constituição do Estado;

m) a fraude, por qualquer meio ou forma, do registro de presença a reunião de Plenário ou de comissão.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Art. 3º – Fica instituída a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, composta de sete membros titulares e igual número de suplentes, designados para mandato de dois anos, coincidente com o da Mesa da Assembleia, observado o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre partidos políticos ou blocos parlamentares não representados na comissão.

§ 1º – Não poderá ser membro da comissão o Deputado:

I – submetido a processo disciplinar em curso, por ato atentatório ao decoro parlamentar ou com este incompatível;

II – que tenha recebido, na legislatura, penalidade disciplinar de suspensão de prerrogativa regimental ou de suspensão temporária do exercício do mandato, da qual se tenha o registro nos anais ou arquivos da Casa.

§ 2º – Os Líderes partidários encaminharão à Mesa, nos meses de fevereiro e março, na 1ª e na 3ª sessões legislativas de cada legislatura, os nomes dos Deputados indicados para integrar a comissão, em número correspondente ao dobro das vagas que couberem ao seu partido.

§ 3º – As indicações a que se refere o parágrafo anterior serão acompanhadas da documentação atualizada de cada Deputado indicado, na forma do art. 8º desta resolução.

§ 4º – O recebimento de representação contra membro da comissão por infringência dos preceitos estabelecidos por esta resolução, com prova inequívoca da veracidade da acusação, constitui causa para seu imediato afastamento, determinado de ofício pelo Presidente da comissão, perdurando até a decisão final sobre o caso.

Art. 4º – Compete à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar:

I – zelar pela observância dos preceitos estabelecidos nesta resolução;

II – auxiliar o Presidente na manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembleia;

III – apresentar projeto de lei, projeto de resolução ou outra proposição atinente à matéria de sua competência, bem como promover a consolidação das normas contidas nesta resolução;

IV – instruir processo contra Deputado e elaborar projeto de resolução que importe sanção ética que deva ser submetida ao Plenário;

V – elaborar parecer sobre a conveniência de a Assembleia sustar processo instruído contra Deputado pelo Poder Judiciário, nos termos do art. 53 da Constituição da República, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 35, de 20 de dezembro de 2001;

VI – responder a consulta da Mesa, de comissão ou de Deputado sobre matéria de sua competência;

VII – observar o cumprimento da proibição de porte de arma, tendo poder para revistar e desarmar;

VIII – designar um de seus membros para participar, na Comissão de Constituição e Justiça, do exame das matérias a que se refere o § 1º do art. 53 do Regimento Interno da Assembleia;

IX – designar um de seus membros para participar, na Comissão de Constituição e Justiça, do exame da matéria de que trata o inciso III do § 1º do art. 59 do Regimento Interno da Assembleia.

Art. 5º – A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e à ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das comissões, incluídas as normas relativas à eleição de seu Presidente.

§ 1º – Os membros da comissão observarão, sob pena de imediato desligamento e substituição, a discricção e o sigilo inerentes à natureza de sua função.

§ 2º – Será automaticamente desligado da comissão o membro que deixar de comparecer, sem justificativa, a três reuniões ou, ainda que justificadamente, a mais de seis reuniões, na mesma sessão legislativa.

§ 3º – As deliberações da comissão serão tomadas por maioria absoluta.

§ 4º – A comissão terá poder de investigação próprio da autoridade judicial, além de outros previstos em lei e no Regimento Interno da Assembleia.

§ 5º – Aplicam-se ao Presidente da comissão as disposições contidas na Deliberação nº 1.389, de 6 de fevereiro de 1997, relativas ao Corregedor da Assembleia.

§ 6º – Os membros da comissão não serão remunerados pelo exercício da função.

§ 7º – A comissão contará com o assessoramento do corpo técnico da Assembleia.

CAPÍTULO III DA OUVIDORIA PARLAMENTAR

Art. 6º – Fica criada a Ouvidoria Parlamentar, composta por um Ouvidor-Geral e um Ouvidor Substituto, designados dentre os Deputados pelo Presidente da Assembleia para mandato de dois anos, coincidente com o da Mesa, vedada a recondução.

Art. 7º – Compete à Ouvidoria Parlamentar:

I – receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou as representações de pessoa física ou jurídica referentes a membro da Assembleia;

II – propor à Mesa medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos, bem como ao aperfeiçoamento da organização da Assembleia;

III – solicitar à Mesa que encaminhe ao Tribunal de Contas do Estado, à Polícia Federal, ao Ministério Público ou a outro órgão competente as denúncias recebidas que necessitem de esclarecimentos.

CAPÍTULO IV DOS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

Art. 8º – O Deputado apresentará à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, no prazo de quinze dias contados do recebimento da solicitação, os seguintes documentos, para fins de ampla investigação, divulgação e publicidade:

I – cópia das declarações de imposto de renda e de bens do Deputado, do cônjuge ou companheiro e dos filhos, bem como das pessoas jurídicas sob seu controle direto ou indireto, referentes aos últimos cinco anos;

II – cópia das certidões de registro imobiliário dos bens do Deputado, do cônjuge ou companheiro e dos filhos, bem como de pessoa jurídica sob seu controle direto ou indireto.

Parágrafo único – Caberá à comissão deliberar sobre a conveniência da publicação e da divulgação dos documentos referidos neste artigo.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 9º – O Deputado que praticar ato incompatível com a ética e o decoro parlamentar estará sujeito às seguintes penalidades:

I – censura verbal;

II – censura escrita, publicada no órgão oficial dos Poderes do Estado e transcrita nos anais da Casa;

• *(Vide art. 10 da Resolução da ALMG nº 5.349, de 19/12/2011.)*

III – suspensão de prerrogativas regimentais;

IV – impedimento temporário do exercício do mandato, não excedente a trinta dias;

V – perda do mandato.

Parágrafo único – Em qualquer das hipóteses, será assegurado ao acusado o direito de ampla defesa.

Art. 10 – A censura verbal será aplicada pelo Presidente da Assembleia ou de comissão, no exercício do poder de polícia, ao Deputado que perturbar a ordem da reunião ou praticar ato que infrinja as regras de boa conduta nas dependências da Assembleia.

Art. 11 – A censura escrita será aplicada pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar ao Deputado que incorrer em qualquer das vedações previstas no art. 2º desta resolução.

Art. 12 – A suspensão de prerrogativa regimental será aplicada pelo Plenário da Assembleia, por proposta da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, ao Deputado que:

I – praticar transgressão grave ou reiterada a preceito

constitucional ou regimental e que tenha sido punido, anteriormente, com a censura escrita;

II – incorrer em qualquer das vedações das alíneas “f”, “i”, “j” e “l” do inciso IV do art. 2º desta resolução.

Parágrafo único – São passíveis de suspensão as seguintes prerrogativas:

a) usar a palavra, em reunião de Plenário, no horário destinado ao Grande Expediente ou à 3ª Parte da reunião ordinária;

b) encaminhar discurso para publicação no *Diário do Legislativo*;

• (Vide art. 10 da Resolução da ALMG nº 5.349, de 19/12/2011.)

c) candidatar-se a cargo de membro da Mesa ou de Presidente ou Vice-Presidente de comissão ou nele permanecer;

d) ser designado relator de proposição em comissão ou no Plenário.

Art. 13 – O impedimento temporário do exercício do mandato será imposto ao Deputado que:

I – praticar transgressão grave ou reiterada a preceito constitucional ou regimental e que tenha sido punido, anteriormente, com a suspensão de prerrogativa regimental;

II – incidir em qualquer das vedações previstas nas alíneas “g”, “h” e “m” do inciso IV do art. 2º desta resolução;

III – faltar, sem motivo justificado, a 1/5 (um quinto) das reuniões ordinárias de caráter deliberativo, na mesma sessão legislativa ordinária ou extraordinária.

Art. 14 – Será punido com a perda do mandato o Deputado que:

I – praticar transgressão grave ou reiterada a preceito constitucional ou regimental e que tenha sido punido, anteriormente, com o impedimento temporário do exercício do mandato;

II – incorrer em qualquer das hipóteses previstas nos incisos III, IV, V e VI do art. 58 da Constituição do Estado;

III – incorrer em qualquer das hipóteses previstas no inciso II e na alínea “d” do inciso IV do art. 2º desta resolução.

CAPÍTULO VI DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 15 – As censuras verbal e escrita serão aplicadas, respectivamente, nos termos dos arts. 10 e 11 desta resolução, de ofício ou mediante provocação de Deputado, após ouvido o Deputado transgressor.

§ 1º – Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, poderá o Deputado punido recorrer à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar no prazo de setenta e duas horas contado da ocorrência da punição.

§ 2º – O prazo para julgamento do recurso de que trata o § 1º será de quinze dias contados de seu recebimento.

§ 3º – Caso o recurso seja julgado procedente, será feita retratação, a ser registrada em ata, na primeira reunião ordinária de Plenário ou de comissão subsequente à decisão.

Art. 16 – A penalidade de suspensão de prerrogativa regimental será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria simples, mediante provocação da Mesa ou da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, observado o seguinte:

• *(Vide art. 55 da Constituição do Estado de Minas Gerais.)*

I – qualquer cidadão é parte legítima para representar junto à Ouvidoria Parlamentar, especificando os fatos e as respectivas provas;

II – recebida a representação nos termos do inciso I, verificada a ocorrência dos fatos e as respectivas provas, o Ouvidor-Geral a encaminhará à comissão, cujo Presidente instaurará o processo e designará relator, nos termos do art. 20 desta resolução;

III – instaurado o processo, a comissão promoverá a apuração sumária dos fatos, assegurando ao representado

ampla defesa e providenciando as diligências necessárias, no prazo de trinta dias;

IV – ao final da apuração, a comissão emitirá parecer concluindo pela procedência ou improcedência da representação, e determinará seu arquivamento ou proporá a aplicação da penalidade de que trata este artigo, hipótese esta em que o parecer será encaminhado à Mesa e, uma vez lido no Expediente, será publicado e distribuído em avulsos para inclusão na ordem do dia.

• *(Vide art. 10 da Resolução da ALMG nº 5.349, de 19/12/2011.)*

§ 1º – A penalidade a que se refere o *caput* poderá incidir sobre todas as prerrogativas referidas no parágrafo único do art. 12 desta resolução ou apenas sobre algumas, a juízo da comissão, que deverá fixar seu alcance, considerando a atuação parlamentar pregressa do acusado, os motivos e as consequências da infração cometida.

§ 2º – Em qualquer dos casos, a suspensão não se estenderá por mais de seis meses.

Art. 17 – A penalidade de impedimento temporário do exercício do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria simples, mediante provocação da Mesa ou da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

• *(Vide art. 55 da Constituição do Estado de Minas Gerais.)*

Parágrafo único – Na hipótese de infração do inciso III do art. 13 desta resolução, a sanção será aplicada pela Mesa, de ofício ou por provocação de Deputado, observado o disposto no parágrafo único do art. 9º desta resolução.

Art. 18 – A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa.

• *(Vide art. 55 da Constituição do Estado de Minas Gerais.)*

Parágrafo único – Na hipótese de ocorrência do disposto nos incisos III, IV e V do art. 58 da Constituição do Estado, a sanção será aplicada pela Mesa, de ofício ou por provocação de Deputado, observado o disposto no parágrafo único do art. 9º desta resolução.

Art. 19 – A representação contra Deputado por ato sujeito à pena de impedimento temporário do exercício do mandato ou de perda do mandato será inicialmente encaminhada pela Mesa à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, salvo quando o processo tiver origem na própria comissão.

Art. 20 – Recebida a representação, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar adotará os seguintes procedimentos:

I – designará como relator um de seus membros efetivos e, no prazo de quarenta e cinco dias contados do

recebimento da representação, promoverá a apuração dos fatos e das responsabilidades;

II – encaminhará, no dia do recebimento, cópia da representação ao Deputado acusado, que terá o prazo de dez dias para apresentar defesa escrita e provas;

III – esgotado o prazo previsto no inciso II sem apresentação de defesa, o Presidente da comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la, concedendo-lhe igual prazo;

IV – apresentada a defesa, procederá às diligências necessárias e à instrução probatória, proferindo, em seguida, parecer que concluirá pela procedência ou pelo arquivamento da representação, em prazo não excedente ao previsto no inciso I deste artigo.

§ 1º – Será observada, na designação para a relatoria, a alternância entre os membros efetivos da comissão, em ordem decrescente de idade, iniciado o processo pelo mais idoso.

§ 2º – A relatoria não poderá recair sobre Deputado filiado ao mesmo partido político daquele a quem se refere a representação.

§ 3º – Ocorrendo o impedimento a que se refere o § 2º deste artigo, o Deputado impedido será substituído por aquele que o suceder imediatamente na ordem estabelecida no § 1º e assumirá o seu posicionamento na ordem de distribuição de matérias.

Art. 21 – Caso conclua pela procedência da representação, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar proporá projeto de resolução que declare o impedimento temporário do exercício do mandato ou encaminhará o processo à Comissão de Constituição e Justiça, se o ato for passível de pena de perda do mandato.

§ 1º – A Comissão de Constituição e Justiça examinará a legalidade e a constitucionalidade do processo e emitirá parecer no prazo de cinco reuniões ordinárias contadas do seu recebimento.

§ 2º – É facultada à Comissão de Constituição e Justiça a oitiva do acusado ou de seu advogado para esclarecimento ou informação adicional à defesa, observado o prazo fixado no § 1º deste artigo.

§ 3º – Concluída a tramitação nas Comissões de Ética e Decoro Parlamentar e de Constituição e Justiça, será o processo encaminhado à Mesa da Assembleia, para que exerça a atribuição conferida pelo § 2º do art. 58 da Constituição do Estado, no prazo de dez dias.

§ 4º – O projeto de resolução apresentado pela Mesa da Assembleia será recebido na primeira reunião ordinária que se seguir, publicado no *Diário do Legislativo* e distribuído em avulsos para inclusão em ordem do dia.

• (Vide art. 10 da Resolução da ALMG nº 5.349, de 19/12/2011.)

§ 5º – A renúncia de Deputado submetido a processo que tenha como penalidade a perda do mandato terá seus efeitos suspensos até que sejam concluídas as deliberações previstas nos §§ 2º e 3º do art. 58 da Constituição do Estado.

Art. 22 – É facultado ao Deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, o qual poderá atuar em todas as fases do processo.

Art. 23 – Qualquer Deputado, cidadão ou partido político com assento na Assembleia poderá encaminhar à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar representação contra Deputado pela prática dos atos de que trata o art. 2º desta resolução.

§ 1º – Não será recebida representação não fundamentada.

§ 2º – Somente será recebida denúncia anônima se acompanhada de documento comprobatório ou evidências que justifiquem a instauração de procedimento investigatório, observado o § 3º do art. 5º desta resolução.

§ 3º – Recebida a representação, a comissão promoverá a apuração dos fatos, nos termos do art. 20 desta resolução.

§ 4º – Poderá a comissão, independentemente de representação, promover a apuração referida no § 3º deste artigo.

Art. 24 – O Deputado acusado por outro da prática de ato que ofenda a sua honra poderá requerer ao Presidente da Assembleia ou ao da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar a determinação de providências para apurar a veracidade da arguição e, provada a improcedência da acusação, a imposição do ônus da retratação ao Deputado ofensor, em reunião ordinária.

§ 1º – A apuração de que trata o *caput* deste artigo será feita no prazo de trinta dias contados do recebimento do requerimento do ofendido.

§ 2º – Compete à comissão proceder à apuração, assegurada a oitiva do ofensor e do ofendido, observado o disposto no parágrafo único do art. 9º desta resolução.

§ 3º – Independentemente da retratação, será publicada, no órgão oficial dos Poderes do Estado e no periódico de maior circulação no Estado, declaração do Presidente da Assembleia ou da comissão, contendo os nomes do ofensor e do ofendido e o resultado da investigação efetuada, quinze dias após a sua conclusão.

Art. 25 – Se, no decorrer do processo, for comprovado que o denunciante agiu com má-fé, dolo ou culpa, apresentando fatos ou afirmações que sabia serem inverídicos ou destituídos de fundamento, ou se manifestou de forma ofensiva à democracia, aos Poderes constituídos ou a seus membros, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar re-

meterá os autos à Procuradoria da Assembleia, para que sejam tomadas as medidas judiciais cabíveis.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 – No início de cada legislatura, sob a coordenação da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, realizar-se-á curso de preparação à atividade parlamentar, que terá caráter obrigatório para os Deputados em primeiro mandato e facultativo para os demais.

Parágrafo único – O conteúdo programático do curso a que se refere o *caput* será definido pela comissão, devendo, necessariamente, fornecer aos participantes conhecimentos básicos sobre:

- I – as Constituições da República e do Estado;
- II – controle de constitucionalidade;
- III – técnica legislativa;
- IV – processo legislativo;
- V – ética e decoro parlamentar;
- VI – o Regimento Interno da Assembleia.

Art. 27 – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28 – Revogam-se as disposições em contrário, em especial os arts. 91 e 92 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, alterada pelas Resoluções nos 5.183, de 14 de julho de 1998, e 5.197, de 30 de novembro de 2000.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 10 de dezembro de 2002.

ANTÔNIO JÚLIO – PRESIDENTE DA ALMG.

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 1

*(Revogada pela Decisão Normativa da Presidência
nº 20, de 1º/12/2015, a partir de 1º/2/2016.)*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 2

*(Revogada pela Decisão Normativa da Presidência
nº 20, de 1º/12/2015, a partir de 1º/2/2016.)*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 3

*(Revogada pela Decisão Normativa da Presidência
nº 21, de 1º/12/2015, a partir de 1º/2/2016.)*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 4

*(Revogada pela Decisão Normativa da Presidência
nº 11, de 12/3/2003.)*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 5

Inteligência do § 2º do art. 157 do
Regimento Interno.

Em razão dos diversos questionamentos suscitados em Plenário acerca das inscrições de oradores para o Grande Expediente, e tendo em vista a necessidade de se conferir melhor aplicabilidade ao § 2º do art. 157 do Regimento Interno, que dispõe:

“Art. 157 – (...)

§ 2º – Entre os inscritos para o Grande Expediente e a 3ª Parte, terá preferência para fazer uso da palavra o Deputado que o fez há mais tempo na sessão legislativa, observada a ordem de inscrição”.

A Presidência decide que as inscrições efetuadas até o início da reunião terão preferência sobre aquelas realizadas no seu transcurso, aplicando-se o dispositivo citado em ambos os casos.

Mesa da Assembleia, 24 de agosto de 1999.

José Braga, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

- *Proferida em 24/8/1999 – 62ª Reunião Ordinária.*
- *Publicada no Minas Gerais, na seção Diário do Legislativo, em 26/8/1999.*
- *Referência – inscrição de oradores para o Grande Expediente.*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 6

Inteligência do § 1º do art. 208 do Regimento Interno.

Os Deputados Sebastião Navarro Vieira e Hely Tarquínio, na 68ª Reunião Ordinária, realizada no dia 14/9/1999, formularam questão de ordem solicitando que esta Presidência, em cumprimento ao disposto nos arts. 64, § 2º, da Constituição Federal, 69, § 1º, da Constituição Estadual, e 208, § 1º, do Regimento Interno, impeça que qualquer assunto seja objeto de deliberação desta Casa até a apreciação final do Projeto de Lei nº 399/1999, que, por se encontrar na faixa constitucional, provoca o sobrestamento das demais matérias.

A Presidência da Assembleia Legislativa tem entendido que, ao estabelecer o sobrestamento na Constituição Federal e, por conseguinte, na Constituição Estadual e em nosso Regimento Interno, o legislador busca assegurar ao representante maior do Poder Executivo que as proposições por ele encaminhadas ao Legislativo não tenham sua apreciação postergada indefinidamente. Dessa forma, o decurso do prazo estabelecido nos citados dispositivos impede que se delibere sobre outras matérias, até que se aprecie a proposição que se encontre em tal situação.

Por outro lado, não se pode tolher ou impedir o funcionamento da Casa Legislativa ao se estender o sobrestamento a todas as matérias, uma vez que este entendimento viria

de encontro ao princípio fundamental da independência e harmonia entre os Poderes, consagrado no art. 2º da Constituição Federal. Assegurando ao Executivo a apreciação de suas proposições em período razoável, tal prerrogativa não pode prevalecer em detrimento do regular funcionamento do Poder Legislativo. A Presidência entende que a referência “demais assuntos” não deve ser interpretada de forma literal, sob pena de engessar-se todo o processo legislativo.

A interpretação dada pelas Mesas que se sucederam, desde a introdução do instituto do sobrestamento pelas Constituições Federal e Estadual, tem sido pela restrição de sua incidência às matérias que se encontrem na mesma fase da Ordem do Dia e cuja apreciação, esta, sim, poderia procrastinar a deliberação sobre o projeto que se encontre com o prazo esgotado.

Assim, a Presidência decide manter a praxe adotada até o momento, restringindo a aplicação do sobrestamento à apreciação das matérias que se encontrem na mesma fase da Ordem do Dia na qual conste a proposição na faixa constitucional.

Mesa da Assembleia, 22 de setembro de 1999.

Anderson Adauto, Presidente.

- *Proferida em 22/9/1999 – 72ª Reunião Ordinária.*
- *Publicada no Minas Gerais, na seção Diário do Legislativo, em 24/9/1999.*
- *Referência – projeto do Governador na faixa constitucional – sobrestamento.*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA N° 7

A Constituição Estadual, ao dispor sobre o processo legislativo, estabelece a competência, a forma e as condições para a produção dos atos legislativos estaduais, levando em consideração a hierarquia das normas que enumera e a matéria objeto de apreciação.

Assim, as emendas à Constituição, as leis complementares, as leis ordinárias, as leis delegadas, as resoluções e o veto a proposição de lei receberam tratamento constitucional distinto, especialmente, quanto ao quórum para sua aprovação.

No mesmo sentido e obedecendo aos ditames constitucionais, o Regimento Interno enumerou as proposições do processo legislativo estadual e estabeleceu condições diversas para sua apreciação, exigindo quórum diferenciado para deliberação.

Dispõem a Constituição Estadual e o Regimento Interno que “o projeto de lei complementar será aprovado se obtiver voto favorável da maioria dos membros da Assembleia Legislativa”, ou seja, de 39 Deputados. As propostas de emenda à Constituição também necessitam de quórum especial para sua aprovação, conforme disposto na norma constitucional que estabelece que “a proposta será discutida e votada em dois turnos e considerada aprovada se obtiver, em ambos, 3/5 dos votos dos membros da Assembleia Legislativa”, o que corresponde a 48 votos “sim”. Da mesma

maneira é tratado o veto a proposição de lei, que necessita de 39 votos “não” para sua rejeição.

O art. 126 do Regimento Interno estabelece que “terá computada a presença, para todos os efeitos regimentais, como se no Plenário estivesse, o Deputado presente a reunião de comissão realizada no Palácio da Inconfidência concomitantemente com reunião da Assembleia Legislativa”. O legislador buscou garantir o bom andamento dos trabalhos do Plenário, provendo-o com as presenças em comissão para as deliberações. A aplicação do dispositivo, porém, deve ocorrer dentro dos limites impostos pelo Texto Constitucional vigente, pois que a interpretação da norma regimental nunca poderá ser feita de modo a possibilitar a votação de proposições legislativas sem o número necessário para sua aprovação ou rejeição. Ao submeter a votação uma proposição que necessita de quórum especial, contando com as presenças em comissão sem que as presenças em Plenário sejam suficientes para garantir sua aprovação ou rejeição, a Presidência estabelecerá, de antemão, o resultado da votação e impedirá a deliberação em sentido oposto. Essa decisão comprometeria a atuação do Poder Legislativo.

Conforme exposto, a Presidência, no exercício da atribuição que lhe impõe o inciso XV do art. 82 e tendo em vista a necessidade de se conferir melhor aplicabilidade ao art. 126 do Regimento Interno, decide que as matérias que necessitam de quórum especial só serão submetidas a

votação se a presença dos Deputados em Plenário garantir a possibilidade de sua aprovação ou rejeição.

Mesa da Assembleia, 27 de junho de 2000.

Anderson Aauto, Presidente.

- *Proferida em 27/6/2000 – 154ª Reunião Ordinária.*
- *Publicada no Minas Gerais, na seção Diário do Legislativo, em 29/6/2000.*
- *Referência – aplicação do art. 126 do Regimento Interno na votação de matérias que exigem quórum especial.*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 8

*(Revogada pela Decisão Normativa da Presidência
nº 20, de 1º/12/2015, a partir de 1º/2/2016.)*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 9

*(Revogada pela Decisão Normativa da Presidência
nº 22, de 1º/12/2015, a partir de 1º/2/2016.)*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 10

*(Revogada pela Decisão Normativa da Presidência
nº 20, de 1º/12/2015, a partir de 1º/2/2016.)*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 11

*(Revogada pela Decisão Normativa da Presidência
nº 20, de 1º/12/2015, a partir de 1º/2/2016.)*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 12

*(Revogada pela Decisão Normativa da Presidência
nº 23, de 1º/12/2015, a partir de 1º/2/2016.)*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 13

*(Revogada pela Decisão Normativa da Presidência
nº 17, de 28/9/2011.)*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA N° 14

Inteligência do § 1º do art. 239 do Regimento Interno.

A Presidência, no uso de suas atribuições, em especial a prevista no inciso XV do art. 82 do Regimento Interno, considerando que a regra contida no § 1º do art. 239 do Diploma Regimental não prevê que um candidato ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado possa atingir a maioria absoluta de votos já no primeiro escrutínio;

e considerando ainda que o Plenário, ao deliberar por maioria de votos dos seus membros, está afastando, por um princípio lógico e razoável, a possibilidade da realização de um segundo escrutínio, decide:

será considerado eleito o candidato ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado que atingir, no primeiro escrutínio, a maioria absoluta de votos, ou seja, 39 votos.

Mesa da Assembleia, 9 de março de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

- *Proferida em 9/3/2005 – 3ª Reunião Extraordinária.*
- *Publicada no Minas Gerais, na Seção Diário do Legislativo, em 10/3/2005.*
- *Referência – eleição de Conselheiro do TCE que atingir maioria absoluta de votos no primeiro escrutínio.*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 15

*(Revogada pela Decisão Normativa da Presidência
nº 20, de 1º/12/2015, a partir de 1º/2/2016.)*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 16

*(Revogada pela Decisão Normativa da Presidência
nº 20, de 1º/12/2015, a partir de 1º/2/2016.)*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 17

*(Revogada pela Decisão Normativa da Presidência
nº 18, de 25/10/2011.)*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA N° 18

Estabelece normas para a tramitação de projeto de resolução que trate de apreciação de regime especial de tributação instituído pelo Governador do Estado e de ratificação de convênio estabelecido no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz.

A Presidência, no uso de suas atribuições, em especial a prevista no inciso XV do art. 82 do Regimento Interno, decide:

1) A mensagem do Governador do Estado que comunicar o ato de instituição de regime especial de tributação será recebida, publicada e encaminhada à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que terá o prazo de vinte dias para emitir parecer.

1.1) O parecer concluirá por projeto de resolução, que ratificará ou rejeitará, no todo ou em parte, o ato do Governador do Estado;

1.2) Recebido em Plenário, o projeto de resolução será publicado e encaminhado à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para deliberação, nos termos do art. 103 do Regimento Interno;

1.3) Esgotado o prazo de vinte dias sem a emissão

de parecer sobre a mensagem do Governador do Estado, o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária a incluirá na ordem do dia da primeira reunião subsequente e dela designará o relator, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, o qual emitirá seu parecer.

2) A mensagem do Governador do Estado que solicitar ratificação de convênio estabelecido no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – será recebida, publicada e encaminhada à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que terá o prazo de vinte dias para emitir parecer.

2.1) O parecer concluirá por projeto de resolução, que ratificará ou rejeitará, no todo ou em parte, o convênio;

2.2) Recebido em Plenário, o projeto de resolução será publicado, incluído na ordem do dia da primeira reunião subsequente e apreciado sem parecer;

2.3) Esgotado o prazo de vinte dias sem a emissão de parecer sobre a mensagem do Governador do Estado, o Presidente da Assembleia a incluirá na ordem do dia da primeira reunião subsequente e dela designará o relator, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, o qual emitirá seu parecer.

3) A rejeição, no todo ou em parte, do projeto de que trata esta decisão implicará deliberação contrária ao seu teor.

4) Aplicam-se à tramitação da mensagem e do projeto de que trata esta decisão, no que couber, as disposições relativas à discussão e à votação do projeto de lei ordinária.

5) Fica revogada a Decisão Normativa da Presidência nº 17, publicada em 30 de setembro de 2011.

Mesa da Assembleia, 25 de outubro de 2011.

José Henrique, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

- *Proferida na Reunião Ordinária de 25/10/2011.*
- *Publicada no Minas Gerais, na seção Diário do Legislativo, de 27/10/2011.*
- *Referência – tramitação de proposições sobre regime especial de tributação e convênios do Confaz.*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 19

*(Revogada pela Decisão Normativa da Presidência
nº 20, de 1º/12/2015, a partir de 1º/2/2016.)*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA N° 20

A Presidência, no uso de suas atribuições e tendo em vista as alterações do Regimento Interno promovidas pela Resolução nº 5.511, de 1º de dezembro de 2015, decide que ficam revogadas, a partir de 1º de fevereiro de 2016, as Decisões Normativas da Presidência nºs 1, de 11 de novembro de 1997; 2, de 5 de março de 1998; 8, de 8 de novembro de 2000; 10, de 25 de fevereiro de 2003; 11, de 12 de março de 2003; 15, de 15 de setembro de 2005; 16, de 1º de fevereiro de 2007; e 19, de 11 de fevereiro de 2015.

Mesa da Assembleia, 1º de dezembro de 2015.

Deputado Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência

- *Proferida em 1º/12/2015 – 99ª Reunião Ordinária.*
- *Publicada no Diário do Legislativo, em 3/12/2015.*
- *Referência – revogação das Decisões Normativas da Presidência nºs 1, 2, 8, 10, 11, 15, 16 e 19.*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 21

A Presidência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 277 do Regimento Interno, decide que o requerimento para modificação da ordem do dia que implique alteração da preferência estabelecida no referido dispositivo somente será admitido se acompanhado de Acordo de Líderes subscrito pela totalidade dos membros do Colégio de Líderes, nos termos do § 4º do art. 73 do Regimento Interno.

Esta decisão normativa da Presidência entra em vigor em 1º de fevereiro de 2016, ficando revogada, a partir dessa data, a Decisão Normativa da Presidência nº 3, de 20 de maio de 1998.

Mesa da Assembleia, 1º de dezembro de 2015.

Deputado Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência

- *Proferida em 1º/12/2015 – 99ª Reunião Ordinária.*
- *Publicada no Diário do Legislativo, em 3/12/2015.*
- *Referência – regras para modificação da ordem do dia que implique alteração da preferência estabelecida.*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 22

Inteligência do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno.

A Presidência, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XV do art. 82 do Regimento Interno, decide que, na hipótese da aprovação conclusiva de requerimentos nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, o prazo do recurso previsto no art. 104 do Diploma Regimental será contado da publicação, no *Diário do Legislativo*, da comunicação, lida em Plenário, da aprovação do requerimento pela comissão.

Esta decisão normativa da Presidência entra em vigor em 1º de fevereiro de 2016, ficando revogada, a partir dessa data, a Decisão Normativa da Presidência nº 9, de 24 de abril de 2001.

Mesa da Assembleia, 1º de dezembro de 2015.

Deputado Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência

- *Proferida em 1º/12/2015 – 99ª Reunião Ordinária.*
- *Publicada no Diário do Legislativo, em 3/12/2015.*
- *Referência – contagem de prazo para recurso, na hipótese de aprovação conclusiva de requerimento de comissão permanente.*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 23

Inteligência do § 2º do art. 173 do Regimento Interno na apreciação de proposições anexadas.

A Presidência, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XV do art. 82 do Regimento Interno, e considerando

que a proposição, ao ser anexada a outra, deixa de ser apreciada pela Assembleia Legislativa;

que as proposições anexadas podem ser mais abrangentes que a proposição principal ou abordar o assunto de maneira distinta;

que uma proposição à qual estejam anexadas outras proposições pode ser retirada de tramitação a requerimento do autor e que não há norma regimental que discipline a tramitação, após a retirada da principal, das proposições a ela anexadas; e

que o inciso II do art. 284 do Regimento Interno estabelece que a proposição principal, ao ser considerada inconstitucional, acarreta a prejudicialidade das proposições a ela anexadas por semelhança, o que, muitas vezes, resulta em prejuízo para o processo legislativo;

decide que:

1) quando a proposição principal for retirada de tramitação pelo autor, as proposições a ela anexadas continuarão

a tramitar do ponto em que se encontravam no momento da anexação, salvo nos casos em que houver semelhança entre elas, hipótese em que serão anexadas, prevalecendo a mais antiga, observadas as exceções previstas no § 2º do art. 173 do Regimento Interno;

2) quando a proposição principal for considerada inconstitucional, será adotado o procedimento previsto no item 1 para as proposições a ela anexadas, desde que estas não tenham vício de inconstitucionalidade.

Esta decisão normativa da Presidência entra em vigor em 1º de fevereiro de 2016, ficando revogada, a partir dessa data, a Decisão Normativa da Presidência nº 12, de 4 de junho de 2003.

Mesa da Assembleia, 1º de dezembro de 2015.

Deputado Hely Tarquínio, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência

- *Proferida em 1º/12/2015 – 99ª Reunião Ordinária.*
- *Publicada no Diário do Legislativo, em 3/12/2015.*
- *Referência – tramitação de proposições anexadas, caso a principal seja retirada de tramitação ou considerada inconstitucional.*

DECISÃO NORMATIVA DA PRESIDÊNCIA Nº 24

Inteligência do art. 297 do
Regimento Interno.

A Presidência, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XV do art. 82 do Regimento Interno, e considerando que, dos eventos institucionais previstos no art. 296 do Regimento Interno podem resultar propostas e sugestões de desdobramentos, as quais podem abranger matéria de competência de mais de uma comissão, decide que:

1. as propostas e sugestões de desdobramentos serão apresentadas à Mesa da Assembleia pelo comitê de representação do evento em forma de relatório, denominado Relatório de Evento Institucional;

2. o relatório será distribuído a apenas uma comissão permanente, considerando-se os temas predominantes nas propostas e sugestões e as competências estabelecidas no art. 102 do Regimento Interno;

3. o presidente da comissão designará relator para emitir parecer sobre o relatório, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 135 do Regimento Interno; e

4. o parecer da comissão poderá concluir pela apresentação de proposição resultante das propostas e sugestões, a qual será submetida aos trâmites regimentais.

Mesa da Assembleia, 8 de março de 2016.

Deputado Hely Tarquínio, 1º vice-presidente, no
exercício da presidência

- *Proferida em 8/3/2016 – 10ª Reunião Ordinária.*
- *Publicada no Diário do Legislativo, em 9/3/2016.*
- *Referência – Conteúdo e tramitação do Relatório de Evento Institucional.*



ÍNDICE POR ASSUNTO

ÍNDICE POR ASSUNTO

A

AÇÃO JUDICIAL CONTRA DEPUTADO

- (*ver* SUSTAÇÃO DO ANDAMENTO DE AÇÃO JUDICIAL CONTRA DEPUTADO)

ACONTECIMENTO RELEVANTE

- comunicação; prazo (art. 26, § 1º)

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

- aplicação de disponibilidade financeira (art. 79, XV)
- aprovação de proposta de orçamento anual (art. 79, XII)
- criação de entidade (art. 79, VII, “f”)

ADVERTÊNCIA A DEPUTADOS

- infração ao regimento no curso dos debates (art. 152, I)

AFASTAMENTO

- de Deputado; investidura em cargo público; comunicação à Mesa; remuneração; implicações (art. 55)

ANAIS

- inserção de documento e pronunciamento não oficial; requerimento; deliberação do Plenário; parecer (arts. 79, VIII, “b”, 233, XIII, e 234)
- inserção de documento e pronunciamento oficial; requerimento; despacho do Presidente (art. 232, XIX)

APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO

- cessação; infração do regimento (art. 151, parágrafo único)

APARTE

- cômputo no tempo do orador (art. 163)
- definição (art. 162)
- prazo; Grande Expediente (art. 162, § 1º)
- vedação; casos (art. 162, § 2º)

APLICAÇÃO FINANCEIRA

- autorização pela Mesa da Assembleia (art. 79, XV)

APRECIÇÃO

- sustação do andamento de ação judicial contra Deputado (art. 58, § 6º)

APRECIÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES

- comissões permanentes (art. 103)
- devolução de proposição ao Plenário; recurso (art. 104)
- Presidente da Assembleia; anúncio de projeto apreciado conclusivamente (art. 82, XI)
- tramitação de proposição (art. 105)

ARMAS

- proibição (art. 90)

ARQUIVAMENTO DE PROPOSIÇÃO

- (*ver também* DESARQUIVAMENTO DE PROPOSIÇÃO)
- casos; término da legislatura; exceção (art. 180, *caput* e §§ 1º e 2º)
- determinação pelo Presidente da Assembleia (art. 82, XIII)
- não arquivamento; casos (art. 180, § 1º)
- parecer contrário das comissões de mérito (art. 191)

- prejudicada; quando semelhante a outra considerada inconstitucional (art. 284, II)
- retirada pelo autor (art. 180, V)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

- (*ver também* POLICIAMENTO, PORTE DE ARMA)
- abertura de sindicância ou de inquérito; caso (art. 95)
- assessoramento no Plenário à Liderança da Maioria e da Minoria (art. 94, § 4º)
- composição; mandato (art. 1º)
- eleição da Mesa (arts. 8º, § 2º, e 9º)
- ingresso nas dependências; assistência às reuniões; permissão; vedação; formalidades (arts. 93 e 94)
- instalação da Legislatura (arts. 3º e 12)
- instalação e encerramento de sessão legislativa (art. 14, VI)
- não deliberação antes da posse dos membros da Mesa (art. 8º, § 4º)
- policiamento (art. 89)
- posse do Governador (art. 14, VI)
- posse dos Deputados (art. 6º)
- Presidência, impedimento (art. 46, § 1º)
- quórum de deliberação (art. 252)
- representação da Assembleia (art. 115)
- sede; permanente e temporária (art. 2º)
- sessões legislativas (art. 13)
- vaga; ocorrência (art. 50)

ASSESSORIA

- a comissões (art. 149)

- às Lideranças da Maioria e da Minoria (art. 94, § 2º)
- em comissão; a Deputado (art. 127)
- em Plenário
 - a Liderança da Maioria e da Minoria (art. 94, § 2º)
 - permanência de assessoria parlamentar, de blocos e bancadas, da Liderança do Governo e de jornalistas credenciados (art. 94, § 1º)
- em reunião da Mesa; vedação (art. 127, parágrafo único)

ASSINATURA

- correspondência oficial; Presidente da Assembleia (art. 82, XXXII)
- indicação de candidato a Conselheiro do Tribunal de Contas; desconsideração de subscrição; recomposição (art. 235, II, §§ 2º e 3º)
- lista de presença dos Deputados; autenticação pelo Presidente da Assembleia (art. 82, VI)
- projeto de iniciativa popular; responsabilidade pela idoneidade (art. 288)
- proposição de lei; Presidente da Assembleia (art. 82, XXVIII)

ASSUNTO DE INTERESSE GERAL

- inscrição prévia (art. 26, *caput*)
- prazo para falar (art. 26, § 1º)

ASSUNTO URGENTE

- transferência da palavra ao liderado (art. 70, § 1º)
- uso da palavra pelo Líder (art. 70)

ATA

- de reunião de comissão
 - conteúdo; lavratura; publicação (art. 132, *caput* e § 3º)
 - leitura; dispensa; exceção (art. 132, *caput*, §§ 1º e 2º)
 - proposição de deliberação conclusiva das comissões; registro (art. 132, § 3º)
- de reunião de Plenário
 - da última reunião da sessão legislativa ordinária ou extraordinária; procedimentos (art. 43)
 - declaração de voto; inserção (arts. 232, VI, e 254)
 - documento não oficial; menção na ata destinada a publicação (art. 41, § 2º)
 - documento oficial; resumo na ata sucinta; transcrição na destinada a publicação (art. 41, § 1º)
 - discussão; inadmissibilidade de aparte (art. 162, § 2º, II)
 - exclusão de questões de ordem sem indicações do preceito regimental (art. 166, § 1º)
 - falta de quórum para realização de reunião ou para votação; registro da ocorrência e dos Deputados presentes (arts. 44 e 249, § 6º)
 - inserção de documento; permissão da Mesa (art. 41, § 3º)
 - lavratura (art. 41)
 - leitura; prazo máximo; aprovação; retificação (arts. 22, I, “a”, “1”, e 24)
 - minuciosa; publicação (art. 41, I)
 - publicação de pronunciamento (art. 155, *caput*)
 - razões do voto; inserção em ata destinada a publicação (art. 41, § 4º)

- retificação; direito à palavra (arts. 24 e 156, VII)
- reunião secreta; procedimentos (art. 42)
- sucinta; leitura; aprovação; assinatura (art. 41, II)
- vedação de publicação de pronunciamento (art. 155, § 1º)
- reunião de indicação de Líder de Bancada (art. 67, § 2º)
- reunião pública; minuciosa; publicação (art. 41, I)
- reunião secreta; procedimento (art. 42)

AUDIÊNCIA DE COMISSÃO

- a requerimento de Deputado ou comissão; vedação (arts. 183, *caput* e parágrafo único, e 233, XV)
- emenda de 2º turno; requerimento do Colégio de Líderes (arts. 189, § 4º, e 232, XXIX)
- matéria em 2º turno; audiência da Comissão de Constituição e Justiça; requerimento (arts. 185, §2º, e 233, XXII)
- requerimento; não recebimento pelo Presidente da Assembleia; casos (art. 82, XXIII)

AUDIÊNCIA DE CONVIDADOS

- debates (art. 125-A, parágrafo único)
- disponibilidade orçamentária (art. 100, § 2º)
- nas comissões (arts. 100, V, e 125-A)
- ordem dos trabalhos (arts. 131, § 3º, e 159)
- requerimento; debates (art. 125-A)

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE COMISSÃO

- com cidadãos, órgãos e entidades públicas ou civis; instrução de matéria legislativa em trâmite; acompanhamento de políticas públicas e do planejamento do Estado; assunto de interesse público relevante; formalidades (art. 291)

- designação de membro para elaborar estudos (art. 291, § 1º)
- discussão da proposta de ação legislativa (art. 289, § 1º)
- disponibilidade orçamentária (art. 100, § 2º)
- fora da sede (arts. 100, § 2º, e 124, §§ 3º e 4º)
- ordem dos trabalhos (arts. 131, § 3º e 159)
- relatório anual; designação de relator; prazo; publicação (art. 291, § 2º)
- requerimento; debates (art. 125-A)
- requerimento de solicitação da realização (art. 125-A)

AUMENTO DE DESPESA

- inadmissibilidade; casos (art. 187)

AUTORIA

- emenda (art. 226)
- impedimento do Deputado; matéria de sua iniciativa (art. 46, §§ 1º e 2º)
- manutenção da autoria original; proposição desarquivada de iniciativa de ex-Deputado (art. 180-A)

AUTORIDADES – COMPARECIMENTO À ASSEMBLEIA

- (*ver* COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES)

AUTOS SUPLEMENTARES

- formação (art. 179)
- utilização; retenção de proposição por membro de comissão (art. 142)

AVULSOS – DISTRIBUIÇÃO

- (*ver também* CÓPIAS – DISTRIBUIÇÃO E ENCAMINHAMENTO)

- adiamento de discussão e votação; prazos (art. 136, § 2º)
- deferimento do pedido; competência (art. 120, XXX)
- em comissão; vedação de concessão de vista (art. 136, *caput* e § 1º)
- em reunião conjunta; oportunidade (art. 136, § 4º)
- pedido de vista; concessão; vedação; adiamento da discussão e votação; prazos (art. 136, *caput* e §§ 1º e 2º)
- solicitação de distribuição de avulsos, oportunidade (art. 136, § 3º)

B

BANCADA

- (*ver também* LÍDER, VICE-LÍDER)
- assessoria em Plenário (art. 94, § 1º)
- constituição (art. 66)
- definição (art. 66)
- exercício de função destinada à bancada; perda do direito; desvinculação de partido (art. 48)
- Lideranças; alteração; comunicação à Mesa; vedação aos membros da Mesa (arts. 69, IV, e 78)
- permanência de assessores parlamentares nas dependências contíguas ao Plenário (art. 94, § 1º)
- requerimento de destaque para votação (art. 282, § 1º)
- Vice-Líder
 - do Governo (art. 68, parágrafo único)
 - proporção (art. 67, § 4º)
 - vigência dos arts. 66 e 67, § 4º (art. 319)

BLOCO PARLAMENTAR

- alteração nas Lideranças; comunicação à Mesa (art. 69, IV)
- assessoria em Plenário (art. 94, § 1º)
- citado em pronunciamentos; uso da palavra (art. 164)
- composição numérica (art. 71, § 5º)
- constituição; vedação; comunicação à Mesa (art. 71)
- desvinculação ou dissolução de bloco; impedimento de participação posterior em outro bloco na mesma sessão legislativa (art. 71, § 9º)
- dissolução do bloco ou modificação de composição numérica; redistribuição de lugares nas comissões (art. 71, § 8º)
- existência; período (art. 71, § 7º)
- extinção; caso (art. 71, § 6º)
- Líder; escolha; comunicação à Mesa; prazo; vedação aos membros da Mesa (arts. 71, § 3º, e 78)
- Lideranças de Bancadas; suspensão de atribuições e prerrogativas (art. 71, § 4º)
- requerimento de destaque para votação (art. 282, § 1º)
- tratamento regimental (art. 71, § 2º)
- vigência dos §§ 4º, 5º e 6º do art. 71 (art. 319)

C

CARGOS DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

- aproveitamento do servidor inativo em cargos e funções (art. 315)
- criação; transformação ou extinção; competência privativa da Mesa (art. 79, VII, “e”)

CASOS OMISSOS

- aplicação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e das praxes parlamentares (art. 316)

CAUSA PRÓPRIA

- (*ver* INTERESSE PESSOAL)

CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

- autorização, competência privativa da Mesa da Assembleia (art. 79, IV)

CENSURA

- (*ver* PENALIDADES)

CHAMADA DE DEPUTADOS

- competência para fazer (art. 86, II)
- utilização; casos
 - prestação de compromisso de posse (art. 6º, II)
 - recomposição de quórum (art. 249, § 6º)
 - verificação de quórum (art. 257)
 - votação nominal na hipótese de falha no painel eletrônico (art. 263, I)

CICLO DE DEBATES

- realização (art. 296, III)

COLÉGIO DE LÍDERES

- acordo de Líderes; subscrição pela totalidade; vedação (art. 73, §§ 4º e 5º)
- constituição (art. 73, *caput*)
- deliberação sobre tramitação em regime de urgência além do limite; quórum (art. 272, § 2º)

- líder do governo; direito a voz (art. 73, § 1º)
- quórum de deliberação; maioria de seus membros; exceções (arts. 73, §§ 3º e 4º, e 272, § 2º)
- voto e voz; direito (art. 73, §§ 1º e 2º)

COLÉGIO DE PRESIDENTES

- competência (art. 121-B)
- conflito de competência e questão de ordem; comissões (art. 167, §5º)
- constituição (art. 121-A)
- deliberação; quórum (art. 121-A, § 3º)
- presidência (art. 121-A, § 1º)
- presidentes de comissões temporárias; direito a voz (art. 121-A, § 2º)
- questão de ordem; conflito de competência entre as comissões; audiência pelo Presidente da Assembleia (art. 167, § 5º)

COMEMORAÇÃO E HOMENAGEM

- oportunidade; reunião especial (art. 14, V)

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- competência (art. 102, I)

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

- competência (art. 102, IX)

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

- competência (art. 102, II)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- audiência em primeiro lugar (art. 184, § 1º)

- competência (art. 102, III)
- desmembramento de proposição que verse sobre mais de uma matéria (art. 173, § 6º)
- exame preliminar de proposta de emenda à Constituição (arts. 182 e 201,I)
- parecer
 - pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade de proposição; publicação (art. 185, *caput* e §§ 2º e 3º)
 - proposta de emenda à Constituição da República (art. 195-C)
 - requerimento para que seja apreciado pelo Plenário; prazo (art. 185, *caput* e §§ 3º e 4º)
 - sobre modificação no texto original ou emenda de 2º turno (art. 185, §§ 2º e 3º)
 - sobre sustação do andamento de ação judicial contra Deputado; procedimentos; recursos (art. 58, §§ 1º e 2º)
- participação do Corregedor (art. 92, III e IV)
- pedido de sustação do andamento de ação judicial contra Deputado; parecer (art. 58, §§1º a 3º)
- prestação e tomada de contas; aprovação parcial; indicação de providências (art. 219)
- representação visando à perda de mandato de Deputado; procedimentos (art. 53, § 1º)
- suspensão do andamento de ação judicial contra Deputado; parecer (art. 58, §§ 1º a 3º)
- suspensão das imunidades constitucionais; parecer (art. 56, parágrafo único)

COMISSÃO DE CULTURA

- competência (art. 102, XVII)

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

- competência (art. 102, IV)

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

- competência (art. 102, XX)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- competência (art. 102, XIII)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

- competência (art. 102, V)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- competência (art. 102, VI)

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

- competência (art. 102, XIX)

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

- aprovação ou rejeição da sustação do andamento de ação judicial contra Deputado; parecer; prazo; projeto de resolução (art. 58, §§ 2º, 4º e 5º)

- competência

(arts. 3º a 5º da Resolução da ALMG nº 5.207, de 2002)

- regulamentação; procedimentos

(Resolução da ALMG nº 5.207, de 2002)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- audiência em último lugar (art. 184, § 1º)

- competência (art. 102, VII)

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

- competência (art. 102, VIII)

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

- competência (art. 102, XVIII)

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

- competência (art. 102, XVI)
- proposição (art. 289, § 2º)

**COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE
CRACK E OUTRAS DROGAS**

- competência (art. 102, XXI)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

- competência (arts. 102, X, e 268, *caput* e § 1º)

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO

- constituição e finalidade (art. 115)
- representação com ônus; dependência de disponibilidade orçamentária (art. 115, § 1º)
- representação em conferência; reuniões; congressos; membros; escolha; apresentação de teses (art. 115, § 3º)
- requerimento de constituição (art. 232, XIV)
- suplência; inexistência (art. 115, § 2º)

COMISSÃO DE SAÚDE

- competência (art. 102, XI)

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

- competência (art. 102, XV)

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

- competência (art. 102, XII)

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- competência (art. 102, XIV)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

- atribuições; procedimento, aplicação de lei federal específica (art. 113)
- composição; vedação (arts. 78 e 110, § 1º, I)
- constituição; atribuições; poderes judiciais (art. 112)
- deslocamento (art. 113, § 3º)
- fato determinado; conceito (art. 112, § 1º)
- intimação de indiciados e testemunhas; não comparecimento; providências (art. 113, §§ 1º a 3º)
- membros; indicação; prazo; caso de não indicação (art. 112, §§ 5º e 8º)
- número de comissões em funcionamento concomitante (art. 112, § 9º)
- prazo de funcionamento; prorrogação; requerimento; deliberação (arts. 110, § 2º, 112, *caput* e § 2º, e 233, XXI)
- primeiro signatário; membro da comissão; vedações; exceção para membro da Mesa (art. 112, §§ 6º e 7º)
- recurso de não recebimento do requerimento; prazo (art. 112, § 3º)
- relatório final; publicação; providências (art. 114)
- reunião; quórum de realização (art. 125, §§ 2º, 3º e 4º)

COMISSÕES

- (*ver também* AUDIÊNCIA PÚBLICA DE COMISSÃO, COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO, COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, COMISSÕES ESPECIAIS, COMISSÕES PERMANENTES, COMISSÕES TEMPORÁRIAS, ORDEM DO DIA, PARECER, REPRESENTAÇÕES POPULARES)
- abertura de reunião com convidados; presença de qualquer número de membros (art. 125, § 3º)
- acompanhamento e avaliação das políticas públicas no Estado, do PMDI e do PPAG (art. 100, XX)
- alteração da ordem do dia (art. 131, § 1º)
- apreciação da matéria; obrigatoriedade de inclusão em pauta previamente distribuída; exceção (arts. 131, § 2º, e 268, § 3º)
- apresentação de emendas (art. 100, III)
- assessoramento, consultoria técnico-legislativa; informação técnica sobre proposição (arts. 149 e 150)
- ata de reunião (*ver* ATA)
- audiência; renovação; impedimento (art. 183)
- audiência de convidados (art. 100, V, e 125-A)
- audiência pública (*ver* AUDIÊNCIA PÚBLICA DE COMISSÃO)
- Comissão de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária; audiência em primeiro e último lugares (art. 184, § 1º)
- comissão parlamentar de inquérito (*ver* COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO)
- comparecimento de Secretário de Estado (art. 308)

- competência (arts. 100, 102 e 103)
- composição e constituição
 - a partir desta resolução; prazo (art. 317)
 - designação dos membros; indicação; suplência; substituição; prazos (arts. 97, 98, § 5º, 106 e 116, § 4º)
 - designação provisória; não manifestação dos Líderes dentro do prazo (art. 106, parágrafo único)
 - impedimentos para integrar; Deputado que se desvincular de seu partido ou sem filiação partidária; membros da Mesa (arts. 48, 49 e 78)
 - número de membros das comissões permanentes (arts. 97, § 1º, e 107)
 - número de membros das comissões temporárias (arts. 97, § 1º, e 110, § 1º)
 - participação de Deputado; limite; indicação acima do limite; procedimentos (art. 108)
 - representação proporcional; cálculo; procedimentos (art. 98)
- conflito de competência; questão de ordem; Colégio de Presidentes (art. 167, § 5º)
- conjuntas (*ver* REUNIÃO CONJUNTA DE COMISSÕES)
- convocação de autoridades (art. 306)
- convocação de reuniões
 - conjunta (art. 128, parágrafo único)
 - extraordinárias (art. 124, *caput* e § 1º)
 - (*ver* COMISSÕES EXTRAORDINÁRIAS)
- debate público (arts. 100, XVIII, e 122, III)
- deliberação; maioria de votos; presença de mais da metade dos membros (art. 133)

- deliberação de requerimento (arts. 229, II e 233)
- Deputado não membro; participação nas discussões; impedimento de votar (art. 99)
- designação dos membros das comissões (arts. 29 e 97)
- discussão; preferência (art. 278)
- dissolução ou modificação numérica de bloco parlamentar; redistribuição de lugares (art. 71, § 8º)
- distribuição de matéria aos relatores (art. 135)
- distribuição de proposição
 - competência; formalização (art. 181)
 - número máximo de comissões; exceção (art. 182)
- emenda; apresentação (art. 137, § 1º)
- empate na votação; voto de qualidade do Presidente (art. 121, parágrafo único)
- especiais (*ver* COMISSÕES ESPECIAIS)
- estudos de avaliação de impacto da legislação estadual (art. 100, XXIII)
- exame de mérito de proposição; limite; exceções (art. 182)
- exame preliminar de proposição (art. 182, *caput* e I)
- iniciativa de projeto (art. 186, III)
- informação técnica; elaboração (art. 150)
- matéria de apreciação conclusiva; recurso ao Plenário (arts. 103 e 104)
- ordem dos trabalhos
 - alteração (art. 131, *caput* e § 1º)
 - participação de cidadãos (art. 131, § 4º)
- parecer

- composição (art. 146)
- contrário; rejeição do projeto (art. 191)
- designação de novo relator (art. 138, §§ 3º e 5º)
- nova redação; retificação; prazo (art. 138, § 2º e 4º)
- perda de prazo pela comissão; inclusão da matéria em ordem do dia; prazo (art. 141)
- prazo para emissão; prorrogação; apresentação; discussão (arts. 134, 135, 137 e 184)
- rejeição; novo relator (art. 138, § 5º)
- votação; alteração; nova redação (art. 138)
- pedido de vista; prazo; limite (art. 136)
- perda de lugar (arts. 48, 55, § 2º, e 116, § 2º)
- permanentes; conceito (art. 96, I)
- planejamento anual das políticas públicas (art. 100, XXI)
- Presidente (*ver* PRESIDENTE DE COMISSÃO)
- questão de ordem; arguição; recurso (arts. 167 e 168)
- quórum
 - de abertura; exceção (art. 125, §§ 2º e 3º)
 - de deliberação (art. 133)
 - de reunião com convidados (art. 125, § 3º)
- recurso ao Plenário sobre projeto de lei apreciado conclusivamente pelas comissões; prazo; subscrição de requerimento (art. 104)
- recurso ao Plenário sobre projeto considerado rejeitado nos termos do art. 104 (art. 191)
- rejeição de projetos; parecer contrário (art. 191)
- relação das comissões; publicação semanal com dia, horário das reuniões e nome dos membros (arts. 101 e 109)

- relator (*ver* RELATOR)
- relatório de atividades (art. 100, XXII)
- relatório de visita; leitura; retificação; publicação (art. 297-B)
- renúncia de Deputado que integra comissão (art. 116, § 1º)
- representação (*ver* COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO)
- requerimento de visita (art. 297-A)
- retenção de processos por membro; providências (art. 142)
- reunião
 - conjunta
 - parecer; emissão separadamente (art. 130, § 4º)
 - convocação (arts. 120, parágrafo único, e 124, § 3º)
 - discussão; preferência (art. 278)
- reuniões; pública ou secreta (art. 123 – *ver* REUNIÃO)
- reuniões extraordinárias; ordem dos trabalhos (art. 131)
- reuniões ordinárias; ordem dos trabalhos (art. 131)
- substituição de membros
 - caso (art. 117, *caput*)
 - direito do substituto de concluir ato iniciado (art. 117, parágrafo único)
 - inexistência de suplente na comissão de representação (art. 115, § 2º)
 - suplente (art. 97, § 2º)
- suplente; número; substituição; designação; competência (arts. 97, §§ 1º e 2º, e 120, XXIX)
- temporárias; conceito (art. 96, II)

- tramitação das proposições; aplicação das disposições regimentais aplicáveis às matérias sujeitas à deliberação do Plenário (art. 105)
- vagas; casos; preenchimento (art. 116)
- visita (art. 100, VI e 297-A)
 - realização; finalidade (art. 297-A)
- votação
 - destaque; limite; iniciativa (art. 282)
 - momento (art. 138)
 - preferência (arts. 277, parágrafo único, e 278-A)
- voto
 - de qualidade do Presidente (art. 121, parágrafo único)
 - em separado (art. 138, § 1º)
 - vencido (art. 138, § 6º)

COMISSÕES ESPECIAIS

- composição (*ver* COMISSÕES)
- constituição; competência (art. 111)
- número de membros (art. 110, § 1º)
- para emitir parecer sobre
 - escolha dos titulares dos cargos previstos no inciso XXIII do art. 62 e no inciso II do § 1º do art. 78 da Constituição do Estado (art. 111, III)
 - mérito de proposta de emenda à Constituição (art. 111, I)
 - pedido de instauração de processo por crime de responsabilidade (art. 111, IV)
 - projeto de resolução que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição da República (art. 111, V)

- veto a proposição de lei (art. 111, II)
- prazo de funcionamento (art. 110, § 2º)

COMISSÕES EXTRAORDINÁRIAS

- competência (art. 115-A)
- composição (arts. 110, § 1º, e 115-A, § 6º)
- constituição; requerimento; deliberação (art. 233, XIV)
- extinção (art. 115-A, § 4º)
- impedimento a membro da Mesa da Assembleia para presidir ou ser relator (art. 78)
- prazo de funcionamento (art. 115-A, §§ 2º a 4º)
- prorrogação de prazo de funcionamento; requerimento; deliberação (art. 233, XXI)
- relatório (art. 115-A, § 5º)

COMISSÕES PERMANENTES

- apreciação conclusiva de proposições (art. 103)
- competência (art. 102)
- composição (*ver* COMISSÕES)
- conceito (art. 96, I)
- denominação (art. 101)
- perda de prazo (arts. 140 e 141)
- relação; publicação semanal (arts. 101 e 109)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- classificação (art. 110)
- composição (art. 110, § 1º)
- conceito (art. 96, II)
- número de membros (arts. 97, § 1º, e 110, § 1º)

- prazo de funcionamento (art. 110, § 2º)
- (*ver também* COMISSÕES ESPECIAIS, COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO)

COMITÊ DE REPRESENTAÇÃO DE EVENTO INSTITUCIONAL

- criação; composição (art. 296, § 3º)
- discussão das propostas (art. 297, III)

COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES

- Governador do Estado; assunto de interesse público; convocação de reunião especial (art. 305)
- não comparecimento; justificação (art. 306, § 1º)
- não comparecimento sem justificação; crime de responsabilidade (art. 306, § 2º)
- recusa ou não atendimento; dirigente de entidade da administração indireta; Comandante-Geral da Polícia Militar; outras autoridades estaduais; comunicação à autoridade competente; apuração do fato; aplicação de penalidade; prazo; encaminhamento de pedido de informação; não atendimento; pena de responsabilização (art. 307)
- Secretário de Estado; dirigente de entidade da administração indireta; titular de órgão diretamente subordinado ao Governador do Estado; comunicação por ofício; prazo de exposição; prorrogação; normas regimentais; formalidades (arts. 306 e 308 a 310)

COMUNICAÇÃO

- (*ver também* CREDENCIAMENTO)
- apresentação; oportunidade; Deputados inscritos; prazo (art. 34)

- ao tribunal competente; decisão do Plenário na sustação do andamento de ação judicial contra Deputado (art. 58, § 8º)
- da Presidência; oportunidade (art. 29)
- de acontecimento relevante (art. 26, § 1º)
- de afastamento do exercício do mandato (art. 55)
- de constituição de bloco parlamentar e alterações (art. 71, § 1º)
- de eleição da Mesa da Assembleia (art. 10)
- de escolha de Líder de bloco parlamentar (art. 71, § 3º)
- de Liderança e de Deputado em reunião de debates (art. 14, III)
- de reassunção de mandato (art. 6º, VII)
- direito à palavra (art. 156, V)
- do nome parlamentar e legenda partidária; prazo de entrega (art. 4º)
- escrita de proposições não lidas (arts. 26, § 2º, e 34, § 2º)

CONGRATULAÇÃO, APOIO, APLAUSO, REGOZIJO

- requerimento; apreciação conclusiva pelas comissões (art. 103, III, “c”)

CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS

- ciência ao Governador do Estado para nomeação (art. 240)
- escolha; inciso II do § 1º do art. 78 da Constituição; procedimentos (art. 235, I e II)
- inabilitação de candidato; existência de ações ou protestos (art. 237)
- indicação de candidato; subscrição máxima; recomposi-

ção do número de assinaturas; prazo; instrução (arts. 235, II, §§ 1º a 3º, e 236)

– mais de dois candidatos; segundo escrutínio; decisão por maioria simples de votos (art. 239, §§ 1º e 2º)

– parecer; publicação; deliberação do Plenário (arts. 238 e 239)

– vaga; anúncio; publicação (art. 235, I)

CONSELHO DE GOVERNO, CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA SOCIAL

– parecer; composição (art. 146, § 1º)

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

– (*ver* PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO)

CONSULTA PÚBLICA

– competência privativa da Mesa da Assembleia (art. 79, XVIII)

– finalidade (art. 79, XVIII)

– realização de ofício ou a requerimento de comissão (art. 79, XVIII)

CONTAS DO GOVERNADOR

– (*ver* PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS)

CONVIDADOS

– (*ver* AUDIÊNCIA DE CONVIDADOS e AUDIÊNCIA PÚBLICA DE COMISSÃO)

CONVOCAÇÃO

– audiência pública (art. 125-A)

- reunião conjunta (art. 128, parágrafo único)
- reunião de debates; não convocação; casos (art. 16)
- reunião especial da Assembleia (art. 14, § 1º)
- reunião extraordinária
 - da Assembleia (art. 15)
 - de comissão; dispensa de formalidades (art. 124, *caput*, § 1º)
 - de comissão realizada fora da sede da Assembleia (art. 124, § 3º)
 - edital; divulgação em reunião e publicação (art. 15)
- reunião ordinária de comissão; distribuição prévia da pauta; publicação semanal da composição, do dia e horário de trabalho; vedação; exceção (arts. 109, 131, § 2º, e 268, § 3º)
- reunião ordinária e extraordinária de comissão; comunicação aos membros e às lideranças (art. 120, parágrafo único)
- reunião preparatória da Assembleia; dispensa de convocação da primeira (art. 5º)
- reunião secreta (art. 40)
- Secretário de Estado (*ver* COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES)
- sessão legislativa extraordinária; instalação; edital; publicação (art. 13, § 3º e 5º)
- suplente de Deputado (art. 63)
- visita; publicação; dispensa (art. 124, *caput* e § 1º)

CÓPIAS – DISTRIBUIÇÃO E ENCAMINHAMENTO

- (*ver também* CREDENCIAMENTO)
- indicação de Líder; encaminhamento de cópia da ata de

formalização à Mesa da Assembleia (art. 67, § 2º)

– parecer sobre as emendas (art. 188, § 3º)

– representação sobre perda de mandato; fornecimento de cópia ao Deputado (art. 53, § 1º, I)

– requerimento de indicação de candidato a Conselheiro do Tribunal de Contas; instrução com cópia autenticada da carteira de identidade do candidato (art. 236, II)

CORRESPONDÊNCIA

– publicidade; publicação (art. 19, § 4º)

CORRESPONDÊNCIA OFICIAL

– assinatura; competência (arts. 82, XXXII, e 86, V)

– elaboração; competência (art. 86, V)

– leitura e despacho; esgotamento do prazo; publicidade (art. 25 e parágrafo único)

– procedimento em caso de não haver reunião (art. 19, § 4º)

– procedimento em reuniões que não comportam leitura de correspondência (art. 19, § 5º)

– publicidade; publicação (art. 25, parágrafo único)

CREDENCIAMENTO

– jornalistas e demais profissionais credenciados; permanência no Plenário (arts. 94, § 1º, e 312, parágrafo único)

– órgãos de comunicação, informação e divulgação; acesso às dependências privativas da Assembleia (art. 312)

– revisão; competência da Mesa da Assembleia (art. 312, parágrafo único)

CRÉDITO ADICIONAL

- (*ver* PROJETOS DE LEI DO PLANO PLURIANUAL, DO PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, DO ORÇAMENTO ANUAL E DE CRÉDITO ADICIONAL)

CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA

- projeto de resolução; competência privativa da Mesa (art. 79, VII, “j”)

CRIME DE RESPONSABILIDADE

- Governador, Vice-Governador e Secretário de Estado; processo; legislação especial (art. 311)
- Procurador-Geral de Justiça; Procurador-Geral do Estado (art. 311, parágrafo único)

D

DEBATE PÚBLICO

- nas comissões (art. 100, XVIII)
- reunião especial (art. 122, III)

DEBATES E PRONUNCIAMENTOS

- (*ver também* DISCUSSÃO, USO DA PALAVRA)
- apanhamento taquigráfico; cessação; infração regimental (art. 151, parágrafo único)
- aparte; questão de ordem; concessão; incidentes; cômputo no prazo do orador (art. 163)
- audiência de convidados (art. 125-A, parágrafo único)
- concessão da palavra pelo Presidente; oportunidade; finalidade; prazo; ordem; preferência

(arts. 26, *caput*, 33, parágrafo único, 34, *caput* e §§ 1º e 3º, 156, 157, 158, 164 e 168)

- correção de pronunciamentos; vedação (art. 155, § 5º)
- discussão
 - direito à palavra; prazo; exceção; limite (arts. 156, 164 e 297, III)
 - ordem; preferência (art. 158)
 - uso da palavra; limite (art. 160)
 - vedações (art. 159)
- documentos apresentados durante discurso; vedação de inserção em ata; exceção (art. 41, § 3º)
- documentos lidos em Plenário ou comissão; arquivamento (art. 155, § 4º)
- encaminhamento de votação (art. 264)
- formalidades; permissão para falar assentado (arts. 154, 157 e 232, II)
- Grande Expediente; concessão da palavra; oportunidade; finalidade; prazo; inscrição (arts. 26, § 1º, e 157, I)
- infração regimental; providências (art. 152)
- interrupção; prosseguimento; exceção; concessão de aparte; cômputo no tempo do orador (arts. 161 a 163)
- oportunidade; finalidade; prazo; inscrição (arts. 34, § 3º, e 157)
- prática de atos incompatíveis com o decoro parlamentar; providências (art. 153)
- preferência (art. 157, § 2º)
- pronunciamento em reunião secreta; redução a termo (art. 40, § 7º)

- publicação; revisão; prazo; vedação (art. 155, *caput* e §§ 1º, 2º e 3º)
- publicação sem revisão (art. 155, § 3º)
- questão de ordem (arts. 165, 166 e 168)
- registro em ata (art. 155)
- reprodução no órgão oficial; correção de erros; vedação (art. 155, § 5º)
- resposta a citação pessoal, de partido ou de bloco parlamentar; prazo; limite; vedação (art. 164)
- reunião de debates; dinâmica (arts. 14, III, e 35 a 38)
- revisão; prazo (art. 155, § 2º)
- terceira parte da reunião; uso da palavra; oportunidade; inscrição; prazo; preferência (arts. 34, 157, *caput*, II e §§ 1º e 2º, e 158)
- uso da palavra
 - concessão; impedimento (art. 151)
 - preferência (art. 157, § 2º)
- violação dos direitos constitucionais ou de norma regimental; não publicação (art. 155, § 1º)

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

- de comissão (art. 168)
- normativa; publicação anual (art. 169)
- oportunidade (arts. 22, II, “a”, “1”, 29 e 167)
- recurso; caso; prazo; procedimento (art. 167, §§ 1º a 4º)
- reunião ordinária; momento (art. 29)

DECLARAÇÃO DE BENS

- apresentação à Mesa; oportunidade (art. 6º, VIII)

DECLARAÇÃO DE VOTO

- concessão; momento (art. 254, parágrafo único)
- direito à palavra (art. 156, VIII)
- em reunião pública; oportunidade (art. 254)
- inadmissibilidade de aparte (art. 162, § 2º, IV)
- inserção na ata; possibilidade; forma (art. 41, § 4º)

DECORO PARLAMENTAR

- atos incompatíveis (art. 59, § 3º)
- expressões atentatórias; violação dos direitos constitucionais (art. 59, § 2º)
- impedimento temporário do exercício do mandato; defesa; votação nominal (art. 61, parágrafo único)
- improcedência de acusação a Deputado; aplicação de penalidade ao Deputado ofensor (art. 62)
- não publicação de pronunciamentos incompatíveis (art. 155, § 1º)
- penalidades e processo (arts. 59 a 61 e 153)
- procedimento incompatível; perda de mandato (art. 53, II)

DEFESA

- em caso de impedimento temporário do exercício do mandato (art. 61, parágrafo único)
- em processo de perda de mandato; prazo de apresentação (art. 53, § 1º, II e IV)

DELEGAÇÃO LEGISLATIVA

- forma de resolução; conteúdo; exercício; apreciação pela Assembleia; vedação de emendas; votação única (art. 224, §§ 2º e 3º)

- leis delegadas; elaboração; autorização da Assembleia Legislativa (art. 224)
- matéria; impedimento (art. 224, § 1º e incisos)
- projeto; apreciação pela Assembleia; votação única; inadmissibilidade de emenda (art. 224, § 3º)

DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA DAS COMISSÕES

- (*ver* APRECIÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES)

DELIBERAÇÃO EM PLENÁRIO

- (*ver* VOTAÇÃO)

DEPUTADO

- acusação; apuração de veracidade; improcedência (art. 62)
- advertência pelo Presidente (art. 152, I)
- aplicação das regras da Constituição da República (art. 47, § 8º)
- apresentação do diploma (art. 4º)
- arguição de questão de ordem; oportunidade; prazo (arts. 165 a 168)
- assunto de interesse pessoal; vedações (art. 46, §§ 1º e 2º)
- ausente no momento da votação; não submissão a votação em Plenário de proposição de sua autoria (art. 82, XXXVII)
- censura; verbal e escrita (art. 60)
- coordenação de evento institucional; definição pela Mesa da Assembleia (art. 296, § 2º)
- declaração de bens; art. 258 da Constituição (art. 6º, VIII)
- decoro parlamentar (art. 53, II, e 59 a 61)
- denúncia; crime ocorrido após a diplomação; sustação (art. 47, § 4º)

- desobrigação de testemunhar; casos (art. 47, § 7º)
- desvinculação de partido; perda de direito; exceção; abertura de vaga na comissão (arts. 48 e 116)
- diploma; prazo de entrega à Mesa (art. 4º)
- direito à palavra; casos (art. 156)
- direitos (arts. 46, 47, §§ 1º e 2º, e 54, § 3º)
- explicação pessoal; concessão da palavra (art. 33, parágrafo único)
- falecimento; comunicação; encerramento da reunião (art. 22, § 2º)
- fixação de remuneração; apresentação de projeto de lei pela Mesa da Assembleia (art. 79, XVII, “a”)
- flagrante de crime inafiançável; prisão; procedimentos (arts. 47, §§ 2º e 3º)
- impedimento temporário do exercício do mandato (art. 61)
- impedimentos
 - candidatura a cargo da Mesa e designação para membro de comissão; sem filiação partidária (art. 49)
 - exercício do cargo de Presidente da Assembleia; Presidente ou relator de comissão em caso de discussão e votação de matéria de interesse pessoal ou de proposição de sua autoria; aplicação somente ao primeiro signatário de proposta de emenda à Constituição (art. 46, §§ 1º e 2º)
 - exercício do cargo de Presidente ou relator de comissão de inquérito; caso (art. 112, § 6º)
 - votação em matéria de interesse pessoal (art. 253)
- imunidades constitucionais; estado de sítio; suspensão (art. 56)

- incapacidade civil absoluta (art. 53, § 3º)
- investidura em cargos públicos; comunicação à Assembleia; opção por remuneração; perda de lugar nas comissões (art. 55)
- inviolabilidade (art. 47, *caput*)
- julgamento pelo Tribunal de Justiça (art. 47, § 1º)
- licença de Deputados
 - concedida pela Mesa da Assembleia; casos (art. 54, § 1º)
 - concedida pelo Presidente da Assembleia (art. 54, § 1º)
 - concessão; casos; formalidades; vedação (art. 54, I a IV e §§ 1º, 3º, 4º e 7º)
- lista de diplomados; publicação; prazo (art. 4º, § 1º)
- lista de empossados; publicação (art. 7º, § 3º)
- mandato (arts. 1º e 45)
 - renúncia escrita; publicação (art. 51)
- nas comissões; ausência; substituição (arts. 97, § 2º e 117)
- nome parlamentar; composição (art. 4º, § 2º)
- penalidades (arts. 59 a 61)
- perda de lugar nas comissões; falta às reuniões e afastamento (arts. 48, 55, § 2º, e 116, § 2º)
- perda de mandato
 - penalidade (arts. 53 e 59, III)
 - votação nominal (art. 53, § 1º)
- posse e exercício do mandato (arts. 3º, 6º, 7º e 45)
- posse
 - em data posterior à da reunião prevista; recinto do Plenário; exceção (art. 6º, IV)
 - início da legislatura; reunião preparatória (art. 3º)

- presença; registro; recinto do Plenário; autenticação pelo Presidente e 1º-Secretário (art. 18)
- prisão; vedação; exceção (art. 47, *caput*, §§ 2º e 3º)
- reassunção de mandato; dispensa do compromisso de posse; comunicação à Mesa da Assembleia; vedação (arts. 6º, VII, 54, § 4º, e 55)
- recebimento diário das publicações no *Diário do Legislativo* (art. 46, VIII)
- reeleito; não arquivamento de proposição de sua autoria; exceção (art. 180, § 1º, I)
- relação dos empossados; publicação; prazo (art. 7º, § 3º)
- remuneração
 - fixação; apresentação de projeto de lei pela Mesa da Assembleia (art. 79, XVII, “a”)
 - percepção em caso de incapacidade civil absoluta; opção em caso de afastamento; fixação (arts. 53, § 3º, 55, § 1º, 65, 79, XVII, “a”)
 - requisitos (art. 65)
- renúncia ao mandato; casos; formalização (arts. 7º, § 2º, 51 e 52)
- repressão disciplinar; abertura de sindicância ou inquérito (art. 95)
- suplente; convocação; dispensa de compromisso de posse (arts. 6º, VI, 63 e 64)
- sustação do andamento de ação judicial contra (arts. 47, §§ 4º a 8º, 57 e 58)
- projeto de resolução (art. 58, §§ 6º e 7º)
 - tramitação; procedimentos (arts. 47, § 4º a 8º, 57 e 58)
- uso da palavra (arts. 151 a 168)

(*ver também* DEBATES E PRONUNCIAMENTOS, DISCUSSÃO)

- vaga; na Assembleia; nas comissões; na Mesa da Assembleia (arts. 9º, 11, 50, 64 e 116)
- viagem ao exterior; comunicação à Assembleia Legislativa (art. 54, § 5º)

DESARQUIVAMENTO DE PROPOSIÇÃO

- admissão (art. 180-A)
- autoria (art. 180-A)
- requerimento de solicitação (art. 232, XXXII)
- retomada de tramitação no estágio em que se encontrava (art. 180-A, parágrafo único)

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

- oportunidade (arts. 22, II, “a”, “1”, e 29)
- requerimentos despachados; casos (art. 232)

DESPACHO DE PRESIDENTE DE COMISSÃO

- requerimento (arts. 229, I, e 232)

DESPESAS

- aumento de despesa prevista em projeto; inadmissibilidade; exceção (art. 187)
- definição de limites e ordenação; competência privativa da Mesa da Assembleia (art. 79, IV)
- executadas; publicação mensal do resumo demonstrativo pela Mesa da Assembleia (art. 79, XIV)

DESTAQUE

- (*ver* PREFERÊNCIA E DESTAQUE)

DILIGÊNCIA

- projeto de lei ordinária; suspensão da tramitação (art. 301)
- proposição (art. 301)
- regime de urgência; redução à metade do prazo (art. 273, II)
- suspensão de tramitação; prazo; exceção (art. 301)

DIPLOMA

- direitos do Deputado após a expedição (art. 47, §§ 1º e 2º)
- prazo de entrega à Mesa (art. 4º)

DIREITOS POLÍTICOS

- perda ou suspensão; perda do mandato (art. 53, IV)

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

- (*ver* PROJETOS DE LEI DO PLANO PLURIANUAL, DO PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, DO ORÇAMENTO ANUAL E DE CRÉDITO ADICIONAL)

DISCURSO

- (*ver* DEBATES E PRONUNCIAMENTOS)

DISCUSSÃO

- em Plenário
 - adiamento de discussão; limite; prazo; inadmissibilidade; impedimento de renovação (art. 247)
 - definição (art. 241)
 - das propostas de eventos institucionais pelo comitê de representação (art. 297, III)
 - encerramento

- casos (art. 248, *caput*)
- requerimento; votação; discussão mínima da proposição por seis oradores (art. 248, parágrafo único)
- exigência de inclusão na ordem do dia (art. 243)
- incidência (art. 242)
- inscrição; oportunidade; competência; cancelamento (arts. 157, I e II, § 1º, e 245)
- limite de permanência na ordem do dia; cômputo de reunião (art. 244)
- ordem de concessão da palavra (art. 158)
- parecer de redação final; limite; participação (art. 270)
- prazo (art. 246)
- preferência (arts. 277 e 278)
- regime de urgência; redução à metade do prazo (art. 273, II)
- uso da palavra; limite (art. 160)
- vedações (art. 159)
- nas comissões
 - de parecer; adiamento; distribuição de avulso; apresentação de emendas; prazos; uso da palavra (arts. 136, § 2º, e 137)
 - discussão de matéria de apreciação conclusiva; normas aplicáveis às reuniões de Plenário (art. 122, parágrafo único)
 - participação de Deputado não membro de comissões (art. 99)

DISPOSITIVO

- conceito (art. 172)

DISTRIBUIÇÃO DE PROPOSIÇÃO

- à Mesa da Assembleia; que importe encargo administrativo para a Assembleia (art. 182, parágrafo único)
- competência; formalização; exame preliminar e de mérito; limite; exceção (arts. 181 e 182)
- no 2º turno; procedimento (art. 184, § 2º)

DIVULGAÇÃO – ÓRGÃOS

- (*ver* CREDENCIAMENTO)

DOCUMENTOS

- apresentado por Deputado durante discurso; vedação de inserção em ata; exceção (art. 41, § 3º)
- lido em Plenário ou em comissão (art. 155, § 4º)
- não oficial; menção na ata destinada a publicação (art. 41, § 2º)
- oficial; resumo na ata sucinta e transcrição para publicação (art. 41, § 1º)
- secreto; acesso; prazo de restrição (art. 40, §§ 8º e 9º)
- sigiloso; acesso; prazo de restrição (art. 40, § 6º)

E

EMENDA

- à redação final; finalidade (art. 269)
- a requerimento; dispensa de parecer (art. 231, § 2º)
- apresentação; oportunidade; publicação; parecer; recebimento antecipado; emenda de comissão; de redação final (arts. 137, § 1º, 188, §§ 2º e 4º, 189, §§ 2º e 3º, e 269)
- apresentação pelas comissões (art. 100, III)
- aprovação no 1º turno; redação do vencido (art. 189, § 1º)

- autoria, quanto à iniciativa (art. 226)
- classificação
 - aditiva (art. 225)
 - modificativa (art. 225)
 - substitutiva (art. 225)
 - supressiva (art. 225)
- de comissão incorporada a parecer; votação; preferência (art. 279, IV)
- definição (art. 225)
- destaque; para votação; admissão; oportunidade de solicitação; limite (arts. 249, § 2º, e 282)
- encaminhamento de votação; prazo (art. 264)
- equiparação à proposição (art. 171, parágrafo único, I)
- inadmissibilidade; casos (arts. 187, 189, § 2º, e 228)
- iniciativa (art. 226)
- matéria nova no 2º turno; admissão; acordo de Liderança (art. 189, § 3º)
- matéria prejudicada ou rejeitada; inadmissibilidade (art. 189, § 2º)
- parecer
 - da Comissão de Constituição e Justiça no 2º turno; aprovação de parecer pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade; de modificação do texto original ou de emenda (art. 185, §§ 2º e 3º)
 - dispensa de emissão em requerimento (art. 231, § 2º)
 - no 2º turno
 - dispensa de emissão (art. 189, § 4º)
 - obrigatoriedade de emissão (art. 201, III)

- publicação ou distribuição (art. 188, § 3º)
- prazo para emissão; prorrogação do prazo; designação de novo relator (arts. 134, III; 135, §§ 3º e 4º)
- sobre emenda de redação final; possibilidade de ser oral (art. 145, § 1º)
- sobre projeto apreciado conclusivamente pelas comissões, devolvido ao Plenário (art. 104, § 1º)
- preferência (art. 279)
- proposta de emenda à Constituição; subscrição (art. 201, parágrafo único)
- proposta de emenda à Constituição da República; aprovação; vedação; tramitação (art. 195-C, *caput* e parágrafo único)
- recebimento antecipado; permissão (art. 188, § 4º)
- recebimento; impedimento (arts. 189, § 2º, e 228, I e II)
- renovação de audiência de comissão; parecer sobre emenda em Plenário (art. 183, parágrafo único)
- subemenda; definição (art. 227)
- votação; destaque; em grupos (art. 249, §§ 1º e 2º)

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

- (*ver* PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO)

ERRATA

- correção de publicação (art. 41, § 5º)
- pronunciamentos; vedação (art. 155, § 5º)

EVENTOS INSTITUCIONAIS

- comitê de representação (art. 296, § 3º)
- discussão das propostas pelo comitê de representação (art. 297, III)

- fóruns técnicos; realização (art. 296, II)
- iniciativa da Mesa da Assembleia (art. 295)
- proposições resultantes; tramitação (art. 297)
- regulamento próprio; objetivos e dinâmica (art. 296)
- requerimento (art. 295, *caput* e parágrafo único)
- seminários legislativos, fóruns técnicos; realização (art. 296, I e II)
- subsídio ao processo legislativo; iniciativa da Mesa; ou a requerimento; parceria com a sociedade civil (art. 295)
- tipos
 - ciclo de debates (art. 296, III)
 - fóruns técnicos (art. 296, II)
 - seminários legislativos (art. 296, I)
- tramitação de proposição resultante de eventos institucionais (art. 297)

EXPEDIENTE

- leitura da ata; aprovação; retificação (art. 24)
- leitura e resumo da correspondência (art. 25)

EXPLICAÇÃO PESSOAL

- direito à palavra (art. 156, IV)
- finalidade; oportunidade; prazo (art. 33)
- inadmissibilidade de aparte (art. 162, § 2º, V)

F

FALECIMENTO

- de alta autoridade; comunicação do Presidente; encerramento ou não realização da reunião (art. 22, § 2º)

- de Deputado
 - comunicação do Presidente; encerramento ou não realização da reunião (art. 22, § 2º)
 - ocorrência de vaga (art. 50)
- de membro da Mesa da Assembleia; abertura de vaga (art. 11)
- de membro do poder público; manifestação de pesar; requerimento (art. 103, III, “b”)

G

GOVERNADOR DO ESTADO

- (*ver também* COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES, CRIME DE RESPONSABILIDADE, LICENÇA, POSSE, PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS, PROJETOS DE LEI DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE DEPUTADO, DO GOVERNADOR, DO VICE-GOVERNADOR, DE SECRETÁRIO DE ESTADO E DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA)
- competências conferidas no processo legislativo
 - apresentação de proposta de emenda à Constituição (art. 200, II)
 - convocação de sessão legislativa extraordinária (art. 13, § 3º, I)
 - elaboração de leis delegadas; autorização da Assembleia (art. 224, *caput*)
 - exposição de assunto de seu interesse; reunião especial (art. 305)
 - indicação de Líder do Governo (art. 68, *caput*)
 - iniciativa de emenda (art. 226, IV)

- iniciativa de projeto (art. 186, IV)
- iniciativa e apresentação de proposta de alteração dos projetos de lei do plano plurianual, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, de Diretrizes Orçamentárias; do Orçamento Anual e de Crédito Adicional (arts. 204 e 205)
- promulgação de veto rejeitado; prazo (art. 222, §§ 4º e 5º)
- remuneração; fixação; apresentação de projeto de lei pela Mesa da Assembleia (art. 79, XVII, “b”)
- solicitação de urgência para projeto de sua iniciativa; tramitação; prazo; publicação (arts. 208 e 272, I, §§ 1º a 3º)
- crime de responsabilidade; autorização para instauração de processo; legislação especial (art. 311)
- fixação de remuneração; apresentação de projeto de lei pela Mesa da Assembleia (art. 79, XVII)
- impedimento ou vaga; posse do substituto (art. 304)
- licença para ausentar-se do Estado; competência privativa da Mesa; parecer (art. 79, VII, “h”, e VIII, “a”)
- licença para interrupção de suas funções; competência privativa da Mesa; parecer (art. 79, VII, “g”, e VIII, “a”)
- mensagem; concessão de suas licenças; tramitação (art. 195-B)
- nomeação de conselheiro do Tribunal de Contas (art. 240)
- posse; convocação de sessão legislativa extraordinária; reunião solene; formalidades (arts. 13, § 3º, II; 14, VI, 302 e 303)
- prestação e tomada de contas; processo; tramitação (arts. 216 a 220)

- projeto de sua iniciativa; inadmissibilidade de aumento de despesa; ressalva (art. 187, I)
- remessa pela Assembleia de comunicação de manutenção de veto (art. 222, § 6º)
- remuneração; fixação; projeto de lei de iniciativa privativa da Mesa da Assembleia (art. 79, XVII, “b”)

GRANDE EXPEDIENTE

- aparte; prazo (art. 162, § 1º)
- apresentação de proposição; assunto de interesse geral; comunicações; prazo (art. 26, §§ 1º e 2º)
- inscrição para falar; oportunidade (arts. 28 e 157, I)
- recebimento de proposição; concessão da palavra (art. 26, *caput*)

I

IMPEDIMENTO TEMPORÁRIO DO EXERCÍCIO DO MANDATO

- aplicação da penalidade; casos; procedimentos (art. 61)
- tipo de penalidade (art. 59, § 1º, II)

IMPEDIMENTOS REGIMENTAIS

- interesse pessoal ou proposição de autoria do Deputado (art. 46, § 1º)
- membro da Mesa da Assembleia (art. 78)
- proposta de emenda à Constituição; aplicação somente ao primeiro signatário (art. 46, §§ 1º e 2º)

IMPRENSA

- (*ver* CREDENCIAMENTO)

IMUNIDADE PARLAMENTAR

- aplicação das regras da Constituição da República (art. 47, § 8º)
- garantia; direito de solicitação (art. 46, VI)
- subsistência; estado de sítio (art. 56)
- suspensão
 - parecer da Comissão de Constituição e Justiça (art. 56)
 - votação nominal; quórum (art. 56)

INCONSTITUCIONALIDADE

- emenda de 2º turno, retirada da emenda do texto aprovado ou não sujeição da matéria à votação (art. 185, § 3º)
- parecer da Comissão de Constituição e Justiça; arquivamento da proposição; recurso; tramitação; exceção (art. 185, *caput* e § 1º)
- recurso contra não recebimento de projeto pelo Presidente da Assembleia (art. 173, § 1º)

INCLUSÃO EM ORDEM DO DIA

- (*ver* ORDEM DO DIA)

INDICAÇÃO PARA CARGOS

- equiparação à proposição (art. 171, parágrafo único, VII)
- Ordem do Dia; momento (art. 22, II, “a”, “4”)

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE

- oportunidade (art. 29)

INFORMAÇÃO TÉCNICA

- elaboração (art. 150)

INFORMAÇÕES – ÓRGÃOS

- (*ver* PEDIDO DE INFORMAÇÕES, CREDENCIAMENTO)

INICIATIVA POPULAR

- (*ver* PROJETO DE INICIATIVA POPULAR)

INQUÉRITO

- abertura contra Deputado (art. 95)

INSCRIÇÃO DE ORADOR

- cancelamento; ausência (art. 245)
- feita pelo Líder (art. 157, § 1º)
- iniciativa; oportunidade (art. 157, I e II e § 1º)
- para discutir proposição e falar na 3ª Parte da reunião (art. 157, II)
- para falar no Grande Expediente (art. 157, I)
- preferência (art. 157, § 2º)

INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA

- declaração de instalação (art. 8º)
- entrega de diploma de Deputado; prazo (art. 4º)
- início da legislatura; reuniões preparatórias; posse dos Deputados; instalação da legislatura e da 1ª sessão legislativa; eleição e posse dos membros da Mesa (art. 3º)
- reunião preparatória; posse dos Deputados; instalação da 1ª sessão legislativa ordinária; eleição da Mesa da Assembleia (art. 3º)

INTERESSE PESSOAL

- impedimentos
- para presidir e relatar (art. 46, §§ 1º e 2º)

- para votar; cômputo da presença para efeito de quórum (art. 253)

INTERSTÍCIO

- distribuição de avulso; adiamento de discussão e da votação de parecer (art. 136, § 2º)
- entre os turnos de tramitação (art. 178)
- inclusão de matéria nova; reunião extraordinária de comissão (art. 124, § 2º)
- proposta de emenda à Constituição; turnos de tramitação (art. 201, IV)

INVERSÃO DA PAUTA

- (*ver* ORDEM DO DIA)

INTERVENÇÃO EM MUNICÍPIO

- convocação de sessão legislativa extraordinária (art. 13, § 3º, II)

INTERESSE PÚBLICO RELEVANTE

- convocação de sessão legislativa extraordinária (art. 13, § 3º, I e II)
- exposição de assunto; reunião especial (art. 14, V)

INVIOLABILIDADE DE DEPUTADO

- aplicação das regras da Constituição da República (art. 47, § 8º)
- direito (art. 47, *caput*)

J

JORNALISTAS

- (*ver* CREDENCIAMENTO)

L

LEGISLATURA

- (ver INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA)

LEI DELEGADA

- (ver DELEGAÇÃO LEGISLATIVA)

LEI ESTATUTÁRIA

- projeto; tramitação; normas do projeto de lei complementar (art. 193)
- urgência; inadmissibilidade (arts. 209 e 272, § 3º)

LEI ORGÂNICA

- projeto; tramitação; normas do projeto de lei complementar (art. 193)
- urgência; inadmissibilidade (arts. 209 e 272, § 3º)

LICENÇA

- a Deputado
 - aplicação das regras da Constituição da República (art. 47, § 8º)
 - casos; formalidades; competência (art. 54, I a IV e §§ 3º, 4º e 7º)
 - concessão
 - pela Mesa da Assembleia; casos (art. 54, § 1º)
 - pelo Presidente da Assembleia (art. 54, § 1º)
 - convocação de suplente (art. 63, III e IV)
 - direitos do licenciado (art. 54, § 3º)
 - reassunção de mandato; vedação (art. 54, § 4º)

- requerimento (art. 54, § 1º)
- a Governador e Vice-Governador; casos; competência; parecer; tramitação (arts. 79, VII, “g” e “h”, VIII, “a”, e 195-B)

LÍDER

- (*ver também* VICE-LÍDER)
- acordo; alteração de procedimento específico de tramitação; subscrição pela totalidade (art. 73, §§ 4º e 5º)
- alteração nas Lideranças; comunicação à Mesa (art. 69, IV)
- atribuições (art. 69)
- de bloco parlamentar; decisão da maioria dos membros das representações partidárias integrantes (art. 71, § 3º)
- definição; porta-voz da bancada (art. 67)
- do Governo
 - direito a voz no Colégio de Líderes; permanência de assessores nas dependências contíguas ao Plenário (arts. 68, 73, § 1º, e 94, § 1º)
 - indicação (art. 68)
- impedimento; membro da Mesa (arts. 67, § 5º, e 78)
- indicação; prazo; formalização; ausência de indicação (art. 67, §§ 1º a 3º)
- inscrição de liderado (art. 157, § 1º)
- Maioria e Minoria (art. 72, § 1º)
- preferência no encaminhamento de votação (art. 264, § 2º, I)
- uso da palavra
 - assunto relevante e urgente; resposta a crítica (art. 70)

LIDERANÇA

- (*ver* BANCADA, BLOCO PARLAMENTAR, LÍDER, MAIORIA E MINORIA, COLÉGIO DE LÍDERES)

M

MAIORIA DE VOTOS

- (*ver* VOTAÇÃO)

MAIORIA E MINORIA

- alteração na Liderança; comunicação à Mesa (art. 69, IV)
- assessoramento em Plenário (art. 94, § 2º)
- constituição (art. 72)
- inexistência de Vice-Líder (art. 72, § 2º)
- Lideranças; constituição (art. 72, § 1º)

MANDATO

- afastamento; investidura em cargo; comunicação (art. 55)
- Deputado; duração (art. 1º)
- exercício; início; impedimento de exercício ou de investidura (arts. 6º, V, e 45)
- impedimento temporário (arts. 59, § 1º, II, e 61)
 - por decoro parlamentar; defesa; votação nominal (art. 61, parágrafo único)
- incapacidade civil absoluta; suspensão (art. 53, § 3º)
- início e término; apresentação de declaração de bens (art. 6º, VIII)
- inviolabilidade (art. 47, *caput*)
- membro da Mesa; duração; recondução (art. 77)
- perda

- casos; aplicação de regras da Constituição da República (arts. 47, § 8º, 53 e 59, III)
- decisão; representação; defesa; parecer da Comissão de Constituição e Justiça (art. 53, § 1º)
- votação nominal (art. 53, § 1º)
- reassunção; comunicação ao Presidente; dispensa do compromisso de posse (art. 6º, VII)
- renúncia escrita; publicação (art. 51)
- renúncia tácita (art. 7º, § 2º)
- suspensão de prescrição de crime; caso (art. 47, § 6º)
- testemunho em razão do exercício (art. 47, § 7º)
- vaga
 - perda de mandato (art. 50)
 - publicação (art. 51)

MANIFESTAÇÃO DE APLAUSO, APOIO, REGOZIJO OU CONGRATULAÇÕES

- requerimento; apreciação conclusiva das comissões; dispensa de parecer (art. 103, III, “c”)

MANIFESTAÇÃO DE PESAR

- requerimento; apreciação conclusiva das comissões; dispensa de parecer (art. 103, III, “b”)

MANIFESTAÇÃO DE REPÚDIO OU PROTESTO

- requerimento; apreciação conclusiva das comissões; dispensa de parecer (art. 103, III, “d”)

MATÉRIA IMPUGNADA

- não arquivamento (art. 180, § 1º, V)
- preferência (art. 275, VII)

- previsão; abrangência; projeto de resolução (art. 197)

MATÉRIAS DE NATUREZA PERIÓDICA

- (*ver* PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS, PROJETOS DE LEI DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE DEPUTADO, DO GOVERNADOR, DO VICE-GOVERNADOR, DE SECRETÁRIO DE ESTADO E DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA)

MENSAGEM

- do Governador; concessão de suas licenças; tramitação (art. 195-B)
- equiparação à proposição (art. 171, parágrafo único, VI)
- parecer; prazo (art. 134, III)

MESA DA ASSEMBLEIA

- (*ver também* PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, VICE-PRESIDENTE, SECRETÁRIOS)
- ação de inconstitucionalidade; propositura (art. 80)
- aplicação de disposições relativas às comissões permanentes (art. 79, parágrafo único)
- apresentação de projeto de lei; fixação de remuneração do Deputado, do Governador, do Vice-Governador, de secretário de Estado e dos servidores da Secretaria da Assembleia (art. 79, XVII)
- aprovação da apresentação de proposta de emenda à Constituição da República (art. 79, VII, “k”)
- ausência de titulares (art. 76, § 1º)
- comissão executiva; atribuição (art. 74)
- competência privativa (art. 79)
- composição (art. 75)

- comunicação ao tribunal competente da decisão do Plenário sobre a sustação do andamento de ação judicial contra Deputado (art. 58, § 8º)
- definição de Deputado para coordenação de evento institucional (art. 296, § 2º)
- distribuição de proposição que importe encargo administrativo para a Assembleia (art. 182, parágrafo único)
- eleição
 - candidatura; Deputado sem filiação partidária; impedimento (art. 49)
 - comunicação às autoridades federais e estaduais (art. 10)
 - dos membros para o 2º biênio; reunião especial (art. 14, V)
 - exigências e formalidades; votação nominal (art. 9º)
 - no início da legislatura; período de realização; reunião preparatória (arts. 3º, 8º, *caput*, e 14, I)
 - para o 1º biênio; reunião preparatória (arts. 3º e 14)
 - para o 2º biênio; reunião especial; obrigatoriedade da presença dos secretários (arts. 14, V, e 76, § 2º)
 - para o 2º biênio da 14ª Legislatura; data (art. 313, *caput*)
 - participação proporcional dos partidos (art. 8º, § 1º)
 - posse (arts. 3º e 9º, X e parágrafo único)
 - posse para o 2º biênio da 14ª Legislatura (art. 313, parágrafo único)
 - quórum (arts. 9º e 19, § 6º)
- iniciativa de eventos institucionais; definição do regulamento e de Deputados responsáveis pelo evento (arts. 295 e 296, §§ 1º e 2º)
- licença a Deputado; concessão; casos (art. 54, § 1º)

- mandato; recondução (art. 77)
- membros; impedimentos (art. 78)
- não deliberação antes da posse dos membros (art. 8º, § 4º)
- organização da lista dos Deputados diplomados (art. 4º, § 1º)
- parecer (art. 79, VIII)
 - quanto ao mérito de proposição que importe encargo administrativo para a Assembleia (arts. 79-A e 182, parágrafo único)
- policiamento da Assembleia; competência privativa (art. 89)
- posse
 - para o 1º biênio; reunião preparatória (art. 3º)
 - para o 2º biênio; reunião especial (art. 14, V)
- publicação mensal do resumo do demonstrativo das despesas orçamentárias executadas (art. 79, XIV)
- reunião conjunta; direção dos trabalhos (art. 129, § 2º)
- reuniões; assento à mesa (art. 76, *caput*)
- vaga; preenchimento (arts. 9º e 11)
- vedação de assessoramento próprio em reunião da Mesa (art. 127, parágrafo único)
- vigência do art. 75 (art. 319)

N

NÃO COMPARECIMENTO ÀS REUNIÕES

- perda de lugar nas comissões (art. 116, § 2º)
- perda de mandato (art. 53, III)
- remuneração proporcional (art. 65)

NOVA REDAÇÃO

- alteração do parecer; concordância do relator; prazo (art. 138)
- retificação; prazo (art. 138, § 4º)

NÚMERO MÍNIMO DE SUBSCRIÇÃO

- da maioria dos membros da Assembleia
 - apresentação de projeto de lei contendo matéria de outro rejeitado na mesma sessão legislativa (art. 186, § 3º)
 - convocação de sessão legislativa extraordinária a requerimento (art. 13, § 3º, II)
- da maioria dos membros de comissão
 - convocação de reunião extraordinária de comissão; a requerimento (arts. 120, XVII, e 122, II)
- da maioria dos membros do Colégio de Líderes
 - convocação de reunião especial (art. 14, V e § 1º)
 - convocação de reunião extraordinária (art. 15, parágrafo único, II)
 - prorrogação do horário de reunião (art. 21)
- da totalidade do Colégio de Líderes
 - acordo de Líderes visando à alteração de procedimento específico de tramitação de proposição (art. 73, § 4º)
- da totalidade dos subscritores
 - retirada de tramitação do projeto de iniciativa coletiva (art. 186, § 2º)
- de, no mínimo, 10 mil eleitores do Estado
 - apresentação de projeto de lei de iniciativa popular (art. 288, *caput*)
- de, no mínimo, 20% dos membros da Assembleia

- indicação de candidato a Conselheiro do Tribunal de Contas (art. 235, II)
- de, no mínimo, 100 câmaras municipais
 - apresentação de proposta de emenda à Constituição (art. 200, III)
- de 1/3 dos membros da Assembleia
 - apresentação de proposta de emenda à Constituição (art. 200, I)
 - constituição de comissão parlamentar de inquérito (art. 112, *caput*)
 - convocação de
 - reunião especial; a requerimento (art. 14, § 1º)
 - reunião extraordinária; a requerimento (art. 15, parágrafo único, III)
 - emenda à proposta de emenda à Constituição (art. 201, parágrafo único)
- de 1/10 dos membros da Assembleia
 - devolução ao Plenário de proposição apreciada conclusivamente pelas comissões (art. 104, *caput*)
 - recurso contra rejeição de projeto em virtude de recebimento de parecer contrário de todas as comissões (art. 191, *caput*)

O

ORADOR

- concessão da palavra; oportunidade; prazos; inscrição (art. 26)
- interrupção para arguição de questão de ordem; consentimento (art. 166, § 2º)

- pronunciamento; dedução do tempo concedido ao aparteante (art. 163)
- revisão de pronunciamento; prazo (art. 155, § 2º)

ORÇAMENTO ANUAL

- (*ver* PROJETOS DE LEI DO PLANO PLURIANUAL, DO PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, DO ORÇAMENTO ANUAL E DE CRÉDITO ADICIONAL)

ORDEM DO DIA

- alteração
 - casos (art. 32)
 - em comissões; deliberação dos membros; a requerimento (art. 131, § 1º)
 - em Plenário; a requerimento; deliberação do Plenário (arts. 32 e 233, III)
- arguição de questão de ordem; exigências (art. 166, § 3º)
- concessão da palavra; oportunidade (art. 70, § 2º)
- decisões e despachos da Presidência; designação de comissão; comunicações e atos assemelhados; oportunidade (arts. 22, II, “a”, “1”, e 29)
- impressão e distribuição (art. 27)
- inclusão da sustação do andamento de ação judicial contra Deputado; designação de relator (art. 58, § 5º)
- inclusão de matéria não promulgada; de veto e matéria em regime de urgência com esgotamento de prazo de apreciação; sobrestamento (arts. 198, *caput* e § 1º, 208, § 1º, e 222, § 3º)
- inclusão de proposição, de ofício ou a requerimento;

- perda de prazo pelas comissões (art. 141)
- inclusão de proposição sem parecer; designação de relator (art. 145, § 2º)
 - indicação para cargos; momento (art. 22, II, “a”, “4”)
 - informação a Deputado; requerimento (art. 232, X)
 - informação ao Colégio de Líderes; reunião quinzenal; matéria em condição de ser incluída em ordem do dia (art. 31)
 - interrupção; vedação; exceção (art. 27)
 - organização; anúncio da ordem do dia da reunião seguinte; convocação de reunião (art. 30)
 - preferência entre proposições (arts. 275 a 281)
 - projetos e pareceres fora da pauta; vedação de apreciação; exceção (arts. 131, § 2º, 243 e 268, § 3º)
 - retirada de proposição; determinação do Presidente (art. 82, VIII)
 - subdivisão (art. 23, parágrafo único)

ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO

- (*ver* CREDENCIAMENTO)

OUVIDORIA PARLAMENTAR

- (*ver* arts. 6º e 7º da Resolução da ALMG nº 5.207, de 2002)

P

PAINEL ELETRÔNICO

- ocorrência de falha; relação manuscrita de presença; votação (arts. 18, § 2º, e 263)
- registro de presença (arts. 18, *caput*, e 256)

- uso na verificação de quórum (art. 257)
- uso na votação nominal e na verificação de votação simbólica (art. 255)

PARECER

- alteração; nova redação (art. 138, § 2º)
- anexação de proposições; exame das anexadas (art. 173, §§ 2º e 3º)
- avulsos; distribuição na comissão; solicitação do relator; oportunidade (arts. 136, §§ 2º e 3º, e 188, § 3º)
- complexidade da matéria; designação de relatores parciais (art. 135, § 2º)
- composição; exigência regimental; devolução à comissão (art. 146)
- conclusão pela formalização de matéria em proposição (art. 148)
- contrário das comissões; rejeição do projeto (art. 191)
- da Comissão de Constituição e Justiça
 - emissão em primeiro lugar (art. 184, § 1º);
 - no 2º turno; solicitação; oportunidade (art. 185, § 2º)
 - requerimento para que seja apreciado pelo Plenário; prazo (art. 185, *caput* e §§ 3º e 4º)
 - sustação do andamento de ação judicial contra Deputado (art. 58, § 1º a 3º)
- da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar; aprovação ou rejeição da sustação do andamento de ação judicial contra Deputado; prazo (art. 58, §§ 4º e 5º)
- da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; emissão em último lugar (art. 184, § 1º)

- de comissões
 - designação de novo relator (art. 138, §§ 3º e 5º)
 - nova redação; retificação; prazo (art. 138, §§ 2º e 4º)
- de competência da Mesa (art. 79, VIII)
- definição (art. 144)
- de redação final (art. 268, § 1º)
 - apreciação independentemente de constar em pauta (art. 268, § 3º)
- de reunião conjunta de comissões (art. 130, § 4º)
 - emissão separadamente (art. 130, § 4º)
- discussão nas comissões; apresentação de emenda; prazos; réplica do relator (art. 137)
 - dispensa de emissão (arts. 103, parágrafo único; 189, § 4º, 232 e 233, I a XI e XIV a XXII)
 - dispensa de publicação prévia; regime de urgência (art. 273, I)
 - emenda a requerimento; dispensa (art. 231, § 2º)
- envio à Mesa (art. 147)
- equiparação à proposição de lei (art. 171, parágrafo único, IV)
- escolha de cargos; art. 62, XXII, da Constituição (art. 146)
- escrito; conclusão; exame preliminar de constitucionalidade, legalidade e juridicidade (art. 145)
- leitura ou dispensa (art. 137)
- Mesa da Assembleia (art. 79, VIII)
 - quanto ao mérito de proposição que importe encargo administrativo para a Assembleia (arts. 79-A e 182, parágrafo único)

- nova redação (art. 138, § 2º)
- oral; admissibilidade (art. 145, § 1º)
- ordem de emissão; emissão individualizada (art. 184)
- pela inconstitucionalidade
 - apreciação do Plenário; procedimentos (art. 185)
 - publicação (art. 185, *caput*, e §§ 2º e 3º)
- perda de prazo pelas comissões; inclusão da proposição em ordem do dia; admissão de parecer oral; designação de relator em Plenário (arts. 140 a 142 e 145, §§ 1º e 2º)
- perda de prazo pelo relator; nova designação; prazo (art. 135, § 4º)
- prazo do relator principal e dos relatores parciais (art. 135, § 3º)
- prazo para discussão nas comissões (art. 137, §§ 2º e 3º)
- prazo para emissão em reunião conjunta (art. 130, § 3º)
- prazo para emissão pela comissão; prorrogação (arts. 134 e 135, §§ 5º e 6º)
- projeto de lei complementar; prazo (arts. 134, I, e 192, *caput*)
- proposição que importe encargo administrativo para a Assembleia (art. 79-A)
- proposta de emenda à Constituição; prazo (arts. 134, I, e 201, II)
- proposta de emenda à Constituição da República; Comissão de Constituição e Justiça (art. 195-C)
- publicação (art. 188, §§ 1º e 3º)
- quanto ao mérito de proposição que importe encargo administrativo para a Assembleia (art. 79-A)

- regime de urgência
 - dispensa de publicação prévia (art. 273, I)
 - redução à metade dos prazos; vista (art. 273, II)
- rejeição; novo relator; prazo (art. 138, § 5º)
- relatores parciais; prazo; prorrogação (art. 135, §§ 2º e 3º)
- retificação de nova redação; prazo (art. 138, § 4º)
- reunião secreta; classificação como sigiloso ou público (art. 40, § 5º)
- sobre emenda; publicação ou distribuição (art. 188, § 3º)
- sobre emenda de 2º turno
 - dispensa de emissão (art. 189, § 4º)
 - obrigatoriedade de emissão (art. 201, III)
 - sobre emenda a requerimento; dispensa de emissão (art. 231, § 2º)
- sobre requerimento
 - inexigibilidade de emissão (arts. 103, parágrafo único, 232 e 233, I a XI e XIV a XXII)
 - obrigatoriedade de emissão (art. 234)
- suspensão de imunidades constitucionais; Comissão de Constituição e Justiça (art. 56, parágrafo único)
- veto a proposição de lei (art. 222)
- vista; solicitação; oportunidade; prazo (art. 136)
- votação (art. 138)
 - nominal (art. 259, parágrafo único)
 - simbólica (art. 259, *caput*)
- voto vencido; parecer rejeitado (art. 138, § 6º)

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

- (*ver* PROJETO DE INICIATIVA POPULAR, AUDIÊN-

CIA PÚBLICA DE COMISSÃO, REPRESENTAÇÕES POPULARES, EVENTOS INSTITUCIONAIS)

PARTIDOS POLÍTICOS

- convenções regionais; cessão do Plenário (art. 314)
- Deputados sem filiação partidária; impedimentos (art. 49)
- desvinculação; perda de direito (art. 48)
- eventos; destinação de espaço físico (art. 314)
- participação proporcional; composição da Mesa; composição das comissões (arts. 8º, § 1º; 71, § 8º, e 98)
- voto; bloco parlamentar; peso correspondente (art. 73, § 2º)

PAUTA DE REUNIÃO DE COMISSÃO

- apreciação de projeto ou de parecer não constante na pauta; impedimento; exceção (arts. 131, § 2º, e 268, § 3º)
- comunicação aos membros da comissão e às Lideranças; prazo (art. 120, parágrafo único)
- ordem; alteração (art. 131, *caput* e § 1º)
- reunião extraordinária; inclusão de matéria nova; intersício (art. 124, § 2º)

PECULIARIDADES DO PROCESSO LEGISLATIVO

- (*ver* REGIME DE URGÊNCIA, PREFERÊNCIA E DESTAQUE, PREJUDICIALIDADE)

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

- convocação de Secretário de Estado; dirigente de entidade da administração indireta ou titular de órgão diretamente subordinado ao Governador; requerimento; deliberação (arts. 100, VII e VIII, e 233, XVI)

- encaminhamento ao Secretário de Estado; dirigente de entidade da administração indireta; Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais; por intermédio da Mesa; requerimento; deliberação (arts. 100, IX, e 233, XII)
- parecer (art. 234)
- prestação de informação falsa ou não prestação por autoridades estaduais; procedimentos; penalidades (art. 307)
- requerimento a autoridades estaduais; deliberação do Plenário por intermédio da Mesa (art. 233, XII)
- suspensão da tramitação; diligências; prazo; exceção (art. 301)

PEDIDO DE VISTA

- em comissão; concessão; prazo; impedimento de renovação (art. 136, *caput* e § 1º)
- em reunião conjunta; concessão (art. 136, § 4º)

PENALIDADES

- (*ver também* MANDATO)
- aplicação em caso de improcedência de acusação (art. 62)
- censura
 - escrita; imposição; casos (art. 60, § 2º)
 - verbal; aplicação; casos (art. 60, § 1º)
 - impedimento temporário do exercício do mandato, aplicação; casos (art. 61, parágrafo único)
- repressão disciplinar (art. 95)
- tipos (art. 59, § 1º)

PERDA DE MANDATO

- (*ver* MANDATO)

PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

- (*ver também* PROJETOS DE LEI DO PLANO PLURIANUAL, DO PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, DO ORÇAMENTO ANUAL E DE CRÉDITO ADICIONAL)
- acompanhamento e avaliação pelas comissões (art. 100, XX)

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL

- (*ver também* PROJETOS DE LEI DO PLANO PLURIANUAL, DO PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, DO ORÇAMENTO ANUAL E DE CRÉDITO ADICIONAL)
- acompanhamento e avaliação pelas comissões (art. 100, XX)
- não arquivamento (art. 180, §1º, II)

PLENÁRIO

- acesso de órgãos de comunicação; informação e divulgação (art. 312)
- assessoramento às Lideranças da Maioria e da Minoria (art. 94, § 2º)
- ausência de secretários (art. 76, § 1º)
- cessão; vedação; exceção (art. 314)
- permanência de assessores parlamentares de blocos e bancadas, da Liderança do Governo e de jornalistas credenciados (art. 94, § 1º)
- posse; em data posterior à da reunião prevista (art. 6º, IV)
- proibição; porte de arma; fumo; conversação; atitudes comprometedoras (arts. 90 e 94)

- quórum de deliberação (art. 252)
- requerimentos sujeitos a deliberação do (arts. 229, II, e 233)
- sustação do andamento de ação judicial contra Deputado; recurso; comunicação da decisão ao tribunal competente da decisão (art. 58, §§ 3º e 8º)

PMDI

- (*ver* PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO)

POLICIAMENTO

- competência privativa da Mesa da Assembleia (art. 89)

POLÍTICAS PÚBLICAS

- acompanhamento e avaliação pelas comissões (art. 100, XX)
- planejamento anual (art. 100, XXI)

PORTE DE ARMA

- proibição (art. 90)

POSSE

- Deputado; reunião preparatória; compromisso; prorrogação do prazo; relação de empossados; publicação (arts. 3º, 6º, 7º e 14)
- dos membros da Mesa da Assembleia para o 1º biênio; reunião preparatória (art. 3º)
- dos membros da Mesa da Assembleia para o 2º biênio; reunião especial (art. 14, V)
- em data posterior à da reunião prevista; recinto do Plenário; exceção (art. 6º, IV)

- Governador e Vice-Governador; reunião solene; convocação de sessão legislativa extraordinária; formalidades; substituto (arts. 13, § 3º, II, 14, VI, e 302 a 304)
- Mesa da Assembleia (arts. 8º, § 3º, e 9º, X e parágrafo único)
 - eleição e posse; reunião preparatória (art. 14)
 - 1º biênio (art. 14, I);
 - 2º biênio (art. 14, V)
- prestação de compromisso durante o recesso (art. 6º, IV)
- reassunção de mandato; dispensa do compromisso de posse (art. 6º, VII)
- suplente de Deputado; dispensa de compromisso de posse em convocação subsequente (art. 6º, VI)

PPAG

- (*ver* PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL)

PRAXES PARLAMENTARES

- aplicação em casos omissos (art. 316)

PRAZO

- adiamento de discussão (art. 247)
- adiamento de votação; solicitação; concessão; exceções (art. 267, *caput* e § 1º)
- alteração do parecer; nova redação (art. 138, § 2º)
- alteração na composição da Assembleia; publicação (art. 7º, § 4º)
- aparte; Grande Expediente (art. 162, § 1º)
- apreciação conclusiva de comissões; devolução ao Plenário (art. 104)

- apresentação de proposição; assunto de interesse geral; comunicação; uso da palavra no Grande Expediente (art. 26, § 1º)
- apresentação de proposição resultante de eventos institucionais (art. 297, II e § 1º)
- arguição de questão de ordem (art. 166)
- ata; leitura; retificação (arts. 22, I, e 24, § 1º)
- Comissão de Redação; emissão de parecer (art. 268, § 1º)
- comissão parlamentar de inquérito
 - conclusão dos trabalhos; prazo; prorrogação; requerimento (arts. 110, § 2º, 112, *caput* e § 2º, e 233, XXI)
 - funcionamento; prorrogação; requerimento; deliberação (art. 233, XXI)
 - indicação dos membros da comissão (art. 112, § 5º)
 - recurso contra decisão de não recebimento de requerimento antirregimental (art. 112, § 3º)
- comissões extraordinárias; funcionamento; conclusão dos trabalhos (arts. 110, § 2º, e 115-A, §§ 2º e 3º)
- comparecimento de autoridades e prestação de informação
 - aplicação de penalidade cabível em caso de recusa ou não atendimento a convocação ou prestação de informação falsa (art. 307)
 - apresentação de justificção em caso de não atendimento à convocação (art. 306, § 1º)
 - encaminhamento de pedido de informação acerca das medidas adotadas pela autoridade competente (art. 307, parágrafo único)
 - infração administrativa de autoridade estadual em caso

- de recusa ou não atendimento de pedido de informação (art. 100, VIII)
- responsabilização em virtude de não atendimento ao pedido de informação pela autoridade competente (art. 307, parágrafo único)
 - comunicação de legenda partidária e do nome parlamentar (art. 4º)
 - comunicação ou pronunciamento; uso da palavra (art. 34, §§ 1º e 3º)
 - Conselheiro do Tribunal de Contas; anúncio da vaga; indicação de candidatos; recomposição de assinaturas (art. 235, I e II e § 3º)
 - contagem dos prazos; prorrogação do começo ou término; continuidade; recesso (arts. 299 e 300)
 - convocação de suplente (art. 63)
 - correspondência; leitura (art. 22, I)
 - declaração de voto (art. 254)
 - designação de novo relator; parecer de comissão (art. 138, §§ 3º e 5º)
 - designação de relator antes de reunião conjunta (art. 135, § 1º)
 - designação dos membros das comissões permanentes; duração da composição (art. 106)
 - devolução ao Plenário de matéria apreciada conclusivamente pelas comissões (art. 104)
 - diligência; não dilação dos prazos; suspensão da tramitação; exceção (arts. 100, XIX, e 301)
 - discussão de projetos de iniciativa popular; prazo do orador (art. 288, § 3º)

- discussão de proposição (art. 246)
- discussão do parecer de redação final (art. 270)
- documento secreto; restrição de acesso (art. 40, §§ 8º e 9º)
- documento sigiloso; restrição de acesso (art. 40, § 6º)
- eleição de Presidente e Vice-Presidente de comissão (art. 118)
- emissão de parecer pelas comissões; prorrogação (arts. 134 e 135, §§ 3º e 5º)
- encaminhamento de votação; matéria destacada (art. 264, *caput*, e § 2º, III)
- encerramento da discussão (art. 248)
- entrega de diploma à Mesa (art. 4º)
- escolha de Líder de bloco parlamentar (art. 71, § 3º)
- explicação pessoal; uso da palavra (art. 33)
- fiscalização do cumprimento; competência (art. 298)
- fixação (art. 299)
- funcionamento das comissões especiais, de inquérito (art. 110, § 2º)
- inclusão de matéria nova na pauta de reunião extraordinária de comissão (art. 124, § 2º)
- inclusão de proposição na ordem do dia; a requerimento (art. 141, parágrafo único)
- inclusão de proposição sem parecer em ordem do dia; relator em Plenário; prazo (art. 145, § 2º)
- inclusão na ordem do dia de projeto em regime de urgência, sem parecer; emissão de parecer no Plenário (art. 211)
- indicação de Líder de bancada (art. 67, § 1º)
- indicação de membros das comissões (art. 116, § 4º)
- indicação de membros para preenchimento de vagas

- remanescentes nas comissões (art. 98, § 4º)
- interstício (*ver* INTERSTÍCIO)
 - licença a Deputado para tratar de interesse particular, prazo máximo (art. 54, IV)
 - lista dos Deputados diplomados; publicação (art. 4º, § 1º)
 - lista dos Deputados empossados; publicação (art. 7º, § 3º)
 - mandato de Deputado; duração (art. 1º)
 - matéria não promulgada; inclusão em ordem do dia; deliberação do Plenário (art. 198)
 - Mesa da Assembleia
 - mandato; duração (art. 77)
 - ocorrência de vaga; nova eleição; exceção (art. 11)
 - registro de candidatura (art. 9º, I)
 - parecer
 - adiamento de discussão e votação em caso de distribuição de avulso (art. 136, § 2º)
 - da Comissão de Constituição e Justiça; em 2º turno (art. 185, § 2º)
 - da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar; aprovação ou rejeição da sustação do andamento de ação judicial contra Deputado (art. 58, §§ 4º e 5º)
 - da Comissão de Redação (art. 268, § 1º)
 - de comissões; nova redação; retificação (art. 138, §§ 2º e 4º)
 - de projeto de lei complementar (arts. 192, *caput*, e 134, I)
 - discussão de parecer; réplica do relator (art. 137, §§ 2º e 3º)

- emissão em Plenário (art. 145, § 2º)
- emissão em reunião conjunta (art. 130, § 3º)
- emissão pelas comissões; prorrogação (arts. 134 e 135, §§ 5º e 6º)
- emissão pelo relator principal e parciais; prorrogação (art. 135, § 3º)
- nova redação; retificação (art. 138, §§ 2º e 4º)
- perda de prazo pelas comissões; inclusão de proposição em ordem do dia (art. 141, parágrafo único)
- perda de prazo pelo relator; novo relator (art. 135, § 4º)
- rejeição; novo relator (art. 138, § 5º)
- relator designado em Plenário (art. 145, § 2º)
- réplica do relator (art. 137, § 3º)
- sobre recurso contra decisão de questão de ordem (art. 167, § 3º)
- pauta de reunião de comissão; ciência aos membros e às Lideranças (art. 120, parágrafo único)
- pedido de informação; reiteração; suspensão de tramitação; exceção (arts. 82, XXX, e 301)
- perda de mandato; processo
 - apresentação de defesa pelo defensor dativo (art. 53, § 1º, III)
 - apresentação de defesa pelo Deputado (art. 53, § 1º, II)
 - instrução probatória e parecer pela Comissão de Constituição e Justiça (art. 53, § 1º, IV)
 - perda de prazo pelas comissões; inclusão de proposição em ordem do dia (art. 141, parágrafo único)
 - permanência na ordem do dia para discussão; limite (art. 244)

- posse dos Deputados; prorrogação (art. 7º, *caput* e § 1º)
- preenchimento de vaga nas comissões (art. 116, §§ 3º, 4º e 5º)
- prestação e tomada de contas
- apresentação de emenda (art. 218, § 1º)
- indicação de providências em caso de não aprovação das contas (art. 219)
- não recebimento; tomada (art. 220)
- parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (art. 218)
- requerimento de informações ao Poder Executivo e ao Tribunal de Contas (art. 217)
- projeto de iniciativa do Governador do Estado em regime de urgência
 - manifestação da Assembleia; inclusão em ordem do dia; contagem do prazo (art. 208, §§ 1º e 2º)
 - parecer em Plenário; emenda; perda de prazo pelas comissões; designação de relator (art. 211)
 - parecer na Comissão de Constituição e Justiça e demais comissões (art. 210)
- projeto de lei complementar; prazo para emissão de parecer (arts. 134, I, e 192, *caput*)
- projetos de lei do Plano Plurianual, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, de Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual e de Crédito Adicional
 - apresentação de emendas (art. 204, § 2º)
 - despacho sobre recebimento de emendas (art. 204, § 3º)
 - apresentação de emenda pelo Governador; parecer (art. 205)

- parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (art. 204, *caput*)
- recurso contra não recebimento de emendas; apresentação; decisão (art. 204, § 4º)
- pronunciamentos; uso da palavra (arts. 34, §§ 1º e 3º, e 38, *caput*)
- proposta de emenda à Constituição
 - interstício entre os turnos (art. 201, IV)
 - prazos para emissão de parecer (arts. 134, I e 201, II)
 - promulgação (art. 202)
- prorrogação de funcionamento de comissão parlamentar de inquérito; requerimento (art. 233, XXI)
- publicação
 - lista dos Deputados diplomados (art. 4º, § 1º)
 - relação dos Deputados empossados (art. 7º, § 3º)
- questão de ordem; arguição (art. 166, *caput*)
- realização de reunião após distribuição de avulso (art. 136, § 2º)
- recesso (arts. 13, I, e 300)
- recurso contra decisão de questão de ordem; parecer (art. 167, §§ 2º e 3º)
- redação final; parecer; emissão; discussão (arts. 268, § 1º, e 270)
- redução à metade; parecer; discussão; vista; diligência; votação (art. 273, II)
- regime de urgência
 - discussão (art. 274)
 - parecer; discussão; vista; diligência; votação (art. 273, II)

- redução à metade dos prazos para emissão de parecer, discussão, vista de parecer, diligência e encaminhamento de votação (art. 273, II)
- regras gerais (arts. 298 a 301)
- relatores parciais; prorrogação (art. 135, § 3º)
- renúncia tácita; ocorrência (art. 7º, § 2º)
- réplica do relator (art. 137, § 3º)
- resolução
 - impugnação (art. 197)
 - inclusão de matéria não promulgada em ordem do dia para deliberação do Plenário (art. 198)
 - promulgação (art. 196)
 - promulgação em caso de não manutenção de matéria impugnada (art. 198, § 2º)
- reunião
 - anúncio da ordem do dia e convocação da reunião seguinte (art. 30)
 - falta de número regimental para abertura; tempo de espera para que o quórum se complete (art. 19, § 2º)
 - ordinária e extraordinária; duração; partes; prorrogação; requerimento de prorrogação (arts. 14, II e IV, 21, §§ 1º e 2º, 22 e 23)
- reunião de comissão; duração; prorrogação (art. 125, *caput*)
- revisão de pronunciamento (art. 155, § 2º)
- sanção ou promulgação; encaminhamento (art. 271)
- sessão legislativa extraordinária (art. 13, II e § 5º)
- sessão legislativa ordinária; funcionamento (art. 13, I e § 1º)

- suspensão de reunião
 - descumprimento do Regimento (art. 152, III)
 - do andamento; votação de requerimento de prorrogação do horário (art. 249, § 3º, II)
 - falta de quórum na votação (art. 249, § 3º, I, e §§ 4º a 6º)
 - término do horário ou da prorrogação (art. 249, § 3º, III)
- suspensão de tramitação; pedido de informação; diligência; exceção (art. 301)
- sustação do andamento de ação judicial contra Deputado
 - decisão sobre prisão em caso de flagrante; remessa dos autos à Assembleia (art. 47, § 3º)
 - inclusão na ordem do dia e designação de relator (art. 58, § 5º)
 - parecer da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar (art. 58, § 4º)
 - parecer preliminar da Comissão de Constituição e Justiça sobre possibilidade de deliberação (art. 58, § 1º)
 - recurso (arts. 58, § 3º e 104)
 - turno de tramitação; interstício (art. 178)
 - uso da palavra por Deputado, partido político ou bloco parlamentar citado em pronunciamento e que ainda não se tenha manifestado (art. 164)
- veto a proposição de lei
 - deliberação da Assembleia (art. 222, § 2º)
 - emissão de parecer (art. 222, *caput*)
 - inclusão em ordem do dia em Plenário (art. 222, § 3º)
 - promulgação de proposição de lei (art. 222, § 5º)
- vista de parecer a membro de comissão (art. 136, § 1º)

- votação
 - adiamento (art. 267, § 1º)
 - encaminhamento (art. 264)
 - encaminhamento de matéria destacada (art. 264, § 2º, III)

REFERÊNCIA E DESTAQUE

- destaque; requerimento do Líder; limite; mínimo garantido por bancada ou bloco parlamentar; oportunidade; iniciativa em reunião de comissão (art. 282)
- emenda de comissão, incorporada a parecer (art. 279, IV)
- emendas; requerimento; normas (art. 279)
- encaminhamento de votação; preferência do Líder; pedido simultâneo da palavra (art. 264, § 2º, I e II)
- encaminhamento de votação de matéria destacada; preferência do autor do destaque (art. 264, § 2º, III)
- matéria em discussão; matéria em votação; preferência (art. 277)
- matéria em prosseguimento de votação (art. 277, parágrafo único)
- matéria não promulgada, com prazo de deliberação da Assembleia esgotado (art. 198, § 1º)
- preferência entre as proposições; alteração; ressalva (arts. 275 a 283)
- projeto de iniciativa do Governador, em regime de urgência, com prazo de manifestação da Assembleia esgotado (art. 208, § 1º)
- proposição
 - com discussão encerrada; preferência para votação (art. 276)

- constante na ordem do dia; alteração na ordem de apreciação; oportunidade de solicitação (art. 281)
- da mesma espécie (art. 278)
- numeração (art. 278-A, II)
- turno (art. 278-A, I)
- requerimento; ordem de apresentação; apresentação simultânea; preferência estabelecida pelo Presidente (art. 280)
- reunião de comissão; destaque; limite; iniciativa (art. 282, § 3º)
- substitutivo de comissão; preferência (art. 279, § 2º)
- veto com prazo de manifestação da Assembleia esgotado (art. 222, § 3º)

PREJUDICIALIDADE

- casos (art. 284, I a VII)
- inaplicabilidade (art. 284, parágrafo único)
- requerimento de adiamento de discussão e votação; casos (art. 247, parágrafo único)

PRESENÇA DE DEPUTADO

- cômputo para efeito de quórum de Deputado impedido de votar e do Presidente (arts. 84, § 1º, e 253)
- falha no painel eletrônico; relação manuscrita; autenticação (art. 18, *caput* e § 2º)
- registro manuscrito (art. 18, *caput*, e § 2º)
- registro pelo painel eletrônico; relação correspondente; autenticação (art. 18, *caput*)
- reunião; registro no recinto do Plenário (art. 18, § 1º)
- reunião de comissão
 - com convidados; quórum de abertura (art. 125, § 3º)

- concomitante à de Plenário (art. 126)
- quórum para realização (art. 125, § 2º)
- reunião conjunta; contagem de presença em dobro; voto em ambas as comissões (art. 130, § 1º)
- reunião de Plenário; quórum para realização (art. 19, § 1º)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

- ausência; impedimento; substituição (art. 85)
- Colégio de Presidentes (art. 121-A)
- competência (art. 82)
- comunicação; falecimento de Deputado ou alta autoridade; encerramento ou não realização da reunião (art. 22, § 2º)
- decisão de questão de ordem; conflito de competência entre as comissões; audiência do Colégio de Presidentes (art. 167, § 5º)
- declaração de instalação da legislatura (art. 12)
- deixar de receber requerimento de audiência de comissão; casos (art. 82, XXIII)
- designação dos membros das comissões (arts. 29 e 97)
- despacho de requerimento (arts. 229, I, e 232)
- direção dos trabalhos institucionais e responsabilidade por sua ordem (art. 81)
- discussão; faculdade de participação (art. 84, *caput*)
- distribuição de proposição às comissões (art. 181)
- eleição (arts. 8º a 11)
- fiscal da ordem; competência (art. 83)
- impedimento para presidir reunião; apreciação de matéria de seu interesse pessoal ou de sua autoria (art. 46, § 1º)
- licença a Deputado; concessão (art. 54, § 1º)

- não recebimento de requerimento de audiência de comissão; casos (art. 82, XXIII)
- não submissão a votação em Plenário de proposição de autoria de Deputado ausente no momento da votação (art. 82, XXXVII)
- órgão representativo (art. 81)
- participação em discussão e votação; composição de quórum (art. 84, *caput* e § 1º)
- posse do Governador e do Vice-Governador; designação de comissão; assento à mesa; declaração de posse (arts. 302 e 303)
- prazos; fiscalização (art. 298)
- substituição do Governador (art. 82, XXXIV)
- substitutos (arts. 85 e 88)
- votação; empate; cômputo de presença para efeito de quórum (art. 84, § 1º)
- vaga; eleição; caso de preenchimento pelo sucessor regimental (art. 11)

PRESIDENTE DE COMISSÃO

- atuação como relator; exercício da função (art. 121)
- ciência das pautas (art. 120, parágrafo único)
- competência (art. 120)
- deferimento de pedido de distribuição de avulsos (art. 120, XXX)
- designação de relator (art. 120, V)
- designação de substitutos de membros de comissões (art. 120, XXIX)
- despacho de requerimento (arts. 229, I e 232)

- distribuição de proposição aos relatores (art. 135, *caput*)
- eleição; prazo (art. 118)
- competência para fiscalizar prazos (art. 298)
- impedimento para presidir reunião; apreciação de matéria de seu interesse pessoal ou de sua autoria (art. 46, §§ 1º e 2º)
- participação no Colégio de Presidentes (art. 121-A, *caput*)
 - de comissão temporária; direito a voz (art. 121-A, § 2º)
- reunião conjunta
 - com a participação da Mesa da Assembleia (art. 129, § 2º)
 - Deputado mais idoso; substituição (art. 129, *caput* e § 1º)
 - substitutos (art. 119)
 - voto de qualidade (art. 129, §§3º e 4º)
- votação
 - direito a voto; em reunião conjunta (arts. 121 e 129, § 3º)
 - empate; voto de qualidade (art. 121, parágrafo único)

PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS

- apresentação de emenda; prazo (art. 218, § 1º)
- contas do Tribunal de Contas; procedimentos (art. 221)
- não arquivamento (art. 180, § 1º, VI)
- não recebimento pela Assembleia; prazo; art. 62, XIX da Constituição; tomada de contas (art. 220)
- parecer
 - Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; prazo; conclusão por projeto de resolução (art. 218, *caput*)
 - sobre emendas; inclusão em ordem do dia; discussão e votação em turno único (art. 218, § 2º)

- projeto pela aprovação de parte das contas e rejeição das demais; votação por partes (art. 218, § 4º)
- recebimento do processo; publicação do balanço geral das contas e dos documentos; prazo (art. 216)
- rejeição do projeto; deliberação contrária ao seu teor (art. 218, § 6º)
- rejeição total ou parcial das contas; indicação de providências pela Comissão de Constituição e Justiça (art. 219)
- requerimento de informações ao Poder Executivo e ao Tribunal de Contas; prazo (art. 217)
- tramitação; turno único; normas relativas ao projeto de lei ordinária (art. 218, §§ 2º e 3º)

PROCEDIMENTO ESPECIAL

- (*ver* PROJETOS DE LEI DO PLANO PLURIANUAL, DO PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, DO ORÇAMENTO ANUAL E DE CRÉDITO ADICIONAL, PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO)

PROCESSO LEGISLATIVO

- (*ver* EMENDA, MENSAGEM, PARECER, PROJETO, PROJETO DE INICIATIVA POPULAR, PROPOSIÇÃO, PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, RECURSO, REQUERIMENTO, SUBSTITUTIVO, VETO A PROPOSIÇÃO DE LEI)

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

- crime de responsabilidade; processo; legislação especial (art. 311, parágrafo único)

PROJETO

- (*ver também* PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR, PROJETO DE LEI ORDINÁRIA, PROJETO DE INICIATIVA POPULAR, PROJETO DE RESOLUÇÃO, PROPOSIÇÃO, PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, TURNO DE TRAMITAÇÃO)
- anexação; parecer (art. 173, §§ 2º e 3º)
- aplicação do Regimento Interno da Câmara nos casos omissos (art. 316)
- arquivamento; casos; exceção (art. 180)
- aumento de despesa; inadmissibilidade; exceção (art. 187)
- de iniciativa coletiva
 - exercício das atribuições ou prerrogativas regimentais; exceção (art. 186, § 2º)
- de lei orgânica; estatutária ou equivalente a código; tramitação; urgência; inadmissibilidade (arts. 193, 209 e 272, § 3º)
- iniciativa; competência (art. 186, I a VII e § 1º)
- rejeição; parecer contrário das comissões; recurso; ressalva (art. 191)
- rejeitado; reapresentação na mesma sessão legislativa; condições (art. 186, § 3º)

PROJETO DE INICIATIVA DO GOVERNADOR COM SOLICITAÇÃO DE URGÊNCIA

- distribuição a mais de uma comissão; reunião conjunta; prazo para parecer da Comissão de Constituição e Justiça e demais comissões; esgotamento do prazo; inclusão em ordem do dia; designação de relator (arts. 210 e 211)
- manifestação da Assembleia; prazo; inclusão em ordem do dia; turno; sobrestamento (art. 208, § 1º)

- prazo; contagem (art. 208, § 2º)
- tramitação quando esgotado o prazo de apreciação pela Assembleia (art. 208, § 1º)
- urgência; solicitação do Governador; vedação (arts. 208, *caput*, e 209)

PROJETO DE INICIATIVA POPULAR

- discussão pelo primeiro signatário ou por pessoa indicada; prazo (art. 288, § 3º)
- iniciativa popular; vedação; subscrição mínima de eleitores; condições; adequação às exigências regimentais (art. 288 e 289)
- não arquivamento (art. 180, § 1º, III)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

- aprovação; tramitação; prazo para emissão de parecer (art. 192, *caput*)
- classificação como proposição (art. 171, II, “a”)
- matérias que devem ser objeto de lei complementar (art. 192, parágrafo único)
- parecer; prazo (arts. 192, *caput*, e 134, I)
- projetos de lei orgânica, estatutária ou equivalente a código; tramitação; quórum; urgência; inadmissibilidade (arts. 209 e 272, § 3º)

PROJETO DE LEI DELEGADA

- (*ver* DELEGAÇÃO LEGISLATIVA)

PROJETO DE LEI ESTATUTÁRIA

- (*ver* LEI ESTATUTÁRIA)

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

- (*ver também* EMENDA, PARECER, PROJETO, PROMULGAÇÃO, PROPOSIÇÃO, SANÇÃO)
- aquisição onerosa ou alienação de bem imóvel pelo Estado; suspensão de tramitação; exceção (art. 301, II e § 3º)
- aumento de despesa; inadmissibilidade; exceção (art. 187)
- classificação como proposição (art. 171, II, “b”)
- distribuição (*ver* PROPOSIÇÃO)
- emendas; oportunidade; publicação; recebimento antecipado; emissão e publicação de parecer; redação do vencido; não admissibilidade no 2º turno; matéria nova no 2º turno; acordo de Lideranças; dispensa de parecer no 2º turno; ressalva (arts. 188, §§ 2º e 4º, e 189, §§ 1º a 4º)
- inclusão na ordem do dia; pré-requisitos (art. 188, § 3º)
- Mesa da Assembleia; fixação de remuneração do Deputado, do Governador, do Vice-Governador, de Secretário de Estado e dos servidores da Assembleia (art. 79, XVII)
- parecer
 - contrário das comissões; rejeição do projeto; recurso; inaplicabilidade (art. 191)
 - emissão; prazo; publicação; sobre emendas; publicação ou distribuição; para o 2º turno; redação do vencido (arts. 134, 188 e 189)
- projeto de lei orgânica, estatutária ou equivalente a código; tramitação; quórum (art. 193)
- projeto de lei sobre utilidade pública e denominação de próprio público; formalidades; deliberação conclusiva das comissões; suspensão de tramitação; pedido de informação (arts. 103, I, “a” e “b”, 173, § 5º, e 301, § 1º, I)

- recebimento; publicação; distribuição (art. 188, *caput*)
- regime de urgência (arts. 272 a 274)
- remessa à Comissão de Redação (art. 189, § 5º)
- tramitação suspensa; diligência (art. 301)
- turno de tramitação; exceções (*ver* TURNO DE TRAMITAÇÃO)

PROJETO DE LEI ORGÂNICA

- regime de urgência; vedação (art. 272, § 3º)

PROJETO DE RESOLUÇÃO

- apresentação de proposta de emenda à Constituição da República; aprovação; vedação; tramitação (art. 195-C)
- classificação como proposição (art. 171, II, “d”)
- competência privativa da Mesa da Assembleia (art. 79, VII)
- eficácia de lei ordinária (art. 199)
- finalidade (art. 194)
- impugnação não mantida; promulgação; prazo (art. 198, § 2º)
- impugnação pelo Presidente da Assembleia; prazo; reexame do Plenário (art. 197)
- matéria não promulgada; inclusão em ordem do dia; prazo; sobrestamento (art. 198, *caput*, e § 1º)
- mensagem do Governador; concessão de suas licenças; tramitação (art. 195-B)
- promulgação; competência; prazo; assinatura (art. 196)
- sustação do andamento de ação judicial contra Deputado; tramitação; publicação; apreciação (art. 58, §§ 4º, 6º, 7º e 9º)
- tramitação

- aplicação das disposições relativas aos projetos de lei ordinária (art. 195)
- de processos referentes à alienação ou concessão de terras devolutas rurais (art. 195-A)
- em turno único (art. 195, parágrafo único)

PROJETOS DE LEI DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE DEPUTADO, DO GOVERNADOR, DO VICE- -GOVERNADOR, DE SECRETÁRIO DE ESTADO E DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA

- remuneração de Deputado, do Governador, do Vice-Governador, de Secretário de Estado e dos servidores da Secretaria da Assembleia; projeto de lei de iniciativa privativa da Mesa da Assembleia (art. 79, XVII)

PROJETOS DE LEI DO PLANO PLURIANUAL, DO PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, DO ORÇAMENTO ANUAL E DE CRÉDITO ADICIONAL

- apresentação de emenda pelo Governador do Estado; oportunidade; parecer sobre alteração; prazo (art. 205)
- discussão e votação; Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; participação das demais comissões; proporcionalidade partidária; turno único (art. 204, §§ 1º e 6º)
- distribuição à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; parecer; emendas; participação de dois membros de demais comissões; prazos (art. 204, *caput*, e §§ 1º e 2º)
- emendas
 - não recebimento; recurso; decisão de recurso (art. 204, § 4º)

- ao projeto de Lei do Orçamento Anual; aprovação (art. 206)
- prazo de apresentação; despacho; prazo para despacho; publicação; não recebimento; recurso (art. 204, §§ 2º a 4º)
- interrupção ou encerramento da sessão legislativa ordinária; vedação (art. 13, § 2º)
- não arquivamento (art. 180, § 1º, II)
- parecer; prazo (art. 204, *caput*)
- publicação (art. 204, *caput*)
- turno único de tramitação (art. 204, § 6º)
- urgência; inadmissibilidade (arts. 209 e 272, § 3º)

PROMULGAÇÃO

- competência do Presidente da Assembleia (art. 82, XXIX, “a”, “b”, e “c”)
- emenda à Constituição; prazo (art. 202)
- impugnação não mantida; prazo (art. 198, § 2º)
- resolução legislativa; prazo (art. 196)
- veto rejeitado; prazo (art. 222, § 5º)

PRONUNCIAMENTOS

- (*ver* DEBATES E PRONUNCIAMENTOS)

PROPOSIÇÃO

- (*ver também* EMENDA, PARECER, PROJETO, PROMULGAÇÃO, SANÇÃO, TURNO DE TRAMITAÇÃO)
- ação legislativa; proposta; apresentação; tramitação; anexação (arts. 288, § 3º, e 289)
- acessória; processo de votação (art. 262)
- alienação ou concessão de terras devolutas rurais; trami-

- tação suspensa; prazo (art. 301, § 2º)
- anexação (art. 173, § 2º)
 - à proposição de autoria da Comissão de Participação Popular (art. 289, § 3º)
 - exceção (arts. 173, § 2º, e 232, XIII)
 - parecer; exame das proposições anexadas (art. 173, § 3º)
 - apreciação conclusiva das comissões (art. 103)
 - apresentação; prazo (arts. 26, § 1º, e 156, I)
 - arquivamento
 - casos; exceções (art. 180, *caput*, I a V e §§ 1º e 2º)
 - retirada pelo autor (art. 180, V)
 - audiência de comissão; renovação; vedação (art. 183)
 - autos suplementares (art. 179)
 - declaração de utilidade pública; formalidades (art. 173, § 5º)
 - definição (art. 170)
 - desarquivamento; competência para solicitar; retomada de tramitação; autoria (art. 180-A)
 - desistência de apresentação; ressalva (art. 174, § 2º)
 - devolução ao Plenário; requerimento; prazo; tramitação (art. 104)
 - diligência (art. 301)
 - discussão; inscrição prévia (arts. 156, I, e 157, II)
 - dispositivo; conceito (art. 172)
 - distribuição à Mesa da Assembleia (art. 182, parágrafo único)
 - distribuição às comissões
 - competência; formalização; exame preliminar e de mérito; limite; exceção (arts. 181 e 182)

- no 2º turno; procedimento (art. 184, § 2º)
- distribuição ao relator; competência (art. 135)
- encaminhamento de votação (art. 156, II)
 - prazo (art. 264)
- encaminhamento extemporâneo à Mesa; exceção (art. 175)
- esgotamento do prazo das comissões; inclusão na ordem do dia (art. 141)
- idêntica ou semelhante; vedação de recebimento; anexação à primeira; exceção (art. 173, III e § 2º)
- inclusão de mais de uma matéria; desmembramento (art. 173, § 6º)
- inconstitucional; não recebimento; arquivamento; recurso (arts. 83, II, 173, § 1º, e 180, *caput*, II)
- indicação para cargos; equiparação (art. 171, parágrafo único, VII)
- informação técnica; elaboração a requerimento (art. 150)
- iniciativa (art. 186)
- iniciativa popular (*ver* PROJETO DE INICIATIVA POPULAR)
- instrução com texto de lei; estudos; pareceres; decisões; despachos (art. 173, § 4º)
- não arquivamento; casos; exceção (art. 180, § 1º)
- não lida; encaminhamento à Mesa (art. 26, § 2º)
- não submissão a votação em Plenário de proposição de autoria de Deputado ausente no momento da votação (art. 82, XXXVII)
- parecer
 - contrário de todas as comissões; rejeição da proposição;

- ressalva (art. 191)
- exame de mérito no 1º e 2º turnos; limite; exceção (arts. 182 e 184, § 2º)
 - exame pela Comissão de Constituição e Justiça no 1º e 2º turnos; limite; prazo (arts. 182, *caput* e I, e 185, § 2º)
 - ordem de emissão (art. 184)
 - pedido de vista em comissão; prazo; vedação; distribuição de avulso; reunião conjunta (art. 136)
 - pela inconstitucionalidade; arquivamento da proposição; apreciação pelo Plenário a requerimento (art. 185)
 - prazo para emissão (art. 134)
 - perda de objeto; arquivamento (art. 180, *caput*, IV)
 - preferência; ordem regimental; alteração (art. 275)
 - prejudicada; arquivamento (art. 180, *caput*, III)
 - processo suplementar; utilização (art. 142)
 - processos referentes à alienação ou concessão de terras devolutas rurais; tramitação (art. 195-A)
 - proposta de ação legislativa; equiparação (art. 171, parágrafo único, VIII)
 - providências; perda de prazo pelas comissões (arts. 140 a 142)
 - que importe encargo administrativo para a Assembleia; distribuição à Mesa da Assembleia (art. 182, parágrafo único)
 - recebimento; requisitos; oportunidade; encaminhamento extemporâneo (arts. 26, 173 e 175)
 - recurso de decisão de não recebimento de proposição por inconstitucionalidade (art. 173, § 1º)
 - regime de urgência (arts. 272 a 274)

- registro de entrega; finalidade; desistência de apresentação (art. 174)
- rejeitada; parecer contrário de todas as comissões; arquivamento (art. 180, *caput*, III e art. 191)
- resultante de eventos institucionais; tramitação (art. 297)
- retenção por membro de comissão; perda de prazo pelas comissões (art. 142)
- retirada de tramitação pelo autor; arquivamento (art. 180, *caput* e V)
- solicitação de audiência; renovação; vedação; exceção (art. 183)
- tipos; inclusão por extensão do conceito (art. 171)
- turnos de tramitação; composição; exceção; interstício (arts. 176 a 178)
- tramitação da proposição desarquivada (art. 180-A, *caput* e parágrafo único)
- tramitação da proposição não arquivada ao final da legislatura (art. 180, §§ 3º a 5º)
- tramitação das proposições recebidas em data anterior à da vigência deste regimento; normas (art. 318)
- tramitação em comissão; informações a membro de comissão e Líderes (art. 143)
- votação
 - numeração inferior; preferência (art. 278-A, II)
 - turno único; preferência (art. 278-A, I)

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA

- (*ver também* PROJETO DE INICIATIVA POPULAR, AUDIÊNCIA PÚBLICA DE COMISSÃO, EVENTOS INSTITUCIONAIS)

- apresentação; tramitação; anexação (arts. 288, § 3º, e 289)
- equiparação à proposição (art. 171, parágrafo único, VIII)
- não arquivamento (art. 180, IV)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

- aprovação; quórum (art. 201, *caput*)
- classificação como proposição (art. 171, I)
- da República; aprovação da apresentação de proposta pela Mesa da Assembleia (art. 79, VII, “k”)
- emendas; subscrição (art. 201, parágrafo único)
- exame preliminar pela Comissão de Constituição e Justiça (art. 201, I)
- impedimentos regimentais; aplicação somente ao primeiro signatário (art. 46, §§ 1º e 2º)
- iniciativa; impedimento (art. 200)
- parecer; competência para emissão; prazo; obrigatoriedade sobre emenda de 2º turno (arts. 111, I, 134, I, c/c 201, I a III)
- prazo para emissão de parecer (art. 201, II)
- promulgação; competência; prazo; publicação; anexação ao Texto Constitucional (art. 202)
- rejeitada ou prejudicada; impedimento de reapresentação da matéria (art. 203)
- tramitação; normas do projeto de lei ordinária; ressalvas; prazo; parecer sobre emenda de 2º turno; interstício (art. 201)

PROVIDÊNCIAS A ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

- requerimento; inexigibilidade de parecer

(art. 103, III, “a”, e parágrafo único)

PUBLICAÇÃO

- alteração na composição da Assembleia (art. 7º, § 4º)
- ata
 - de reunião secreta; deliberação do Plenário (art. 40, § 5º)
 - de reuniões de comissão; envio; competência (art. 120, XXII)
 - dos trabalhos da reunião pública de Plenário; em minúcias (art. 41, I)
 - resumida de reunião de comissão (art. 132, *caput*)
- comissões; composição, dia e hora de reuniões (art. 109)
- composição da Assembleia; alteração (arts. 1º e 7º, § 4º)
- convocação de reunião
 - conjunta (art. 128, parágrafo único)
 - extraordinária (art. 15)
 - extraordinária de comissão; formalidade e dispensa (art. 124, *caput* e § 1º)
 - extraordinária ou de visita; dispensa (art. 124, *caput* e § 1º)
- convocação de sessão legislativa extraordinária (art. 13, § 5º)
- convocação de visita de comissão (art. 124, *caput*)
- correspondência (art. 19, § 4º)
 - oficial; publicidade (art. 25, parágrafo único)
 - recebida em caso de não haver reunião (art. 19, § 4º)
 - recebida em reunião de Plenário (art. 25, parágrafo único)
 - recebida em reunião que não comporta sua leitura (art. 19, § 5º)

- de relatório anual de audiência de comissão (art. 291, § 2º)
- decisão das comissões sobre proposição apreciada conclusivamente (art. 104, *caput*)
- demonstrativo das despesas orçamentárias; competência; publicação mensal (art. 79, XIV)
- determinação; competência (art. 82, XVIII)
- dispensa da prévia publicação de pareceres e proposições acessórias, em caso de tramitação sob regime de urgência (art. 273, I)
- documentos apresentados durante discurso; vedação; exceção; ata de reunião pública de Plenário (art. 41, § 3º)
- documentos oficiais e não oficiais; ata de reunião pública de Plenário (art. 41, §§ 1º e 2º)
- errata; correção de publicação; ata de reunião pública de Plenário (art. 41, § 5º)
- expressões vedadas; violação a direito constitucional ou a norma regimental; publicação não permitida; competência (arts. 83, VII, e 155, § 1º)
- índice remissivo de questões de ordem; publicação anual (art. 169)
- lista dos Deputados diplomados; prazo (art. 4º, § 1º)
- lista dos Deputados empossados; prazo (art. 7º, § 3º)
- não permissão (arts. 83, VII, e 155, § 1º)
- parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade de proposição (art. 185, *caput*)
- prestação e tomada de contas; publicação do balanço geral das contas, dos documentos e do parecer do Tribunal de Contas (arts. 216 e 217)

- projeto de lei; parecer e emendas (art. 188, *caput* e §§ 1º a 3º)
- projeto de resolução; sustação do andamento de ação judicial contra Deputado (art. 58, § 6º)
- projetos de Lei do Plano Plurianual, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, de Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual e de Crédito Adicional (art. 204, *caput*)
- pronunciamentos; publicação e republicação não permitidas; competência (arts. 83, VII, e 155, § 1º)
- questão de ordem; decisões de caráter normativo; índice remissivo (art. 169)
- razões do voto; ata de reunião pública de Plenário (art. 41, § 4º)
- recebimento diário pelo deputado das publicações no *Diário do Legislativo* (art. 46, VIII)
- relação dos Deputados diplomados e empossados (arts. 4º, § 1º, e 7º, § 3º)
- relatório circunstanciado da CPI (art. 114)
- relatório de visita pelas comissões (art. 297-B)
- renúncia escrita ao mandato; leitura em Plenário ou publicação (art. 51)
- resumo do demonstrativo das despesas orçamentárias executadas; Mesa da Assembleia (art. 79, XIV)
- reunião extraordinária; convocação; edital; divulgação em reunião (art. 15)
- semanal da relação das comissões permanentes (art. 109)
- sessão legislativa extraordinária; instalação; edital de convocação (art. 13, § 5º)

- vaga
 - de mandato (art. 51)
 - no Tribunal de Contas; anúncio (art. 235, I)
 - ocorrência durante o recesso (art. 50, parágrafo único)
 - ocorrência na Assembleia (art. 50, parágrafo único)

Q

QUESTÃO DE ORDEM

- arguição; prazo; oportunidade; indicação do preceito regimental; impedimento (art. 166)
- Colégio de Presidentes; conflito de competência entre as comissões (art. 167, § 5º)
- competência para decisão (art. 167, *caput*)
- cômputo no tempo do orador (art. 163)
- conceito (art. 165)
- decisão relacionada com a Constituição; recurso ao Plenário; prazo; tramitação (art. 167, §§ 1º a 4º)
- decisões de caráter normativo; registro em livro próprio; publicação anual (art. 169)
- direito à palavra (art. 156, III)
- formulada em comissão; solução pelo Presidente de comissão; recurso ao Plenário (art. 168)
- formulada em Plenário; solução definitiva e tempestiva pelo Presidente (art. 167, *caput*)
- inadmissibilidade de aparte (art. 162, § 2º, VII)
- Presidente da Assembleia; conflito de competência entre as comissões (art. 167, § 5º)
- registro e publicação das decisões de caráter normativo (art. 169)

QUÓRUM

- abertura de reunião da Assembleia
 - especiais e solenes (art. 19, § 6º)
 - ordinária e extraordinária (art. 19, § 1º)
 - preparatória (art. 19, § 6º)
- abertura de reunião de comissão
 - conjunta; presença em dobro (art. 130, *caput* e § 1º)
 - exceção (art. 125, § 4º)
 - ordinária e extraordinária (art. 125, § 2º)
 - reunião com convidados (art. 125, § 3º)
- Colégio de Presidentes (art. 121-A, § 3º)
- cômputo de presença para efeito de quórum (arts. 84, § 1º, 126 e 253)
- de aprovação de projeto
 - de que trata o § 15 do art. 14 da Constituição (art. 188, § 5º)
 - de que trata o inciso III do art. 161 da Constituição (art. 188, § 6º)
- determinação; cálculo (art. 251)
- eleição da Mesa da Assembleia (art. 19, § 6º)
- inexistência para realização de reunião (arts. 19, § 3º, e 44)
- inexistência para votação; interrupção da votação; suspensão da reunião; chamada para recomposição de quórum (art. 249, § 3º, I, e §§ 4º a 6º)
- quórum de deliberação
 - de comissões (art. 130, *caput*, e 133)
 - de reunião conjunta de comissão (art. 130, *caput*)
 - do Plenário (art. 252)

- quórum especial
 - da maioria do Colégio de Líderes
 - convocação de reunião especial destinada à comemoração ou homenagem (arts. 14, V, e § 1º, e 73, § 3º)
 - da maioria dos membros da Assembleia
 - aprovação de projeto de lei complementar (art. 192, *caput*)
 - aprovação de projeto de que trata o inciso III do art. 161 da Constituição (art. 188, § 6º)
 - eleição do Presidente (art. 9º, VI)
 - manutenção ou não de prisão (art. 47, § 3º)
 - perda de mandato (art. 53, § 1º)
 - prisão em caso de flagrante de crime inafiançável (art. 47, § 3º)
 - realização de reunião da Assembleia em outra cidade do Estado (art. 2º, parágrafo único)
 - rejeição de veto (art. 222, § 2º)
 - sustação do andamento de ação judicial contra Deputado (arts. 47, § 4º, e 58, § 7º)
 - da maioria dos membros das representações integrantes de bloco parlamentar
 - constituição de bloco parlamentar (art. 71, *caput*)
 - escolha de Líder de bloco parlamentar (art. 71, § 3º)
 - da maioria simples dos membros de comissão ou da Assembleia
 - eleição do Presidente da Assembleia, em segundo escrutínio (art. 9º, VII)
 - em comissão (art. 133)

- em Plenário (art. 252)
- em reunião conjunta de comissão (art. 130)
- escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas, em caso de mais de dois candidatos (art. 239, § 1º)
- impedimento temporário do exercício do mandato (art. 61, parágrafo único)
- de 2/3 do Colégio de Líderes
 - tramitação, além do limite, de proposição em regime de urgência (art. 272, § 2º)
- de 2/3 dos membros da Assembleia
 - suspensão de imunidades constitucionais (art. 56, *caput*)
- de 3/5 dos membros da Assembleia
 - aprovação de projeto de que trata o § 15 do art. 14 da Constituição (art. 188, § 5º)
 - aprovação de proposta de emenda à Constituição (art. 201, *caput*)
- reunião especial (art. 19, § 6º)
- reunião preparatória (art. 19, § 6º)
- reunião solene (art. 19, § 6º)
- urgência; inadmissibilidade (arts. 209 e 272, § 3º)
- vedação de regime de urgência (art. 272, § 3º)
- recomposição (art. 249, § 6º)
- verificação; procedimentos (art. 257)

R

RECLAMAÇÃO POPULAR

- (*ver* REPRESENTAÇÕES POPULARES)

RECURSO

- ao Plenário; sustação do andamento de ação judicial contra Deputado (art. 58, § 3º)
- comunicação sobre fluência do prazo para interposição de recurso; competência (art. 82, XI)
- contra decisão acerca de matéria relativa aos direitos e deveres dos servidores; competência (art. 79, V)
- contra decisão de não recebimento de proposição por inconstitucionalidade; procedimentos (art. 173, § 1º)
- contra decisão de não recebimento de requerimento antirregimental na comissão parlamentar de inquérito; prazos (art. 112, § 3º)
- contra decisão do Presidente da Assembleia ou de comissão sobre questão de ordem relacionada com a Constituição; requisitos; prazos; parecer; inclusão em ordem do dia (arts. 167, §§ 1º a 3º, e 168)
- contra despacho de não recebimento de emendas a projeto de Lei do Plano Plurianual, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, de Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual e de Crédito Adicional; prazos (art. 204, § 4º)
- contra projeto rejeitado em virtude de recebimento de pareceres contrários (art. 191)
- contra resultado de apreciação conclusiva pelas comissões (art. 104)
- equiparação a proposição (art. 171, parágrafo único, III)
- parecer; prazo (art. 134, III)

REDAÇÃO FINAL

- aprovação; sanção; prazo; promulgação; ressalva (art. 271)

- Comissão de Redação; parecer; prazo; técnica legislativa (art. 268, § 1º)
- discussão; limitação; prazo; participação (art. 270)
- discussão e votação; Plenário; comissão (art. 268, § 2º)
- emenda; finalidade (art. 269)
- parecer
 - apreciação (art. 268, § 3º)
 - sobre emenda; possibilidade de ser oral (art. 145, § 1º)
- proposta de Emenda à Constituição e projeto (art. 268)

REELEIÇÃO DOS MEMBROS DA MESA

- (*ver* MESA DA ASSEMBLEIA – mandato; recondução)

REGIME DE URGÊNCIA

- (*ver também* PROJETO DE INICIATIVA DO GOVERNADOR COM SOLICITAÇÃO DE URGÊNCIA)
- discussão; prazo; vedação de adiamento de discussão (arts. 247 e 274)
- exceções; vedação (art. 272, § 3º)
- exigências regimentais; dispensa de prévia publicação de parecer e proposição acessória (art. 273, *caput*, I)
- finalidade; solicitação do Governador; requerimento (art. 272, I e II)
- inadmissibilidade (arts. 209 e 272, § 3º)
- limite de tramitação simultânea; admissão além do limite; ressalva (art. 272, §§ 1º a 3º)
- projeto de lei orgânica; vedação (art. 272, § 3º)
- redução à metade dos prazos para emissão de parecer; discussão; vista de parecer; diligência; encaminhamento de votação (art. 273, II)

REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA

- dúvidas sobre interpretação; questão de ordem (art. 165)
- iniciativa de projeto de resolução; alterações; competência (art. 79, VII, “a”)
- parecer sobre o projeto de resolução; competência privativa da Mesa da Assembleia (art. 79, VIII, “a”)

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

- normas; aplicação nos casos omissos no processo legislativo estadual (art. 316)

REGULAMENTO GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

- interpretação; competência privativa da Mesa da Assembleia (art. 79, V)
- projeto de resolução; iniciativa da Mesa da Assembleia (art. 79, VII, “d”)

RELATOR

- (*ver também* COMISSÕES, PARECER, PRAZO, RELATÓRIO FINAL)
- de comissões extraordinárias; impedimento a membro da Mesa da Assembleia (art. 78)
- designação
 - antes da reunião (art. 135, § 1º)
 - em comissão (art. 120, V)
 - em Plenário, no caso de perda de prazo nas comissões; para projeto de iniciativa do Governador com solicitação de urgência (arts. 145, § 2º, e 211)
 - em reunião conjunta; Presidente de cada comissão; exceção (art. 130, § 2º)

- discussão de parecer; uso da palavra; prazo; réplica (art. 137, §§ 2º e 3º)
- novo relator; perda do prazo pelo relator; novo prazo (art. 135, § 4º)
- parecer de comissões; designação de novo relator (art. 138, §§ 3º e 5º)
- prazo; prorrogação (art. 135, § 5º)
- Presidente de comissão; função de relator (art. 121, *caput*)
- primeiro signatário de proposta de emenda à Constituição; impedimento (art. 46, § 2º)
- primeiro signatário de requerimento de constituição de comissão de inquérito; impedimento (art. 112, § 6º)
- relatores parciais; matéria complexa; prazo (art. 135, §§ 2º e 3º)
- relatório
 - anual de audiência pública de comissão; designação; prazo; publicação (art. 291, § 2º)
 - de visita de comissão; designação (art. 297-A, § 2º)
- sustação do andamento de ação judicial contra Deputado; designação (art. 58, § 5º)

RELATÓRIO

- anual de audiência pública de comissão (art. 291, § 2º)
- audiência pública de comissão (art. 291, § 2º)
- comissões extraordinárias (art. 115-A, § 5º)
- de atividades; comissões (art. 100, XXII)
- de visita de comissão; designação de relator; prazo, leitura; retificação; publicação (arts. 297-A e 297-B)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ASSEMBLEIA

- conhecimento ao Plenário; última semana da sessão legislativa ordinária; competência da Mesa da Assembleia (art. 79, III)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO

- encaminhamento à Mesa da Assembleia; final da sessão legislativa ordinária; competência (art. 120, XXIV)

RELATÓRIO FINAL

- comissão extraordinária; apresentação; revisão pelo Plenário (art. 115-A, § 5º)
- comissão parlamentar de inquérito; publicação; providências; encaminhamento (art. 114)
- representação popular (art. 290, parágrafo único)

REMUNERAÇÃO DE DEPUTADO

- aplicação das regras da Constituição da República; casos (art. 47, § 8º)
- fixação; projeto de lei de iniciativa privativa da Mesa da Assembleia (art. 79, XVII, “a”)
- incapacidade civil absoluta; suspensão do exercício do mandato; manutenção da remuneração (art. 53, § 3º)
- opção pela remuneração do mandato; afastamento do exercício do mandato (art. 55, § 1º)
- pagamento de remuneração; requisitos (art. 65)

RENÚNCIA

- casos (art. 52)
- Deputado; formalização (art. 51)
- escrita de mandato; publicação (art. 51)

- membro de comissão; formalização (art. 116, § 1º)
- tácita (art. 7º, § 2º)

REPRESENTAÇÕES POPULARES

- contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública; formalidades; relatório (art. 290)
- equiparação a proposição (art. 171, parágrafo único, V)

REPÚDIO OU PROTESTO

- requerimento; deliberação conclusiva das comissões (art. 103, III, “d”)

REQUERIMENTO

- apresentação de emendas; oportunidade; inexigibilidade de emissão de parecer (art. 231, §§ 1º e 2º)
- audiência de comissão; não recebimento pelo Presidente da Assembleia; casos (art. 82, XXIII)
- audiência de convidados; realização (art. 125-A)
- audiência pública; realização (art. 125-A)
- constituição de comissão parlamentar de inquérito; não recebimento; recurso; prazo (art. 112, § 3º)
- de bancada; destaque para votação (art. 282, § 1º)
- de bloco parlamentar; destaque para votação (art. 282, § 1º)
- de constituição de comissão extraordinária (art. 233, XIV)
- de visita; deliberação pela comissão (art. 297-A)
- deliberação conclusiva de comissão; proposições; tramitação (art. 103, III e parágrafo único)
- deliberação do Plenário ou de comissão (arts. 229, II, e 233)

- despacho do Presidente da Assembleia ou de Presidente de comissão (arts. 229, I, e 232)
- destaque para votação
 - bancada (art. 282, § 1º)
 - bloco parlamentar (art. 282, § 1º)
 - prazo (art. 282, *caput*)
- diligência (art. 301)
- do Líder; destaque; limite (art. 282, §§ 1º e 2º)
- emenda
 - a requerimento devolvido ao reexame do Plenário; parecer oral (art. 104, § 1º)
 - dispensa de parecer (art. 231, § 2º)
- equiparação à proposição (art. 171, parágrafo único, II)
- eventos institucionais (art. 295, parágrafo único)
- forma de apresentação; despacho do Presidente; deliberação (arts. 229, 232 e 233)
- não recebimento (art. 82, XXIII)
- para que o parecer da Comissão de Constituição e Justiça seja apreciado pelo Plenário; prazo (art. 185, *caput* e §§ 2º e 3º)
- parecer sobre requerimento
 - inexigibilidade de emissão (arts. 103, parágrafo único, 232 e 233, I a XI e XIV a XXII)
 - obrigatoriedade de emissão (art. 234)
 - possibilidade de ser oral (art. 145, § 1º)
 - prazo de emissão (art. 134, III)
- preferência na votação (art. 280)
- prorrogação de prazo de funcionamento de comissão

parlamentar de inquérito e de comissão extraordinária
(art. 233, XXI)

- subscrição pela maioria dos membros da Assembleia
 - convocação de sessão legislativa extraordinária
(art. 13, § 3º, II)
- subscrição pela maioria dos membros de comissão
 - convocação de reunião extraordinária de comissão
(art. 122, II)
- subscrição pela totalidade dos autores no exercício do mandato
 - retirada de tramitação de projeto de iniciativa coletiva
(art. 186, § 2º)
- subscrição pelo Colégio de Líderes
 - convocação de reunião especial (art. 14, § 1º)
 - convocação de reunião extraordinária
(art. 15, parágrafo único, II)
 - prorrogação do horário de reunião (art. 21)
- subscrição por 1/10 dos membros da Assembleia
 - devolução ao Plenário de proposição apreciada conclusivamente pelas comissões (art. 104, *caput*)
 - recurso contra rejeição de projeto pelas comissões de mérito (art. 191, *caput*)
- subscrição por 1/3 dos membros da Assembleia
 - convocação de reunião especial (art. 14, § 1º)
 - convocação de reunião extraordinária
(art. 15, parágrafo único, III)
 - constituição de comissão parlamentar de inquérito
(art. 112)
- subscrição por 20% dos membros da Assembleia

- indicação de candidato a Conselheiro do Tribunal de Contas (art. 235, II)
- tramitação; normas; turno único (art. 231, *caput*)
- votação
 - nominal (art. 259, parágrafo único)
 - simbólica (art. 259, *caput*)

RESOLUÇÃO

- impugnação
 - não mantida; promulgação; prazos (art. 198, § 2º)
 - reexame pelo Plenário; prazos; inclusão em ordem do dia (arts. 197 e 198)
- promulgação; competência; prazo (art. 196)

RETIRADA DE PROPOSIÇÃO

- com parecer favorável; deliberação (art. 233, IV)
- desistência de retirada; implicação (art. 285, § 2º)
- requerimento do autor; oportunidade; providência do Presidente; vedação (art. 285, *caput* e §§ 1º e 3º)
- sem parecer ou com parecer contrário; despacho do Presidente (art. 232, VIII)

REUNIÃO

- ausência de secretários; convite a Deputado para exercer a função (art. 76, § 1º)
- de Plenário
 - especial
 - agendamento; dia e horário (art. 14, V)
 - aplicação de normas de reunião ordinária (art. 39, *caput*)

- comemoração e homenagens (art. 14, V)
- convocação (art. 14, § 1º)
- definição (art. 14, V)
- dispensa da presença de secretários; exceção (art. 76, § 2º)
- eleição e posse dos membros da Mesa da Assembleia para o 2º biênio (arts. 8º, §§ 2º e 3º, 14, V)
- exposição de assuntos de relevante interesse público (art. 14, V)
- leitura da ata; dispensa (art. 39, *caput* e § 2º)
- quórum de realização (art. 19, § 6º)
- rito específico (art. 39, § 1º)
- extraordinária
 - convocação; edital; divulgação em reunião e no *Diário do Legislativo* (art. 15)
 - de comissão; convocação; publicação; dispensa (art. 124, *caput* e § 1º)
 - definição (art. 14, IV)
 - desenvolvimento; duração (art. 23)
 - prorrogação (art. 21)
 - realizada fora da sede da Assembleia; convocação (art. 124, § 3º)
- ordinária
 - decisão da Presidência (art. 29)
 - declaração de voto; prazo (art. 254)
 - definição; duração (art. 14, II)
 - desenvolvimento (art. 22)
 - designação de comissões (art. 29)

- despacho da Presidência (art. 29)
- destinação da 1ª parte da reunião a homenagem especial (art. 22, § 1º)
- início da legislatura; realização (art. 14, § 3º)
- interrupção para receber personalidade de relevo (art. 22, § 1º)
- não abertura (art. 19, § 3º)
- prorrogação (art. 21)
- quórum de abertura e de deliberação (arts. 19, § 1º, e 252)
- encerramento ou não realização da reunião por motivo de falecimento de Deputado ou de alta autoridade (art. 22, § 2º)
- preparatória
 - aplicação de normas de reuniões ordinárias (art. 39, *caput*)
 - definição (art. 14, I)
 - eleição e posse da Mesa da Assembleia para o 1º biênio (arts. 3º e 14)
 - finalidade (art. 3º)
 - instalação da legislatura e da 1ª sessão legislativa ordinária (art. 3º)
 - posse dos Deputados diplomados (art. 3º)
 - quórum de realização (art. 19, § 6º)
 - realização da primeira; data; horário; presidência (art. 5º)
 - rito específico (art. 39, § 1º)
- pública
 - ata minuciosa; publicação (art. 41, I)

- declaração de voto (art. 254)
- exceção (art. 17)
- secreta
 - ata; procedimentos (art. 42)
 - casos (arts. 17 e 40, § 1º)
 - convocação (art. 40, *caput*)
 - providências para a realização; suspensão da reunião pública (art. 40, §§ 2º a 4º)
- sigilo
 - ata (art. 42)
 - de documentos; classificação e restrição de acesso; prazos (art. 40, §§ 5º ao 9º)
 - decisão do Plenário (art. 40, § 5º)
- solene
 - aplicação de normas de reuniões ordinárias (art. 39, *caput*)
 - definição (art. 14, VI)
 - leitura da ata (arts. 24 e 39, *caput*)
 - quórum de realização (art. 19, § 6º)
- rito específico
 - decisões e despachos da Presidência; designação de comissão; comunicações e atos assemelhados; oportunidade (arts. 22, II, “a”, “1”, e 29)
 - desenvolvimento de reuniões; registro de presença; quórum de abertura; inexistência de quórum; passagem de uma parte a outra (arts. 18 a 20)
 - inexistência de quórum (art. 19, §§ 2º e 3º)
 - inscrição para o Grande Expediente (art. 28)

- interrupção para receber personalidade de relevo (art. 22, § 1º)
- inversão da pauta (art. 32, III)
- não realização; procedimentos (art. 19, § 4º)
- passagem de uma parte a outra (art. 20)
- permanência no Plenário; proibições (art. 94)
- prazo regimental de abertura (art. 19, § 2º)
- presença de Deputado; registro manuscrito (art. 18, § 2º)
- presença de Deputado em reunião de comissão; cômputo para efeitos regimentais (art. 126)
- prorrogação (art. 21)
- quórum de abertura (art. 19, § 1º)
- quórum de deliberação (art. 252)
- registro de presença dos Deputados (art. 18)
- reuniões públicas; possibilidade de serem secretas (art. 17)
- suspensão de reunião em caso de falecimento de deputado (art. 22, § 2º)
- suspensão de reunião por infração do Regimento (art. 152, III)
- de comissão
 - ata; conteúdo (art. 132, § 3º)
 - conjunta
 - convocação; publicação (art. 128, parágrafo único)
 - designação de relator (arts. 130, § 2º, e 135, § 1º)
 - distribuição de avulso, permissão; oportunidade (art. 136, § 4º)

- duração; prorrogação (art. 125, *caput*)
- prazo para emissão de parecer (art. 130, § 3º)
- presença em dobro; voto cumulativo (art. 130, § 1º)
- presidência; Deputado mais idoso; substituição; com a participação da Mesa da Assembleia (art. 129, *caput*, e §§ 1º, 2º e 5º)
- quórum de realização (arts. 125, §§ 2º e 3º, 130, *caput*, e 133)
- vista; concedida por comissão (art. 136, § 4º)
- voto do Presidente; voto de qualidade (art. 129, §§ 3º e 4º)
- especial
 - debate público; comissões (art. 122, III)
 - definição (art. 122, III)
 - eleição e posse; presidente e vice-presidente; comissões (arts. 122, III, e 118)
 - exposição de assuntos de relevante interesse público; comissões (art. 122, III)
- extraordinária
 - convocação; publicação; dispensa; comissões (art. 124, *caput* e § 1º)
 - definição (art. 122, II)
 - duração; prorrogação (art. 125, *caput*)
 - inclusão de matéria nova na pauta; interstício (art. 124, § 2º)
 - quórum de realização (arts. 125, §§ 2º e 3º, e 133)
 - realizada fora da sede da Assembleia; convocação; comissões (art. 124, § 3º)

- ordinária
 - definição (art. 122, I)
 - duração; prorrogação (art. 125, *caput*)
 - quórum de realização (arts. 125, §§ 2º e 3º, e 133)
 - realização; dia e horário prefixados (art. 125, § 1º)
- procedimentos
 - alteração da ordem do dia (art. 131, § 1º)
 - aplicação das disposições relativas às reuniões de Plenário (art. 122, parágrafo único)
 - apreciação de projeto que não conste na pauta; vedação (art. 131, § 2º)
 - assessoramento a Deputado em reunião (art. 127, *caput*)
 - deliberação por maioria de votos (art. 133)
 - designação de relator (*ver* RELATOR)
 - discussão de parecer; emendas; prazos; réplica (art. 137)
 - distribuição de avulsos de parecer; adiamento de discussão e votação; interstício (art. 136, § 2º)
 - lavratura da ata; publicação; proposição sujeita a deliberação conclusiva (art. 132, *caput* e § 3º)
 - leitura da ata; dispensa (art. 132, §§ 1º e 2º)
 - nova redação; retificação; prazos (art. 138, §§ 2º, 4º e 5º)
 - ordem dos trabalhos; alteração da ordem do dia (art. 131, *caput* e §§ 1º, 3º e 4º)
 - pedido de vista (art. 136, *caput*, e §§ 1º e 4º)
 - prazo para emissão de parecer (art. 134)
 - presença em Plenário de Deputado que estiver em

reunião concomitante de comissão; envio de relação dos presentes (art. 126)

– publicação de ata resumida (art. 132, *caput*)

– quórum de abertura; exceção (art. 125, §§ 2º a 4º)

– quórum de deliberação (art. 133)

– rejeição do parecer; novo relator; prazo (art. 138, § 5º)

– votação (art. 138)

– preferência e destaque (art. 282, § 3º)

– secreta

– casos previstos (arts. 40, § 1º, e 123, *caput*)

REUNIÃO CONJUNTA DE COMISSÕES

– procedimentos (arts. 128 a 130)

REUNIÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA

– (*ver também* EXPEDIENTE, GRANDE EXPEDIENTE, ORDEM DO DIA, TERCEIRA PARTE DA REUNIÃO)

– Presidência; direito a voto (arts. 79, parágrafo único, e 121)

S

SANÇÃO

– prazo de remessa ao Governador (art. 271)

SECRETÁRIO DE ESTADO

– (*ver também* COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES)

– remuneração; fixação; apresentação de projeto de lei pela Mesa da Assembleia (art. 79, XVII, “b”)

SECRETÁRIOS

– ausência de titular em reunião do Plenário; convite a

Deputado para exercer a função (art. 76, § 1º)

– 1º-Secretário; competência (arts. 86 e 181)

– 2º-Secretário; competência (art. 87)

– reuniões especiais; dispensa da presença; exceção (art. 76, § 2º)

– substituição; substitutos do Presidente (art. 88)

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

– aproveitamento de servidor inativo; seleção (art. 315)

– orientação pela Mesa da Assembleia; regulamentação; interpretação (art. 79, V)

SERVIDORES DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA

– nomeações; promoções; gratificações; direitos; exoneração; demissão; aposentadoria (art. 79, VI)

– remuneração; fixação; apresentação de projeto de lei pela Mesa da Assembleia (art. 79, XVII, “c”)

SESSÃO LEGISLATIVA

– extraordinária

– ata da última reunião; apreciação antes do encerramento dos trabalhos; quórum (art. 43)

– convocação (art. 13, § 3º)

– definição (art. 13, II)

– finalidade; matéria determinada (art. 13, § 4º)

– instalação; edital de convocação; publicação (art. 13, § 5º)

– ordinária

– ata da última reunião; apreciação antes do encerramento dos trabalhos; quórum (art. 43)

- definição (art. 13, I)
- instalação; reunião solene (arts. 8º e 14, VI, “a”);
- interrupção e encerramento (art. 13, § 2º)
- períodos de funcionamento em cada ano (art. 13, I)
- primeira; instalação; reunião preparatória (art. 3º)
- não dependência de convocação (art. 13, I)
- transferência de reunião para o primeiro dia útil (art. 13, § 1º)

SINDICÂNCIA

- abertura contra Deputado (art. 95)

SOBRESTAMENTO

- ocorrência; não deliberação do Plenário sobre
 - matéria impugnada (art. 198, § 1º)
 - projeto do Governador com solicitação de urgência (art. 208, § 1º)
 - veto (art. 222, § 3º)

SUBEMENDA

- (*ver* EMENDA)

SUBSTITUIÇÃO

- de membro da Mesa; do Presidente e dos Secretários (arts. 85 e 88)
- de membro de comissão (arts. 97, § 2º, e 117)
- do Presidente de comissão (art. 119)

SUBSTITUTIVO

- (*ver* EMENDA)

SUPLENTE

- convocação; prazo; casos (art. 63)
- convocação em caráter de substituição; impedimento de candidatura a cargos da Mesa da Assembleia (art. 63, parágrafo único)
- dispensa de compromisso; convocação subsequente (art. 6º, VI)
- nas comissões; ausência; substituição (art. 97, § 2º, e 117)
- renúncia tácita; não tomada de posse (art. 52, II)
- vaga; inexistência de suplente; eleição; comunicação à Justiça Eleitoral (art. 64)

SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DO MANDATO

- incapacidade civil absoluta; recebimento de remuneração (art. 53, § 3º)

SUSTAÇÃO DO ANDAMENTO DE AÇÃO JUDICIAL CONTRA DEPUTADO

- aplicação das disposições relativas a projeto de lei ordinária (art. 58, § 9º)
- aprovação ou rejeição do pedido (art. 58, § 4º)
- comunicação ao tribunal competente da decisão do Plenário (art. 58, § 8º)
- inclusão da matéria na ordem do dia sem parecer; designação de relator (art. 58, § 5º)
- iniciativa de partido político (arts. 47, § 4º, e 57)
- parecer preliminar da Comissão de Constituição e Justiça; recurso (art. 58, §§ 1º a 3º)
- parecer da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar; aprovação ou rejeição do pedido; prazo (art. 58, §§ 2º e 4º)

- pedido; prazo; procedimentos (arts. 57 e 58, §§ 1º a 8º)
- prazo para apreciação do pedido (arts. 47, § 5º, e 58, *caput*)
- projeto de resolução; publicação; apreciação; tramitação; aprovação; voto favorável da maioria dos membros da Assembleia (art. 58, §§ 4º, 6º, 7º e 9º)
- recurso ao Plenário (art. 58, § 3º)
- suspensão da prescrição do crime (art. 47, § 6º)
- votação nominal; quórum de maioria dos membros da Assembleia (art. 47, § 4º)

T

TERCEIRA PARTE DA REUNIÃO

- finalidade (art. 22, III)

TESTEMUNHO

- de Deputado (art. 47, § 7º)

TRAJE

- nas dependências da Assembleia (art. 93)

TRIBUNAL DE CONTAS

- (*ver* PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS)

TURNOS DE TRAMITAÇÃO

- constituição; exceção (art. 177)
- passagem de um turno a outro; audiência de comissões; interstício (art. 178)
- projeto de resolução; turno único (art. 195, parágrafo único)
- proposições
 - dois turnos; ressalva (art. 176)

- turno único (arts. 103, I a III, 190, 195, parágrafo único, 204, § 6º, 208, § 1º, 218, § 2º, e 222, § 2º)
- turno único; somente votação (arts. 224, § 3º, e 231)
- único; votação; preferência (art. 278-A, I)
- projeto de resolução (art. 195, parágrafo único)

U

URGÊNCIA

- (*ver* REGIME DE URGÊNCIA, PROJETO DE INICIATIVA DO GOVERNADOR COM SOLICITAÇÃO DE URGÊNCIA)

USO DA PALAVRA

- aparte; definição; inadmissibilidade (art. 162)
- após a ordem do dia; finalidade; prazos (art. 34)
- apresentação de proposição; comunicação de assunto relevante ou de interesse geral (art. 26, § 1º)
- concessão; ordem (art. 158)
- Deputado inscrito para comunicação ou pronunciamento; prazos (art. 34)
- direito; casos (arts. 156 e 164)
- explicação pessoal (art. 33, parágrafo único)
- Grande Expediente e 3ª Parte; preferência (art. 157, § 2º)
- interrupção ou cassação (art. 161)
- necessidade de concessão (art. 151)
- pelo Líder (art. 70)
- pelo Presidente; inadmissibilidade de aparte (art. 162, § 2º, I)
- por Deputado, partido político ou bloco parlamentar

citado em pronunciamento; limite; inadmissibilidade de aparte (arts. 162, § 2º, e 164)

– preferência de Deputado; preferência do Líder (arts. 38, parágrafo único, e 157, § 2º)

– prosseguimento de discurso interrompido (art. 161)

UTILIDADE PÚBLICA

– apreciação conclusiva pelas comissões; turno único (art. 103, *caput*, I, “a”)

– projetos; requisitos para recebimento (art. 173, § 5º)

V

VAGA

– Assembleia; casos; declaração; publicação; preenchimento (arts. 50, 63, I, e 64)

– comissões; casos; preenchimento (art. 116)

– declarada pelo Presidente da Assembleia; procedimentos (art. 50, parágrafo único)

– Governador e Vice-Governador (art. 304)

– Mesa da Assembleia; preenchimento; formalidades (arts. 9º e 11)

– suplente de Deputado; caso de não preenchimento; comunicação à Justiça Eleitoral (art. 64)

VETO A PROPOSIÇÃO DE LEI

– abrangência (art. 222, § 1º)

– classificação como proposição (art. 171, III)

– leitura; publicação; distribuição à comissão especial; prazo; parecer (art. 222, *caput*)

– manifestação da Assembleia; prazo; votação nominal;

turno único; rejeição pela maioria dos membros da Assembleia (art. 222, § 2º)

– manutenção; ciência ao Governador do Estado (art. 222, § 6º)

– não arquivamento (art. 180, § 1º, V)

– não promulgação do Governador; prazos (art. 222, § 5º)

– parecer; competência; prazo (art. 222, *caput*)

– rejeição; promulgação de proposição; competência; prazo (art. 222, §§ 4º e 5º)

– tramitação; prazo; inclusão em ordem do dia; turno único; sobrestamento; ressalvas; normas relativas ao projeto de lei ordinária (arts. 222, §§ 2º e 3º, e 223)

– votação nominal; quórum da maioria dos membros da Assembleia (art. 222, § 2º)

VIAGEM AO EXTERIOR

– (*ver* DEPUTADO, LICENÇA)

VICE-GOVERNADOR

– posse

– compromisso constitucional; lavratura do termo de posse em livro próprio (art. 303)

– convocação de sessão legislativa extraordinária (art. 13, § 3º, II)

– posse de substituto em caso de vaga ou impedimento (art. 304)

– remuneração; fixação; apresentação de projeto de lei pela Mesa da Assembleia (art. 79, XVII, “b”)

– reunião solene; formalidades (arts. 14, VI, e 302)

VICE-LÍDER

- do Líder do Governo; limite (art. 68, parágrafo único)
- impedimentos; membros da Mesa da Assembleia (arts. 67, § 5º, e 78)
- indicação pelo Líder; proporção (art. 67, § 4º)
- inexistência da Maioria e da Minoria (art. 72, § 2º)
- uso da palavra; assunto relevante; oportunidade (art. 70, §§ 1º e 2º)

VICE-PRESIDENTE

- ordem de substituição (art. 85)

VISITA DE COMISSÃO

- a requerimento (art. 297-A)
- apresentação de relatório; designação de relator (art. 297-A, § 2º)
- competência (art. 100, VI)
- convocação; publicação (art. 124, *caput*)
- disponibilidade orçamentária (art. 100, § 2º)
- realização; finalidade (arts. 297-A e 297-B)
- relatório; leitura; retificação; publicação (art. 297-B)

VISTA

- (*ver* PEDIDO DE VISTA)

VOTAÇÃO

- adiamento; limite; oportunidade de solicitação; exceção; concessão (art. 267)
- assunto de interesse pessoal; impedimento de votação do interessado; cômputo de presença (art. 253)

- Colégio de Presidentes; quórum (art. 121-A, § 3º)
- cômputo de presença em Plenário para efeito de quórum; do Presidente; de Deputado impedido de votar; de Deputado presente à reunião concomitante de comissão (arts. 84, § 1º; 126 e 253)
- conclusão do turno regimental de tramitação (art. 249, *caput*)
- declaração de voto; oportunidade; inadmissibilidade de aparte (arts. 156, VIII; 162, § 2º, IV, e 254)
- Deputados impedidos de votar
 - em assunto de interesse pessoal (art. 253)
 - não membros de comissão em reunião desta (art. 99)
- destaque; requerimento do Líder; oportunidade de solicitação; votação em separado de partes do artigo; limite; iniciativa em reunião de comissão (arts. 232, XVII, e 282)
- emenda de comissão incorporada a parecer; preferência (art. 279, IV)
- emendas; votação em grupo; destaque; preferência; normas (arts. 249, § 2º, e 279)
- empate
 - em comissão; repetição da votação; voto do Presidente (arts. 121, parágrafo único, e 129, § 3º)
 - em Plenário; votação do Presidente (art. 84, § 1º)
- encaminhamento
 - inadmissibilidade de aparte (art. 162, § 2º, III)
 - incidência sobre a proposição (art. 264)
 - prazo (art. 264)
 - procedimentos; preferência do Líder; pedido simultâneo do uso da palavra; direito à palavra e prazo em caso de

- matéria destacada (art. 264, § 2º)
- regime de urgência; redução à metade do prazo (art. 273, II)
 - uso da palavra; direito; prazo; incidência; não limitação de oradores; preferência; matéria destacada (arts. 156, II, 160, e 264)
 - falha no painel eletrônico; procedimento; manifestação precedente do Líder na votação nominal; procedimento na verificação de votação (art. 263)
 - falta de quórum; providências do Presidente; registro em ata (art. 249, §§ 4º a 6º)
 - interrupção; falta de quórum; prorrogação da reunião; término do horário da reunião ou de sua prorrogação (art. 249, § 3º)
 - não submissão a votação em Plenário de proposição de autoria de Deputado ausente no momento da votação; competência do Presidente da Assembleia (art. 82, XXXVII)
 - nas comissões
 - voto em separado (art. 138, § 1º)
 - voto vencido (art. 138, § 6º)
 - painel eletrônico; uso (art. 255)
 - por processo nominal; parecer ou requerimento (art. 233, VII)
 - por partes; oportunidade de solicitação (art. 250, parágrafo único)
 - preferência
 - proposição com numeração inferior (art. 278-A, II)
 - proposição em prosseguimento de votação (art. 277, parágrafo único)

- turno único (art. 278-A, I)
- preferência e destaque (arts. 277, parágrafo único, e 278-A)
- processos (art. 258)
 - nominal
 - falha no painel eletrônico; manifestação precedente do Líder (art. 263, I)
 - procedimento; comunicação do resultado (art. 260)
 - requerimento para adoção na votação de parecer ou requerimento; oportunidade (arts. 233, VII, e 259, parágrafo único)
 - uso geral; exceção (art. 259, *caput*)
 - utilização do painel eletrônico (art. 255)
 - simbólico
 - casos de adoção; oportunidade de solicitação de outro processo (arts. 259)
 - participação do Presidente (art. 84, § 1º)
 - procedimento (art. 260-A)
 - proclamação do resultado definitivo (art. 260-A, parágrafo único)
 - utilização do painel eletrônico; restrição; verificação (art. 255)
- proposição, salvo emendas (art. 249, § 1º)
- proposição em seu todo; ressalva (art. 250, *caput*)
- proposições acessórias; processo da proposição principal; exceção (art. 262)
- quórum; tipos; cálculos para obtenção (art. 251)
- quórum de presença e de deliberação
 - em comissão; presença de mais da metade dos membros; maioria de votos (art. 133)

- em Plenário; participação do Presidente; presença da maioria dos Deputados; maioria de votos (arts. 84, § 1º, e 252)
- em reunião conjunta; presença de mais da metade dos membros; presença contada em dobro; voto cumulativo (art. 130, *caput*, e § 1º)
- inexistência; interrupção da votação; suspensão da reunião; prosseguimento da discussão da matéria em pauta; interrupção do orador; registro em ata (art. 249, § 3º, I, e §§ 4º a 6º)
- razões do voto; inserção em ata (art. 41, § 4º)
- regime de urgência; redução à metade dos prazos (art. 273, II)
- registro de presença; verificação pelo Presidente; registro no painel eletrônico (art. 256)
- requerimento de bancada; destaque para votação (art. 282, § 1º)
- requerimento de destaque; bloco parlamentar (art. 282, § 1º)
- reunião conjunta
 - membro; voto em ambas as comissões (art. 130, § 1º)
 - presidente; voto de qualidade (art. 129, §§ 3º e 4º)
- turno único; preferência (art. 278-A, I)
- verificação de quórum; encaminhamento de relação de Deputados presentes à reunião de comissão (arts. 126 e 257)
- verificação de votação; requerimento privativo do processo simbólico; procedimento em caso de falha no painel eletrônico; proclamação do resultado; limite de verificação; impedimento de participação (arts. 263, *caput*, III, e parágrafo único; 265 e 266)

- voto; Líder de bloco parlamentar; peso proporcional (art. 73, § 2º)
- voto aberto; deliberação em Plenário (art. 252)
- voto vencido (art. 138, § 6º)



**ASSEMBLEIA
DE MINAS**
Poder e Voz do Cidadão